

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

BRENDA MARIA DIAS ARAUJO

ESCOLA PÚBLICA NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: A GÊNESE DO
GINÁSIO ESTADUAL DE ITUIUTABA (1966-1974)

UBERLÂNDIA – MG

2023

BRENDA MARIA DIAS ARAUJO

ESCOLA PÚBLICA NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: A GÊNESE DO
GINÁSIO ESTADUAL DE ITUIUTABA (1966-1974)

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação.

UBERLÂNDIA – MG

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A659m Araújo, Brenda Maria Dias, 1993-
2023 Escola pública no interior de Minas Gerais [recurso eletrônico] : a
gênese do Ginásio Estadual de Ituiutaba (1966-1974) / Brenda Maria
Dias Araújo. - 2023.

Orientador: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.7044>

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Ribeiro, Betânia de Oliveira Laterza, 1961-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Glória Aparecida
Bibliotecária Documentalista - CRB-6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 08/2023/830, PPGED				
Data:	Vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e três	Hora de início:	[9:00]	Hora de encerramento:	10:30]
Matrícula do Discente:	12112EDU006				
Nome do Discente:	BRENDA MARIA DIAS ARAUJO				
Título do Trabalho:	"Escola pública no interior de Minas Gerais: a gênese do Ginásio Estadual de Ituiutaba (1966-1974)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Educação, pobreza, política e marginalização: formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais - 1909-1927"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/betania-de-oliveira-laterza-ribeiro>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida - PUC-GO; José Carlos Souza Araujo - UFU e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2023, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 28/02/2023, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 03/04/2023, às 21:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4286593** e o código CRC **12CE3CD2**.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de mestrado inclui uma longa trajetória atravessada por inúmeros desafios, tristezas, incertezas, alegrias e adversidades pelo caminho, mas apesar do processo solitário ao qual o pesquisador está destinado, reúne incentivos de várias pessoas, indispensáveis para a melhor direção em cada momento da caminhada.

E essa caminhada só foi possível com o apoio, energia e força de várias pessoas, a quem dedico, especialmente, essa dissertação.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a minha orientadora, Professora Doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, por sempre ter acreditado em mim, por toda a paciência, empenho, agradeço a orientação exemplar, pautada por um elevado e rigoroso nível científico, que contribuiu para enriquecer, com grande dedicação, todo o trabalho presente no mestrado.

Agradeço a minha mãe, Maria de Fatima Dias Araujo, que sempre esteve ao meu lado me dando forças, tanto na minha vida pessoal, quanto na minha vida acadêmica. Ela foi a luz durante os momentos sombrios presentes nessa trajetória.

Ao meu pai, Rubens Jose Araujo, à minha irmã, Gabriela Marta Dias Araujo, ao meu sobrinho Mathias Sousa Dias Araujo e, aos meus amigos, pelo apoio incondicional que me deram.

Agradeço o aceite, do Professor Doutor José Carlos Souza Araujo e da Professora Doutora Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, para compor a banca de defesa desta dissertação e, ao Professor Doutor Armindo Quillici Neto, que participou da banca de qualificação. Os mesmos são pesquisadores de referência na linha de História e Historiografia da Educação e é uma honra tê-los como avaliadores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Ao coordenador, Professor Doutor Marcelo Soares Pereira da Silva, aos técnicos administrativos, Ali Ahmad Smidi e James Madson Mendonça, pelo pronto atendimento sempre que solicitado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante o meu mestrado.

À equipe da Escola Estadual Governador Israel Pinheiro, que me permitiu a pesquisa em seu acervo documental.

ARAÚJO, Brenda Maria Dias. **Escola Pública no interior de Minas Gerais: a gênese do Ginásio Estadual de Ituiutaba (1966-1974)**. Orientadora: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro. 2023. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

RESUMO

Este estudo que se apresenta aqui está vinculado à linha de pesquisa "História e Historiografia da Educação" do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A dissertação de mestrado apresenta uma pesquisa histórico-educacional sobre a gênese e desdobramentos da Escola Estadual Governador Israel Pinheiro, instituída em 1966, o recorte temporal parte de 1966 a 1974, que compreende sua gênese até a sua mudança de nome para Escola Estadual Governador Israel Pinheiro. A pesquisa objetivou construir uma compreensão histórica das relações entre educação e sociedade nos anos 1960-70, tendo em vista processos sociais como a migração campo-cidade e a estratificação social urbana. A problemática estudada partiu dos questionamentos, o Ginásio Estadual de Ituiutaba surgiu para oferecer a escolarização institucionalizada na cidade, no início da segunda metade do século XX, como educação pública? Em que contexto político-econômico e sociocultural se deu a criação e a implantação do Ginásio? A problematização contida nessas indagações delinea, então, os contornos do objeto de estudo proposto para a pesquisa de Mestrado: a gênese, a instalação e o funcionamento do Colégio Estadual de Ituiutaba em contexto de migração campo-cidade e tendo em vista a formação de uma classe trabalhadora local. A compreensão sistemática desse objeto de investigação, com tais contornos indagativos, presume cumprir os objetivos de pesquisa a seguir. A pesquisa se valeu do materialismo histórico dialético como método para analisar articulações, relações, tensões e contradições na história das instituições escolares. Uma escola que atendia estudantes do curso ginásial, funcionando os três turnos, uma escola da rede pública, do município de Ituiutaba. As fontes históricas incluíram legislação, textos de jornais, regimento da instituição, boletins de alunos, históricos escolares, requerimentos e atas da instituição. Para a construção da história do Ginásio Estadual de Ituiutaba, a fundamentação teórica da investigação está embasada em autores do próprio campo da História e da Historiografia da Educação, dentre os quais destacamos Lombardi (2005), Buffa (2005), Araujo (2005), dentre outros. Assim, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados obtidos na pesquisa evidenciaram que a escola, aparentemente, foi criada pelas reivindicações incansáveis dos trabalhadores, representados por Associações de Trabalhadores e Sindicatos, de diversos setores. Constatou-se que, de posse da vaga de seu filho no Ginásio, os pais encontravam alguns desafios, como o exame de admissão, que para ingressar no curso Ginásial deveria prestar, avaliando seus conhecimentos e comprovando sua aptidão. Outro fato que se concluiu no estudo, se deve à cobrança da contribuição para a escola, calculado em cima do programa que estipulava o salário mínimo, tudo isso, no momento da matrícula. Concluiu-se, ainda, que a escola exigia muita responsabilidade, tanto dos pais quanto dos estudantes, principalmente, em relação aos valores morais e éticos, sua permanência dependia dos mesmos se adaptarem às disciplinas e às exigências pedagógicas para um ensino de qualidade, o que tornava a instituição escolar mais disputada pela sociedade ituiutabana e, também, pela região. A pesquisa contribuiu para uma melhor compreensão da instituição investigada, assim como, para o avanço dos conhecimentos no campo da História da Educação.

Palavras-chave: Instituições Escolares. História da Educação. Ituiutaba.

ARAÚJO, Brenda Maria Dias. **Public School in the interior of Minas Gerais: the genesis of the Ituiutaba State Gymnasium (1966-1974)**. Advisor: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro. 2023. 126 f. Dissertation (Master in Education) – Graduate Program in Education. Federal University of Uberlândia, Uberlândia, 2023.

ABSTRACT

This study presented here is linked to the line of research "History and Historiography of Education" of the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia (UFU). The master's thesis presents a historical-educational research on the genesis and developments of the Governador Israel Pinheiro State School, established in 1966, the time frame starts from 1966 to 1974, which comprises its genesis until its name change to Governador Israel State School Pine. The research aimed to build a historical understanding of the relationship between education and society in the 1960s and 1970s, taking into account social processes such as rural-city migration and urban social stratification. The problematic studied started from the questions, did the State Gymnasium of Ituiutaba appear to offer institutionalized schooling in the city, in the beginning of the second half of the 20th century, as public education? In what political-economic and socio-cultural context did the creation and implementation of the Gym take place? The problematization contained in these inquiries outlines, then, the contours of the object of study proposed for the Master's research: the genesis, installation and functioning of the Colégio Estadual de Ituiutaba in the context of rural-city migration and in view of the formation of a local working class. The systematic understanding of this investigation object, with such questioning contours, presumes to fulfill the following research objectives. The research used dialectical historical materialism as a method to analyze articulations, relationships, tensions and contradictions in the history of school institutions. A school that served junior high school students, working three shifts, a public school in the municipality of Ituiutaba. Historical sources included legislation, newspaper texts, institution's bylaws, student bulletins, school transcripts, requirements and institution's minutes. For the construction of the history of the State Gymnasium of Ituiutaba, the theoretical foundation of the investigation is based on authors from the field of History and Historiography of Education, among which we highlight Lombardi (2005), Buffa (2005), Araujo (2005), among others. Thus, bibliographical and documentary research was used. The results obtained in the research showed that the school, apparently, was created by the tireless claims of workers, represented by Workers' Associations and Unions, from different sectors. It was found that, in possession of a place for their child at the Gym, the parents encountered some challenges, such as the entrance exam, which to enter the Gymnasium course they should take, evaluating their knowledge and proving their aptitude. Another fact that was concluded in the study is due to the collection of the contribution to the school, calculated based on the program that stipulated the minimum wage, all of this, at the time of enrollment. It was also concluded that the school demanded a lot of responsibility, both from parents and students, especially in relation to moral and ethical values, their permanence depended on them adapting to the disciplines and pedagogical requirements for quality teaching, the which made the school institution more disputed by Ituiutaban society and also by the region. The research contributed to a better understanding of the investigated institution, as well as to the advancement of knowledge in the field of History of Education.

Key-words: School Institutions. History of Education. Ituiutaba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rio Tijuco e Prata no município de Ituiutaba – MG	20
Figura 2 – Fotografia (recorte) da Capela São José do Tejuco, meados de 1800	22
Figura 3 – Igreja Matriz de São José. Saída de casamento. 1929	24
Figura 4 – Cônego Ângelo, em 1917, com um grupo de estudantes, seus protegidos	26
Figura 5 – Cônego Ângelo à porta de sua residência, à Rua 24 de Maio	27
Figura 6 - Ituiutaba (MG): primeiros traçados urbanos no início do século XX	28
Figura 7 – A pequena cidade com ruas retas e compridas	29
Figura 8 – O Coreto	30
Figura 9 – Vista parcial da cidade de Ituiutaba, (Vila Platina), entre os anos de 1903 e 1904	31
Figura 10 – Construção do edifício da Câmara Municipal (1901)	32
Figura 11 – Banda de Música “Lira Congressista”	37
Figura 12 – O Sobrado	41
Figura 13 – Instituto Marden	49
Figura 14 – Turma de normalista no encerramento do ano de 1951	54
Figura 15 – Fachada do novo prédio do Ginásio São José – 1955	55
Figura 16 – Colégio Santa Tereza	56
Figura 17 – Governador sancionou lei criando Ginásio Estadual neste município	57
Figura 18 – Conversando sobre o Ginásio	61
Figura 19 – Ituiutaba reclama o Ginásio Estadual	63
Figura 20 – Ginásio Estadual – Prossegue a campanha dos trabalhadores	65
Figura 21 – Entidades de classe em luta pelo Ginásio Estadual	67
Figura 22 – Manifesto ao Povo de Ituiutaba	77
Figura 23 – Visita da União Estudantil a esta Folha	79
Figura 24 – Apresentação das disciplinas distribuídas em cada série do ciclo ginásial	81
Figura 25 – Atestado – 1967	84
Figura 26 – Requerimento para inscrição nos exames de Admissão ao Ginásio	86
Figura 27 – Requerimento de Matrícula para a 1ª série Ginásial	87
Figura 28 – Resultado do Exame de Admissão em Fevereiro de 1967	88
Figura 29 – Histórico da 1ª série, turno diurno, ano de 1967	89

Figura 30 – Requerimento de Matrícula para a 2ª série Ginásial	90
Figura 31 – Histórico Escolar da 2ª série E – 1968	91
Figura 32 – Requerimento para exame de 2ª época de Matemática e Inglês	92
Figura 33 – Requerimento para Matrícula para 3ª série do curso Ginásial, 1969	93
Figura 34 – Novo Salário-Mínimo saiu: NCr\$ 156	94
Figura 35 – Histórico Escolar da 3ª série B – Reprovada – 1969	95
Figura 36 – Resultados no Histórico Escolar da 4ª série no ano de 1971	96
Figura 37 – Histórico Escolar da 4ª série Ginásial – Reprovada	97
Figura 38 – Requerimento de transferência para outra instituição escolar gratuita – 1973	98
Figura 39 – Histórico Escolar final das quatro séries do curso Ginásial – 1967 a 1972	99
Figura 40 – Avaliação da disciplina Moral e Cívica no Colégio Estadual de Ituiutaba	103
Figura 41 – Solicitação de designação de supervisores escolares	105
Figura 42 – A Educação Física praticada na escola	108
Figura 43 – Participação em jogos esportivos fora dos muros da escola	109
Figura 44 – Estudantes e professores registrando o momento na prática de Educação Física	111
Figura 45 – Participação em práticas esportivas extracurriculares	111
Figura 46 – Confraternização final de curso – 1970	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Escolas Municipais e sua criação – 1940 a 1961	51
Quadro 2 – Escolas Estaduais de Ituiutaba e sua criação – 1908 a 1961	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População rural e urbana do município de Ituiutaba, MG	43
Tabela 2 – Números da colheita no município de Ituiutaba (1955 a 1967)	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ITUIUTABA: DEFININDO UM ESPAÇO CONSTRUÍDO E RENOVADO POR UMA POPULAÇÃO PROMISSORA	18
2 A GÊNESE DO GINÁSIO ESTADUAL DE ITUIUTABA: O PÚBLICO E O PRIVADO EM SUA IMPLANTAÇÃO	48
3 COTIDIANO E PRÁTICAS ESCOLARES NO GINÁSIO ESTADUAL DE ITUIUTABA.....	74
3.1 Considerações educacionais e políticas como consequência de um regime militar.....	74
3.2 Abordagens no cotidiano e práticas escolares no Colégio Estadual de Ituiutaba.....	80
3.3 A legislação presente e efetivada nas práticas escolares do Colégio Estadual de Ituiutaba.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	116

INTRODUÇÃO

Antes de mergulhar na pesquisa e escrever uma história, preciso, também, contar um pouco da minha história, do meu caminhar superando os medos, a timidez, e deixando florescer a minha determinação, a vontade de vencer, foram os desafios que me trouxeram até aqui e pretendo caminhar com segurança, para mim é importante as realizações pessoais, acadêmicas e profissionais. Neste contexto, quero traduzir a minha relação com a escola, objeto específico deste estudo, proponho exercitar uma reflexão e memórias que apontam para um percurso por mim percorrido, visto que nasci nesta cidade, e, assim, ampliar um *corpus* de estudo valioso para a história, buscando reforçar uma etapa educativa, pelos espaços desse ambiente escolar que fez parte de minha história de vida.

Neste momento há um resgate de minha memória, desde o portão principal, o porteiro, os demais servidores, tratavam a todos com carinho, procurar adivinhar o que se passava em nossa cabeça, ao caminhar pelo pátio da escola, fico imaginando aquelas árvores frondosas e com copas que nos davam sombras para nossas brincadeiras no intervalo, propiciavam nosso “recreio” com sombras gigantescas. Gostava de caminhar pelos corredores longos, subir as escadas que permitiam aos adolescentes, que ali ingressaram, praticar sua ludicidade, com brincadeiras nos inúmeros degraus. As salas de aula com suas carteiras organizadas em longas fileiras, as grandes janelas e um quadro-verde que não parecia ter fim. O espaço nesse ambiente escolar mais esperado, pela maioria dos alunos era a quadra de esporte para as atividades de Educação Física. O esporte imperava nessas aulas, voleibol, basquetebol, futebol, entre outros. No entanto, mesmo que uma minoria não apreciava tais atividades, sabíamos, pelos nossos pais que eram bem melhores que em sua “época”, os exercícios pareciam ser de uma escola militar, flexões, corridas, atividades “pesadas”, como dizia minha mãe, que também vivenciou esse ambiente e do qual sente muito orgulho.

Foi por suas narrativas, com entusiasmo e orgulho, durante meu período escolar nesta escola, que eu já percebia uma grande diferença no cotidiano vivenciado por mim, e vivenciado por ela. E, assim, mais aguçava minha curiosidade em conhecer a Escola em sua origem e seu desenvolvimento, seus métodos curriculares e comportamentais, muito bem definidos, em todos os momentos a escola continuou sendo conceituada na cidade pelos, profissionais que por ali passaram e construíram sua vida profissional e pessoal, enfatizavam sempre os valores morais e éticos que sempre existiram. A Escola Estadual Governador Israel Pinheiro sempre foi um

espaço escolar privilegiado pela disciplina, isto é, comportamento exemplar, desempenho destacado entre as demais instituições escolares do município, muito procurada pelos pais que buscavam um futuro melhor para seus filhos, almejando em sua família profissionais renomados e com independência financeira.

Tendo por base títulos encontrados no banco de teses e dissertações, defendidas no programa de pós-graduação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU), a história das instituições escolares foi uma das vertentes de estudo que se firmaram pela produção profícua, do ponto de vista da pesquisa acadêmica. Uma leitura breve dos títulos mostra um volume considerável de estudos sobre a criação, o funcionamento e, em alguns casos, a extinção de escolas. Os estudos registram a existência e as transformações não só das escolas, mas, ainda, da sociedade que a ela destinaram filhos e filhas para ser escolarizados. Os estudos mostram que a arquitetura, o mobiliário e os registros formais de funcionamento das escolas, assim como a memória de seu corpo docente, gestor e funcional, ajudam a entender valores e tradições que permeiam as transformações que levaram à consolidação de uma sociedade, uma economia, uma cultura e uma comunidade.

Um dos municípios que destacaram como lócus de pesquisas em história das instituições escolares defendidas na pós-graduação da FACED tem sido Ituiutaba, MG. Até então, foram defendidas várias pesquisas com foco na educação desse município, seja a escola pública ou a particular, a escola Normal ou a comercial (profissional), dentre outras modalidades. Dentre outros estudos, cabe citar: *O grupo escolar professor Ildefonso Mascarenhas da Silva: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação (1947–1961)*, de 2019; *Da sombra da Magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado (1956–1971)*, de 2016; *A gênese do Grupo Escolar Cônego Ângelo no interior de Minas Gerais, (1963–1974)*, de 2016; *Escola Noturna “Machado de Assis”*: primeira instituição municipal de ensino primário noturno na cidade de Ituiutaba, MG (1941–1960), de 2011; *Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização: a Escola Estadual João Pinheiro – Ituiutaba (MG), 1908–1988*, de 2007.

Dessa produção histórica da educação tem derivado a escrita de uma história social e cultural do município de Ituiutaba. Por exemplo, há estudos que apontam um fenômeno curioso: um fluxo migratório para o campo entre os anos 1940 e 1950, quando a tendência era migração do campo para a cidade. Subjacente a tal onda migratória, estava o desenvolvimento econômico do município baseado no cultivo do arroz. A partir de meados dos anos 1960, o cultivo de arroz entra em decadência; e o meio rural passa, então, a não oferecer mais possibilidades de trabalho

regular a uma parte dos contingentes que haviam inflado a população do campo em Ituiutaba. Como consequência, muitos (famílias inteiras) que haviam migrado para o meio rural em décadas anteriores rumam para sede do município, ou seja, ampliam expressivamente a população urbana (BEZERRA, 2016).

Como consequência, a administração do município se viu ante um aumento expressivo de demandas sociais: de moradia a hospital, de escola a trabalho; e, assim por diante. Além disso, a mistura de perfis demográficos — urbano e rural — pode ter levado a uma estratificação social, reverberada na separação por classe pelas instituições escolares da cidade: discentes de classes menos favorecidas materialmente (de famílias migrantes à procura de condições de mais conforto material) e discentes de uma classe média local.

A história da escola apresentada como objeto de estudo vem reforçar uma faceta importante da sociedade local; a pesquisa não só fortalece uma vertente de estudos histórico-educacionais em ascensão, como também amplia o *corpus* de estudos associados à linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação” da UFU, sobre a história das instituições escolares.

O recorte histórico – 1966 – 1974 – justifica-se porque abrange o início das atividades escolares letivas do Colégio Estadual de Ituiutaba e o ano em que a escola muda seu nome para Escola Estadual de Ituiutaba, seguindo prescrições do Decreto Lei nº. 5.692/1971. Em 1961, foi criado o Ginásio Estadual de Ituiutaba; mas, até 1966, a criação não sairia do papel. Nesse ano, veio a autorização para abertura e funcionamento, porém com o nome Colégio Estadual de Ituiutaba.

A escola foi criada com apoio da classe trabalhadora; ou seja, a escola visava suprir a dementada educacional da prole com tal perfil (FOLHA DE ITUIUTABA, edições de 1961-1963). Mas, há indícios de que em dado período o colégio passou a cobrar pagamento de mensalidades e outras taxas de seus estudantes, supostamente para custear um ensino de mais qualidade em relação ao de outras escolas públicas de então.

O município de Ituiutaba localiza-se na porção oeste de Minas Gerais, na mesorregião chamada Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba. Embora os estudos feitos até aqui ofereçam uma visão abrangente dos processos educacionais no município de Ituiutaba, ainda há nuances instigantes sobre uma escola pública, em um período de ambiguidade, um dos pontos a ser investigado se deve à escola ser gratuita e, ao mesmo tempo, receber mensalidades, sendo que essa condição caberia apenas às escolas privadas em Ituiutaba, que atendia a uma população

elitizada; ao mesmo tempo, com o passar dos anos, ganhou prestígio e *status*, passando a ser vista como uma das melhores escolas públicas da cidade, pela população local, comparável às escolas particulares.

Tais peculiaridades promoveram, à autora deste estudo, algumas inquietações que evoluíram para indagações e, então questionamentos. Considerando que a escola era pública, em que contexto político-econômico e sociocultural se deu a criação, a implantação do Colégio Estadual de Ituiutaba? Como foi seu desenvolvimento? Havia exames de admissão pagos para selecionar alunos? Quais critérios avaliativos e conteúdos eram utilizados em tais exames? Alunos de classes sociais abastadas frequentaram a escola? Como era o acesso e a permanência dos estudantes?

A problematização contida nessas indagações delinea, então, os contornos do objeto de estudo proposto para a pesquisa de Mestrado: a gênese, a instalação e o funcionamento do Colégio Estadual de Ituiutaba em contexto de migração campo-cidade e tendo em vista a formação de uma classe trabalhadora local. A compreensão sistemática desse objeto de investigação, com tais contornos indagativos, presume cumprir os objetivos de pesquisa a seguir.

No plano geral, a pesquisa objetiva construir uma compreensão histórica das relações entre educação e sociedade nos anos 1960-70, tendo em vista processos sociais como a migração campo-cidade e a estratificação social urbana.

Os objetivos específicos incluem:

- Compreender a ação dos poderes Legislativo e Executivo na educação, sobretudo as subvenções, quanto ao processo de criação, implantação e desenvolvimento do Colégio Estadual de Ituiutaba, no período de 1966 a 1974;
- Entender, analiticamente, o funcionamento e financiamento dessa escola, relativamente a seus processos internos (práticas pedagógicas, composição dos corpos docente, administrativo e funcional, diretrizes curriculares, diretrizes administrativas etc.) e, tendo em vista, seus impactos externos;
- Identificar o público da escola segundo uma caracterização por extrato social (classe média e alta, marginalizados, pobres, negros, alunos com deficiência etc.);

- Analisar o caráter público-privado vivenciado pela escola considerando a forma como cobrava mensalidade/taxas, o período de cobrança, as motivações, as reações e os resultados.

O interesse pela História da Educação foi despertado quando ingressei no curso de graduação, inicialmente, optei pela Pedagogia, no *campus* Ituiutaba, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, percorri por outros caminhos acadêmicos, concluí minha primeira graduação e retornei ao curso de Pedagogia, senti que a Educação era o trajeto que havia escolhido para escrever minha história acadêmica e profissional, bem como minha realização pessoal.

A pesquisa se valeu do materialismo histórico dialético como método para analisar articulações, relações, tensões e contradições na história das instituições escolares. Uma escola que atende estudantes do curso ginásial, funcionando os três turnos, uma escola da rede pública, estadual, do município de Ituiutaba. As fontes históricas incluíram legislação, discursos, textos de jornais, atas, regimento da instituição, estatutos, relatórios dos inspetores, entre outros documentos. Esse conjunto de fontes permitiu fazer o entrecruzamento delas entre si e com o arcabouço teórico-metodológico da história da educação.

Para Le Goff (2013), levantar fontes, analisar suas entrelinhas silenciosas e a necessidade do espírito crítico para questioná-las e interpretá-las pode ter como resultado a compreensão de causas e circunstâncias subjacentes a dada fonte. Com efeito, a leitura histórico-crítica do repertório de fontes da pesquisa convergiu para estas categorias de análise: instituições escolares, história da educação, público e privado. Além disso, a leitura se desdobrou sobre uma contextualização histórica construída à luz de autores que refletiram sobre a história das instituições escolares. Procuramos apreender e interpretar contradições discursivas presentes nas fontes e as correlações possíveis para compreender as singularidades econômicas, políticas, sociais e culturais, recursivamente relacionadas. Também se fazem pertinentes as palavras de Goldmann (1967, p. 5-6): O pensamento dialético afirma, em compensação, que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente. Barros (2004, p. 16) apresenta abordagens necessárias para se delinear a pesquisa e adverte que “[...] tal esforço de sistematização não

exclui, como se verá, o reconhecimento dos imbricamentos entre os vários campos, as mútuas invasões de fronteiras, as afinidades e as interconexões possíveis, as diferenças e incompatibilidades”.

Necessariamente, a história das instituições escolares, conforme Werle, Brito e Colau (2007), trabalha com a dimensão temporal, e o pesquisador deste campo se depara com indagações acerca do período que o seu trabalho selecionará. Trabalhar com a história das instituições escolares não é focalizar o tempo presente da instituição, mas descrever e produzir narrativas sobre os momentos vividos e registrados pela memória escolar. Segundo os autores: “Todos os fatos educativos são históricos. Configurações específicas os precedem, tramas de encaminhamentos são tecidas ao longo do tempo. Isso significa que uma historicidade reflexiva acompanha todos os estudos relacionados à educação” (WERLE; BRITO; COLAU, 2007, p. 151-1152).

Neste sentido, Werle, Brito e Colau (2007) contribuem com o estudo ao acrescentarem que, não apenas a temporalidade está colocada nas pesquisas sobre a memória das instituições escolares, mas os indicativos de elementos da cena como: os estudantes, o prédio, a gestão, que registram as descrições de atores, evidenciando a mobilidade entre espaços, e as formas de conhecimento. A isto, pode-se acrescentar que as práticas pedagógicas adotadas, as concepções educacionais escolhidas, e a cultura escolar podem também ser investigadas nos estudos sobre memória escolar. O pesquisador, ao longo de sua investigação, não pode se desviar da metodologia que essa linha de pesquisa presume, pois são relevantes os estudos sobre instituições escolares para o campo da história da educação.

A pesquisa bibliográfica tornou-se significativa ao contar com autores que fundamentam sobre a temática. Entre eles, Buffa (2002) ao afirmar que a pesquisa histórica sobre uma instituição é se propor a estudar e investigar a criação e instalação de uma escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), organização e uso do tempo, seleção de conteúdos escolares, origem social da clientela escolar e seu destino provável, professores, legislação, normas e administração da escola. Essas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade.

Com esse entendimento, compactua-se com a opinião de Sanfelice (2006) de que os historiadores estão preocupados em não apenas escrever o passado e o presente, baseando-se em fontes; mas, também, em explicar e compreender a educação na sociedade, que se serve das

instituições escolares para realizá-la. Estas mostram ou ocultam como a educação escolar é realizada na sociedade. Para Sanfelice (2006), uma escola projeta-se para dentro de um grupo social, produzindo memórias ou imaginários, mobilizando e desmobilizando grupos de pessoas e famílias; evidenciando sua presença em comemorações, sendo notícia. Esse autor acredita que uma instituição escolar é muito mais que um prédio onde se reúnem sujeitos para ali trabalharem, ensinarem, aprenderem etc. O contrário também acontece, porque as instituições são alvos de interesses contraditórios de natureza econômica, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros.

Mais uma vez, tem-se a contribuição de Werle, Brito e Colau (2007) ao fundamentarem que, pesquisar instituições escolares é uma maneira de estudar a história e a filosofia da educação, pois as instituições que integram os sistemas escolares estão imersas nos valores de cada época.

Buffa (2002, p. 26) reforça que, nesses termos, uma pesquisa interessada em compreender historicamente uma instituição escolar não deve “[...] dicotomizar o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia”. A esses termos pode-se acrescentar o público e o privado.

Alves (2017), também, acredita que a história de uma instituição escolar tenha sentido se estiver interligada ao contexto da sociedade em que se insere. Não convém ao pesquisador limitar-se só a descrever as fontes; é preciso interpretá-las de modo a elevar a importância da pesquisa ao estudar o período político, econômico selecionado. Realizar um estudo histórico, ainda, conforme Alves (2017), exige imergir no interior da instituição escolar pesquisada, procurando suas origens, seu desenvolvimento ao longo dos anos, suas transformações, a identidade dos sujeitos desse espaço e as práticas ali efetivadas. A história de uma instituição escolar constitui a história da educação. Por esse motivo, é fundamental entendê-la com um todo, considerar o contexto geral, como sociedade.

Os referenciais históricos que descrevem a história do município de Ituiutaba, na primeira metade do século XX, tem-se a fundamentação de Oliveira (2013) ao destacar que a instalação de beneficiadoras de arroz no fim dos anos 1930 pode ser vista como indício de uma mudança nos rumos da economia: a ascensão do cultivo de grãos, sobretudo arroz. Para Souza (2010), na década seguinte, o que era indício se torna plantio maciço de arroz. Em uma década e meia, as beneficiadoras somaram cem. Toda a produção de arroz ia para cidade, para receber o primeiro processamento, só então seguia para outras regiões.

Silva (1997) aponta como resultados de seus estudos que, no fim dos 1940, mais áreas de plantio foram abertas; desse modo, de dois mil quilos em 1950 foi seiscentos mil em 1955. Como disse Silva (1997, p. 26): “[...] em 1950 Ituiutaba já era a maior produtora de arroz e de milho em todo o estado de Minas Gerais, com cerca de 10.000 alqueires [cultivados]”.

Enquanto Silveira (2014, p. 16) reitera essa afirmação ao ressaltar o desenvolvimento “agrário-industrial” no município em razão do solo favorável à “[...] cultura de cereais, primordialmente o arroz”, nas décadas de “1950 e 1960”.

No que concerne ao ciclo da produção rizícola, Silva (1997, p. 27) explicita que, além de singularizar a economia de Ituiutaba, motivou a vinda de mão de obra migrante para suprir as demandas das lavouras; a partir de 1950, a massa de migrantes trabalhadores se ampliou, “[...] atendendo ao apelo da propaganda que alardeava sobre a qualidade do solo e as oportunidades de riqueza” (SILVA, 1997, p. 27).

Prosseguindo, Silva (1997) afirma que, o nome de Ituiutaba e seu sucesso no plantio de arroz chegavam até a regiões do Nordeste, a estados como Pernambuco, onde programas de rádio mencionavam Ituiutaba. Igualmente, “[...] artigos publicados no jornal local, construiu [sic] uma imagem muito positiva do município que contribuiu para atrair muitas pessoas para Ituiutaba, não só trabalhadores, mas também empresários que passaram a investir na cidade” (SILVA, 1997, p. 27).

De acordo com Souza (2010), famílias inteiras migraram e o fluxo foi notável até 1969; de 1970 em diante ocorre um processo de inversão: a população urbana passou a superar a rural. E é esse o ponto de inflexão na história do Colégio Estadual de Ituiutaba, ou seja, é uma medida das circunstâncias que puderam desencadear o processo de criação da escola.

1 ITUIUTABA: DEFININDO UM ESPAÇO CONSTRUÍDO E RENOVADO POR UMA POPULAÇÃO

“São José do Tijuco fagueira,
[...]
A caudal que te banha, volumosa,
Do Rio Tijuco, constante, seguro,
Simboliza a incessante e corajosa
Ação do povo em razão do futuro.
[...]
Vila Platina após se chamou
A São José, e a fama se gaba
Da terra que outro nome ganhou
O berço querido, Ituiutaba. [...]”

Música: Jorge Marques da Silva

Letra: Dr. Luiz Jefferson Monteiro da Silva

Dr. Manoel Tibúrcio Nogueira

O hino acima apresenta um cantinho da terra mineira, desenha o caminho que permite perceber o desenvolvimento deste espaço construído e renovado pelas práticas cotidianas do povo tijucano, libera a imaginação quanto aos sertanejos aportando ao Arraial de São José do Tijuco, pelas narrativas históricas contempla-se quando é elevada à categoria de Vila Platina, e, em 1915 é sancionada a Lei nº 663, passando a denominar-se Ituiutaba.

Segundo Katrib e Coimbra (2013), em sua obra *Releituras da cidade: memória, história e identidade*, ao apresentar como estudo a cidade de Ituiutaba, explicita:

Perceber o movimento histórico em que Ituiutaba se insere é instigante, justamente por essas várias possibilidades de compreender sua construção espacial, social e histórica. Mas, para ser possível o entendimento desses processos, é preciso que nos ancoremos em algumas percepções e diálogos.

Nesta perspectiva, vale destacar a narrativa de Chaves, autor da obra *A Loja do Osório* (1984) quanto ao hino: “Parece-me que – não só por tradição, pela letra muito sugestiva, em cujo texto se anteviam as riquezas em potencial tornarem nossa fortuna aumentada, como pelos belos acordes do hino – deve ser o hino oficial da cidade” (CHAVES, 1984, p. 31).

Nesta explanação do hino, no dizer do historiador Napolitano (2011, p. 238-239):

“Escreve-se História com documentos”, proclamavam os metódicos, pais fundadores da historiografia acadêmica. A História nasce como técnica de busca dos fatos nas “pistas” ou nos “testemunhos” fornecidos pelos documentos de época, ou seja, aqueles que foram produzidos dentro da periodização estudada pelo pesquisador, o qual se debruça sobre as fontes dotado de uma técnica de crítica documental (grifos do autor).

Desta forma, na busca dos fatos nas “pistas”, tem-se a finalidade de percorrer pela trajetória histórica da cidade de Ituiutaba, neste primeiro capítulo, perpassando pelo século XIX e adentrando o século XX, em especial, nas décadas de 1960 a 1970, objeto deste estudo, compreender o Ginásio Estadual de Ituiutaba, como marco histórico que segue seu trajeto até os dias atuais. Sequencialmente, delinea-se um cenário permeado pela gênese do município, seu crescimento econômico, populacional, político, educacional e sociocultural.

“Já dissemos que a história se faz com documentos e que os documentos são os traços dos fatos passados. É agora tempo de indicarmos as consequências contidas nesta afirmação e nesta definição” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 44). Sendo assim, ao percorrer, historicamente, por Ituiutaba pode-se entender seu significado, pois a fusão dos vocábulos tupis quer dizer “povoação do rio Tijuco”, segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959, p. 304):

Os primitivos habitantes do município eram ameríndios, pertencentes ao grupo Gê, também chamados caiapós. Uma das tribos que deixaram fama na região foi a dos panariás, muito bem estudada por Alexandre Barbosa, de Uberaba. Por fim ela foi aldeada na atual povoação de São Francisco de Sales, às margens do Rio Grande, no vizinho município de Campina Verde. Os panariás – assinala o historiador Edelweis Teixeira¹ – deixaram seus vestígios à margem dos rios Tijuco e Prata, além de igaçabas funerárias, aqui e acolá. Praticamente, não houve luta entre os ameríndios e o invasor branco civilizado, pois os silvícolas, tão logo verificaram a superioridade de armas dos desbravadores, ou se submeteram e foram agrupados na aldeia de São Francisco de Sales, ou foram escorraçados para Goiás e Mato Grosso. As principais artérias de penetração na zona de Ituiutaba foram os rios Prata e Tijuco, principalmente o primeiro. Segundo Dr. Edelweis Teixeira, de Desemboque partiram várias expedições com o objetivo de descortinar e conhecer a região entre os rios Grande e Paranaíba.

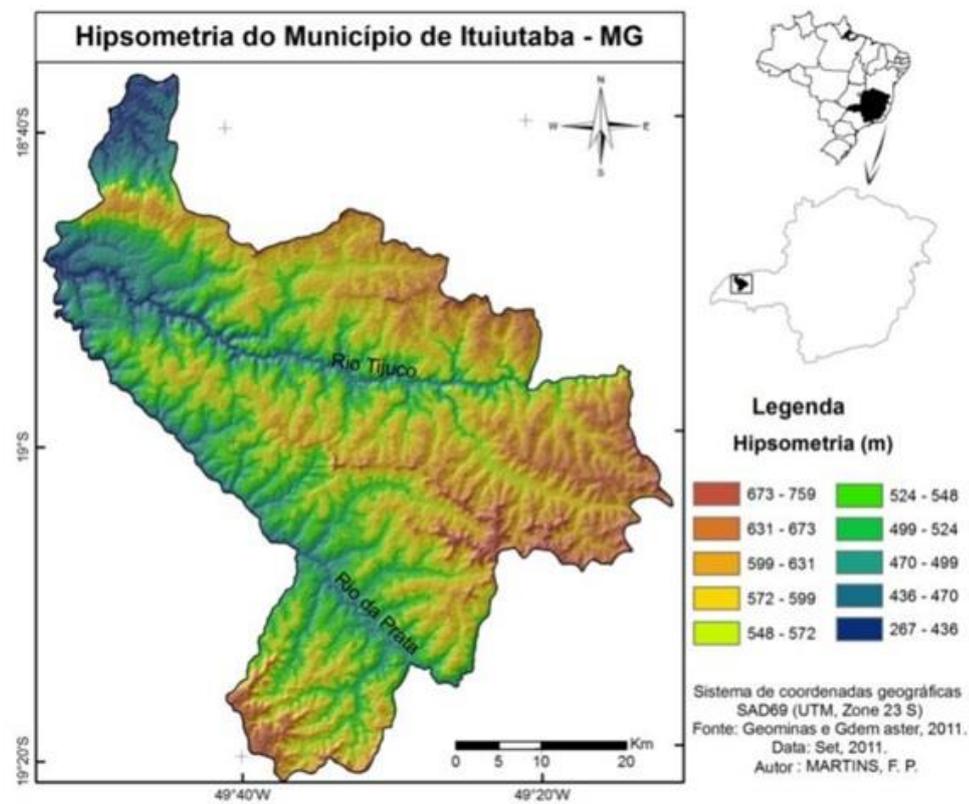
Neste contexto, os vestígios foram encontrados às margens dos rios Tijuco e Prata, que de acordo com os estudos de Borges (2019), o rio Tijuco tem como principais afluentes os rios

¹ Edelweis Teixeira nasceu em Pouso Alegre, MG, em 1909, mudando-se logo depois para Belo Horizonte. Em 1943, transferiu-se para o Triângulo Mineiro, onde casou-se com Inês Resende Teixeira e teve seis filhos. Era formado em medicina, odontologia, música e regência em canto orfeônico. Foi professor, inspetor de ensino e reitor, folclorista, poeta, historiador e botânico. Além da educação e da pesquisa histórica – suas mais puras paixões – com a Fundação do Instituto de Folclore do Brasil Central, ele resgatou a história do folclore do Triângulo Mineiro, recuperando todas as nossas manifestações culturais e despertando o nosso povo para a valorização de cada data festiva, danças, etc., além de ter deixado várias obras inéditas, preparadas para publicação. Foi membro dos Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais e de São Paulo, da Comissão Mineira de Folclore e da Academia de Letras do Triângulo Mineiro, onde ocupou a Cadeiras nº 32. Publicou desde 1940, trabalhos na área de historiografia e folclore de Minas Gerais. Edelweis Teixeira faleceu em 1986 (PAOLINELLI, Sônia Maria Rezende. Coletânea Biográfica de Escritores Uberabenses. Uberaba (MG): Sociedade Amigos d Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimarães”, 2009, 72p. Disponível em: m.facebook.com/UberabaemFotos/fotos/867626619993174?locale=ar_AR. Acesso em: 15 jan. 2022).

da Prata, Babilônia, Douradinho, dentre outros; no que se refere à preservação dos rios Tijuco e Prata faz-se uma ressalva ao apontarem à grande disponibilidade hídrica desses rios, aos impactos ambientais advindos da agropecuária e da geração de energia que dependem de proteção, afirmando, ainda, que devido às atividades humanas na região teve como consequência a perda da biodiversidade, alertando que os rios são áreas prioritárias de conservação com sua biodiversidade na fauna aquática e matas ciliares que se comportam como corredores ecológicos.

Deste modo, pode-se visualizar no Mapa 1, os rios Tijuco e Prata no município de Ituiutaba, a seguir.

Figura 1 – Rio Tijuco e Prata no município de Ituiutaba – MG



Fonte: Martins; Costa (2012, p. 3).

Reportando aos primeiros ambientes do município, esse cenário foi marcado por conflitos entre os posseiros e os caiapós, “houve luta, armaram-se tocaias, irromperam inopinados assaltos como morticínios”, e, assim, aportaram à terra Joaquim Antônio de Moraes e José da Silva Ramos, que conforme Chaves (1953, p. 19) preleciona, “o primeiro arranchou à margem do ribeirão São Lourenço, este último acampou no córrego Campo Alegre”. Ainda, houve, naquele momento de lutas por essa terra, para a posse dos confrontantes, incêndios nos aldeamentos mais próximos, hoje, conhecido como Salto das Moraes.

E, ainda, no que concerne às expedições para conhecer a região, outras resultaram o aparecimento de várias povoações fazendo parte das cidades existentes. Em 1810 e, logo depois, em 1811 quando buscaram a margem do Rio Grande; “o major Eustáquio fez nova entrada em 1812, levando como capitão o Pe. Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruswck, que se tornaria um dos vultos mais brilhantes da região” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 304). Essas investidas verificaram a transmigração dos caiapós para as margens do Rio Grande e para Goiás, resultando em grande número de forasteiros para a região, como fundamentado na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959, p. 305):

Desde, porém, 1810 vinha o território triangulino sendo pontilhado de sesmarias. Nas divisas dos municípios de Prata e Ituiutaba, está a foz do rio Douradinho. Dêste local, rio abaixo, passando pelo Salto do Prata, Aldeia Velha até o córrego de São Vicente encontramos o 1º núcleo de povoamento do município, conforme cartas de sesmarias nos códices do Arquivo Público Mineiro. Em 1830, segundo os estudos do Dr. Edelweis, teria chegado a Ituiutaba o Padre Antônio Dias de Gouveia, onde adquiriu, inicialmente, a sesmaria das Três Barras, nas margens do Tijuco, e posteriormente muitas outras propriedades. Sua vida foi das mais agitadas, mas surge como fundador de duas cidades: Prata e Ituiutaba. Nesta, após a doação do patrimônio, feita por Joaquim Antônio de Moraes, que aportou à região entre 1810 e 1820, e José da Silva Ramos, que chegou à região tijucana para tomar posse de uma sesmaria doada a seu pai e mais 7 companheiros, em carta datada de 30 de junho de 1753 - o Padre Gouveia concitou os fazendeiros das redondezas para levar avante o objetivo dos doadores. A capela teria surgido em 1832. Em 1833, chegava o primeiro capelão, Padre Francisco de Sales Souza Fleury, e no ano de 1836 era eleito o 1º juiz de paz.

E, a partir dessas passagens, como registrada na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959) desenha-se a formação administrativa, “Distrito criado com a denominação de São José do Tijuco pela Lei provincial nº. 138”. Percorrendo pela história de Ituiutaba, para conhecer sua origem, ainda no século XIX, como apontam os registros realizados pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2020, p. 1) com outros acontecimentos neste século que se tornaram fatos históricos, prosseguindo o recorte temporal:

Em derredor da capela surgiram as primeiras moradias. O casario, como a capela, assentado às margens do córrego Sujo, ficava numa parte baixa, e o povo, desejando a mudança da capelinha para um ponto mais alto, concretizou a sua ideia erigindo novo templo, cuja conclusão se deu por volta de 1839 (Figura 1). A primeira residência edificada no "Largo da Capela" foi a do fazendeiro Antônio Inácio Franco. A paróquia de São José do Tijuco foi criada pela Lei n. 138, de 3 de abril de 1839, compreendendo os curatos do Carmo, de Morrinhos da Prata e de São Francisco das Chagas de Monte Alegre. Em 1840 foi tornada sem efeito a Lei n. 138, e, em consequência, a criação da paróquia de Prata. Em 7 de novembro de 1866, foi, novamente, criada a freguesia de São José do Tijuco, desmembrada de Nossa Senhora do Carmo

do Prata. No local da antiga capela edificada em 1839, José Martins Ferreira e José Flausino Ribeiro, à frente da população de São José do Tijuco, edificaram a Matriz que concluíram em 1862 (Figura 2). Por provisão de 20 de fevereiro de 1833, foi nomeado o Padre Ângelo Tardio Bruno (Figura 3), vigário da localidade. Com a chegada desse pároco, o povoado tomou novo impulso, contando já a freguesia, em 1890, com 5.067 habitantes. Pela Lei estadual n. 319, de 16 de setembro de 1901, foi criado o município com a denominação de Vila Platina, com sede no povoado de São José do Tijuco.

Neste sentido, houve a construção da capelinha, o povo tornou-se real sua ideia de mudá-la do Córrego Sujo para um local que tornasse possível a formação de um povoado especialmente em abundância de água, como afirma Teixeira (1953, p. 209), e para a realização dessa segunda Capela contou com um mutirão de todos os vizinhos, erguendo-a “no local da atual matriz, em cima do Chapadão”. E, assim, Teixeira (1953, p. 209) argumentou: “Bem melhor que a anterior, todavia não deixava de ser modesta, coberta também de folhas de buriti. Todavia, pretendeu ela as glórias de matriz, em 1839, já pronta. O cemitério passou também a ser ao lado, o 2º cemitério de Ituiutaba”.

Figura 2 – Fotografia (recorte) da Capela São José do Tejuco, meados de 1800.



Fonte: CHAVES, 1984, p. 345.

Deste modo, pode-se visualizar na Figura 2, a Capela São José do Tijuco, uma igreja modesta, coberta com folhas de buriti, que foi criada no ano de 1839. Como afirma Chaves (1984, p. 345) ao descrever a figura 2, “Aqui outrora bimbaharam sinos [...]” e, guardando na memória a saída da “missa do dia”, expõe cada um dos seus estimados companheiros, que ali participaram da missa, no final do século XIX: “Vicente Stock, Assunta, João Gonçalves Dutra, Arlindo Teixeira, Tito Teixeira, Costinha, Augusto Carvalheiro, Armando e Heitor Fratari, Vítório Falqueiro, Henrique Português e outros ...”. Vale destacar

que Chaves (1984) salienta com entusiasmo sobre esses senhores e senhoras que destaca na saída da “missa do dia”, em sua obra “A Loja do Osório²” (1984).

Com extremo zelo e cuidado, ao referir-se à Igreja, Paiva (1953, p. 67), também, a descreve:

A Igreja, em forma de chalé, era catita, bonita mesmo, com as paredes pintadas de branco e os portais de azul. Não tinha tórre. Do lado de fora, encontrava-se o pequeno sino, que convocava os fiéis para as rezas, anunciava a saída do Santíssimo, as horas das Ave-Marias, ou, em dôbres tristes, apregoava a paz das almas, que escapam para o Infinito, que é Deus.

Mediante o exposto, pode-se evidenciar a investigação sobre a Figura 2, denominada como fonte visual e, a partir desta as questões foram delineadas e apontadas, quando Paiva (1953) relaciona a construção da Igreja ao tempo histórico, a construção “em forma de chalé” e suas ações sociais; enquanto, Ávi (1953) percebe um contexto que abrange além dos aspectos sociais, como também, os aspectos políticos e, percorrem em sua narrativa, um recorte temporal e sua historicidade.

Sob o ponto de vista de Ávi (1953, p. 64), ao referir-se à Igreja Matriz de São José:

Essa Igrejinha foi substituída por imponente Matriz, obra levada a cabo em 1862; melhorada grandemente por outro sacerdote infatigável na região, cujo nome ainda revive e com provas de manifesta gratidão no coração de todos ituiutabanos, o inesquecível de todos Cônego Ângelo Tárdio Bruno. Substituindo-a com muita vantagem, devido ao acidente de incêndio ocorrido a 1º de novembro de 1938, foi levantada em 1920 a atual Matriz de São José, que, no dizer de alguém, é um dos templos mais suntuosos de Minas Gerais, obra toda ela do esforço dos fiéis de Ituiutaba e dos Padres Estigmáticos que governam a parte espiritual da paróquia. Daria assunto abundante para uma obra histórica do município da paróquia percorrermos os acontecimentos políticos e as façanhas de bravura dos antepassados da cidade ou os trabalhos ingentes dos sacerdotes que procederam aos membros da amada Congregação Estigmatina, isto é, antes de 1935. Pois foi em 1935 a 17 de fevereiro, segundo narra a cronista que aqui chegaram em seu primeiro contingente estigmatino o Pe. José Tondin, Vigário, - Pe. Júlio Sief e Ir. Roberto Giovanni.

Nesta perspectiva, sugere compreender a capela apresentada na Figura 2, segundo Teixeira (1953, p. 209), a segunda igrejinha, construída em 1839, época em que o povoado

² “Aqui Petrônio vai apresentando os seus ancestrais – bispos, padres, advogados, médicos, políticos, fazendeiros, comerciantes, escritores e gente do povo – fazendo-o com tanta gana emocional e tanto arroubo, o *élan* dos franceses, que quem o acompanha na leitura embarca também na carruagem andando. O cidadão tem raízes lançadas com profundidade na sua terra, possui laços e identidade com seu povo. Por isso, quando fala da sua grei prende a atenção, contagia. É uma comunidade inteira falando (BERNARDES, Carmos. Pegando a carruagem andando, p. 13. In: CHAVES, Petronio Rodrigues. A Loja do Osório. Ituiutaba: P.R. Chaves, 1984).

neste lugar se chamaria mais tarde de cidade de Ituiutaba; a cidade emergiu às margens do Rio Tijuco e passa a denominar-se, inicialmente, por São José do Tijuco. No entanto, a Igreja Matriz de São José é construída no lugar da antiga capelinha, como aponta-se a Figura 3.

Figura 3 – Igreja Matriz de São José. Saída de casamento. 1929.



Fonte: CHAVES, 1984, p. 271.

E, também, um marco importante ocorreu, a chegada do vigário do local, Padre Ângelo Tárdio Bruno (Figura 4), que Paiva (1953, p. 67) descreve com detalhes a sua trajetória:

Numa tarde ensolarada de dezembro de 1882, vindo pela estrada que demanda a Uberabinha, chegava, acompanhado de um guia de nome Manuel de Sousa, à Vila de São José do Tijuco, o padre Ângelo Tárdio Bruno, vigário da freguesia de São José de Tocantins, no Estado de Goiás. Vinha a cavalo, atravessando distâncias, à procura de lugares, onde padres do Seminário da Capital de Goiás pudessem localizar-se.

Paiva (1953, p. 67) destaca a entrada do Padre à Vila, o ruído dos animais, o vento forte e a poeira, mostra o cenário que se desenhava na chegada do vigário, ao percorrer grande percurso, em seu cavalo, desde o Estado de Goiás até o Estado de Minas Gerais:

Os animais trotavam ao longo da estrada, levantando uma externa cortina de pó, côr de ocre, a se descambar e adelgaçar pelo cerrado a dentro. Um vento mais forte, de quando em quando, quente como se soprasse das queimadas, lambia um bocado da poeira do caminho e envolvia os viajantes, que chegavam.

Neste cenário são apresentados os detalhes por onde passavam e descreve-se o local, em suas explicitações, “apressaram as alimárias e ganharam a alto, chegando quase em frente à Igreja”; ao revelar o espaço físico, faz-se com desvelo como se apresentava, naquele momento, o cemitério do lugar, “desleixado, sem tapumes, com as covas revoltas pelos tatus, que traziam à flor da terra novamente a ossada humana e os cadáveres dos que tinham sido enterrados a menos de dois metros e meio da superfície do solo” (PAIVA, 1953, p. 67).

Para apresentar o Pe. Ângelo Tárdio Bruno, mais uma vez Paiva (1953, p. 67) aponta, tanto as suas características físicas quanto as psicológicas e comportamentais:

Padre Ângelo era corpulento, cabelos alourados, testa ampla, olhos azuis claros, a refletir bondade e a recordar a vastidão dos horizontes de sua terra natal, a gloriosa Nápolis, Itália, onde viu a luz em 1847. Voz forte, atitudes decididas, espírito pronto, estampava a figura do homem de ação.

Em se tratando da investigação percebe-se uma narração detalhada, com elementos que destacam “a figura do homem de ação”, considerações que Paiva (1953, p. 68) faz questão de enumerar: “Em pouco tempo, conquistou o coração de todos. Quizeram que êle ficasse. Insistiram. Explicou que podia, porque estava acumulando dinheiro, para mandar seu pai Francisco Bruno de volta para a Itália”.

Nesta perspectiva, a importância necessária foi coletada pelos ituiutabanos e levada até seu pai, ao mesmo tempo, a preocupação do Padre em quitá-la foi dissipada, pois quitaram tal lista que pretendia pagar. E, ainda, recebeu do notável ituiutabano Antônio Pedro Guimarães, casa para morar pelo tempo que quisesse. Dentre as ações do Pe. Ângelo Tárdio Bruno, ao fixar residência, preocupou-se em atender os fiéis que o aguardavam com seus pedidos, não só a benção, como também, o batizado de seus filhos, união de noivos, reza do terço e, assim fez, mais ainda, “preocupou-se em fechar o cemitério, o que fez, com aroeiras, fornecidas pelos fazendeiros”, a reforma da Igreja, também, foi realizada, “colocando duas torres na frontaria, para as quais, tempos após, trouxe sonorosos sinos”, entre as reformas da Igreja, pode se elencar, ainda, o aumento do número de altares; não deixando de revelar que o Padre “abriu uma pequena escola, lecionando e alfabetizando a petizada, apesar de não conhecer bem a língua portuguesa” (PAIVA, 1953, p. 69).

Paiva (1953) salienta, ainda, que o Pe. Ângelo Tárdio Bruno tinha como seu substituto na escola, criada pelo mesmo, o italiano José Antônio Januzzi, portanto, anos depois, convidou o professor João Teixeira, conhecido como João Mestre.

De acordo com a trajetória do Pe. Ângelo Tárdio Bruno, “em 1909, quando São José do Tijuco passou à Vila Platina, eleito a primeira Câmara e primeiro agente executivo, andou de casa em casa, a pedir que, antes da posse, todos comungassem [...]” (PAIVA, 1953, p. 69). Paiva (1953) explicita que todos estiveram presentes para a comunhão.

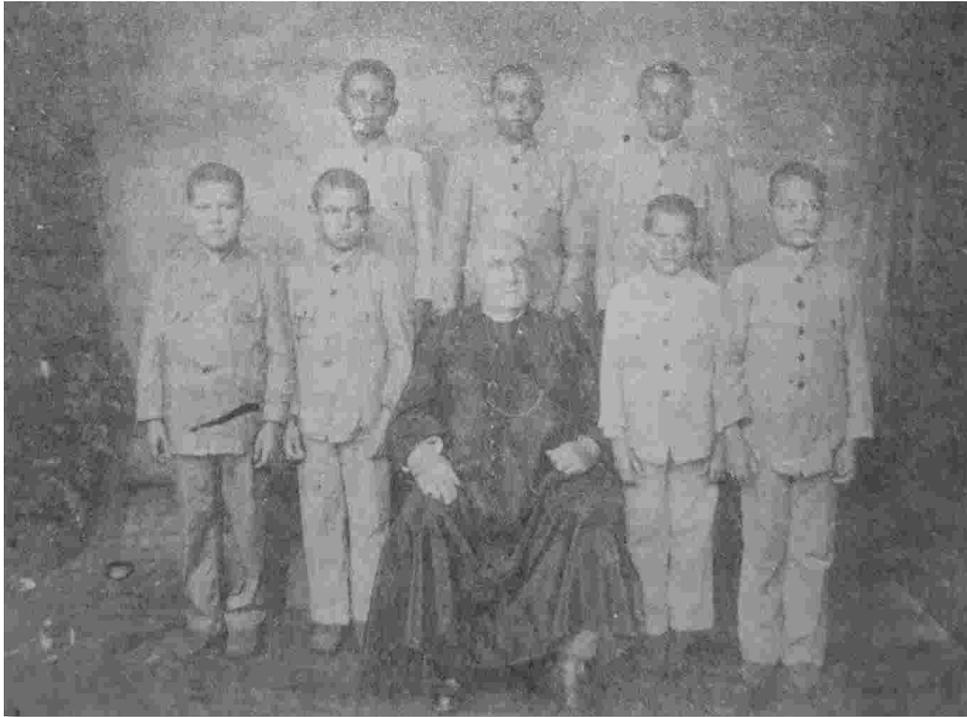
Figura 4 – Cônego Ângelo, em 1917, com um grupo de estudantes, seus protegidos.



Fonte: CHAVES, 1984, p. 366.

A Figura 4 mostra a foto retirada do Álbum de Villa Platina, em 1901, onde se encontra o Cônego Ângelo, em 1917, com um grupo de estudantes, como apresenta Paiva (1953). E, logo a seguir, a Figura 5, também, retirada do Álbum de Villa Platina, do Cônego Ângelo, já com a idade mais avançada, à porta de sua residência, à Rua 24 de Maio.

Figura 5 – Cônego Ângelo à porta de sua residência, à Rua 24 de Maio.



Fonte: CHAVES, 1984, p. 366.

Outro fato marcante nas ações de Pe. Ângelo Tárdio Bruno, atuando como agente executivo, foi encarregar João Gomes Pinheiro a traçar as ruas da então Vila Platina, vale destacar que o pagamento foi de seu próprio bolso, lembrando, ainda, que não houve planta dessas ruas e avenidas, como prossegue Paiva (1953, p. 70):

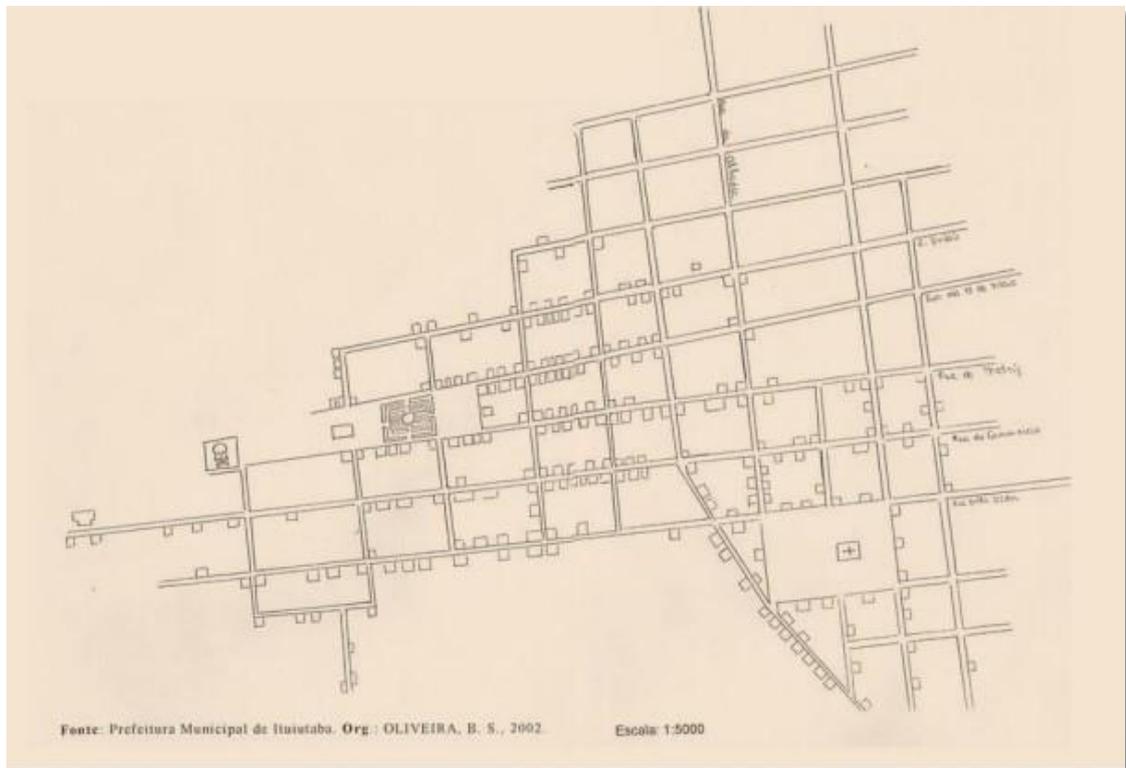
Depois de alinhavadas as avenidas e ruas, na qualidade de construtor, a bem do progresso, Padre Ângelo Tárdio iniciou, para particulares, por empreitada, diversas construções de casas residenciais, em estilo singelo, mas agradável e progressista para a época.

Neste cenário, para que não interrompesse as construções. Padre Ângelo Tárdio Bruno mandou buscar fora oleiros que os considerava perfeição dos tijolos e das telhas que fabricavam. Toda essa movimentação, fazia com que as casas aumentassem e, assim, promovia o crescimento da cidade.

Paiva (1953, p. 71) revela, também, que em 1910, o P. Ângelo foi promovido a Cônego por D. Eduardo Duarte da Silva e, no ano de 1918, “com excesso de labor, coração enfraquecido, sofreu um derrame cerebral, faleceu em 29 de junho de 1921”, porém, Ituiutaba continua com suas recordações vivas.

Entre tais recordações pode-se visualizar na Figura 6, os primeiros traçados urbanos no início do século XX.

Figura 6 - Ituiutaba (MG): primeiros traçados urbanos no início do século XX



Fonte: Chaves (2016, p. 37).

A Figura 6 mostra os primeiros traçados urbanos no início do século XX, que na década de 1940 foi aprovado o primeiro Registro de Loteamento pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, realçando que o Pe. Ângelo Tárdio Bruno quando “São José do Tijuco passou à Villa Platina”, em uma de suas ações pela ampliação da cidade, construção de casas, pagou para traçar as ruas da então Villa Platina (CHAVES, 2016, p. 37).

A Figura 7, a seguir, pode-se visualizar a pequena cidade com suas ruas retas e compridas.

Figura 7 – A pequena cidade com ruas retas e compridas.



Fonte: CHAVES, 1984, p. 25.

A Figura 7 mostra as ruas e avenidas em um período mais recente, com os loteamentos dos bairros que foram anexados ao perímetro urbano (CHAVES, 2016), “as cidades não contam com o seu passado, mas elas contêm como linhas da mão, escrito nos traçados das ruas, templos, das praças e das escolas, bem como nos sentimentos daqueles que vivem na cidade” (MEDEIROS NETA, 2011, p. 14).

Deste modo, compreende-se, em cada verso de Sá di Noel, o que propõe em seu olhar poético, citado por Chaves (1984, p. 26), em *Pedaços de Viagem: a pequena cidade*:

Eu vim chegando à pequena cidade.
 À pequena cidade do sertão.
 A cidade de ruas retas e compridas,
 Ruas compridas e sem árvores.
 A cidade das avenidas encascalhadas [...]

E, ainda, nesta mesma poesia desenha-se mais um pedacinho da pequena cidade, como mostra a Figura 8, o Coreto, como consta no livro *A Loja do Osório*, de Chaves (1984, p. 26):

Do jardim cheio de árvore grande,
 Com muito canteiro sem flor,
 Com um pequeno coreto no centro
 Onde a banda da retreta
 Com dobrados e maxixes.
 A pequena cidade do sertão.

Figura 8 – O Coreto.



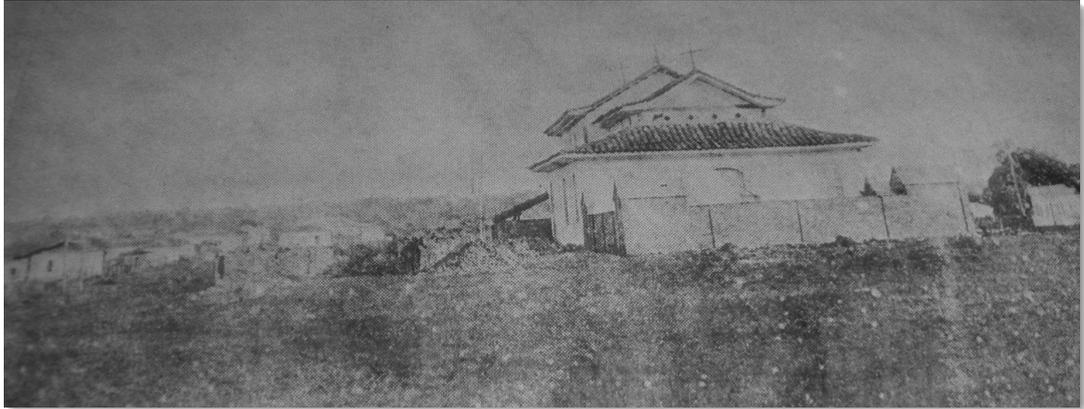
Fonte: CHAVES (1984, p. 309).

A Figura 8 mostra um típico coreto que se erguia no centro, com seu assoalho de tábuas, “sobre sólidos barrotes, com porão que dava acesso ao andar superior por uma apertada escadinha de madeira” (CHAVES, 1984, p. 310). Como descreve Chaves (1984), o coreto era ocupado pela banda de música e, também, pelas autoridades em dias festivos; mais adiante, serviu para comícios políticos e em comemorações cívicas.

Percorrendo por essa trajetória histórica compreende-se que nasceu o Arraial de São José do Tijuco, cresceu em número de habitantes e desenvolveu a economia e a política tijucana, adentrando para o século XX, quando no dia 16 de setembro de 1901, pela Lei Estadual nº. 319, é elevado à categoria de Vila com a “denominação de Vila Platina, sendo desmembrado de

Prata. Sede na antiga povoação de São José do Tijuco. Constituído do distrito sede. Instalado em 02-01-1902” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 304-309), assim, pode-se visualizar na Figura 9, uma vista parcial da cidade de Ituiutaba, entre os anos de 1903 e 1904, com o nome de Vila Platina:

Figura 9 – Vista parcial da cidade de Ituiutaba, (Vila Platina), entre os anos de 1903 e 1904



Fonte: CHAVES, 2016, p. 21

No âmbito político pode-se destacar a presença de vários agentes executivos e prefeitos municipais de Ituiutaba, como o Capitão Augusto Alves Vilela (1846-1919), farmacêutico, íntegro e trabalhador, sem presunção política, porém durante mandatos eletivos exercidos neste local mostrou-se sendo de dever e bom político, como revela o Zoccoli (2001, p. 28):

Aceitou o cargo de primeiro Agente Executivo, como uma convocação e cumprimento de exercício de um apostolado. Essa é a imagem irretocável que deixou, nos pósteros, como homem público, no desempenho de primeiro mandatário do município e de vereador em subseqüentes legislaturas.

O primeiro agente executivo permaneceu de 1902 a 1905, “chegou em Vila Platina e abriu a *Farmácia Popular*”, que depois de alguns anos passou a ser a Farmácia Santa Terezinha, “realizou um bom governo, a despeito da carência de recursos” (ZOCCOLI, 2001, p. 27).

Embora as verbas orçamentárias, de Vila Platina, fossem poucas, as ideias do executivo eram promissoras e visavam grandes realizações, as leis foram promulgadas, gradualmente, de acordo com a necessidade da formação administrativa. Como, ainda, não havia oposição política, por ser um município recém-criado, executivo e câmara (Figura 10), “trabalhavam de mãos dadas e com o único pensamento de organizar a casa da melhor maneira e sem maiores reclamos” (ZOCCOLI, 2001, p. 29).

Figura 10 – Construção do edifício da Câmara Municipal (1901)



Fonte: CHAVES, 2016, p. 21

Ainda, na gestão de Augusto Alves Vilela, em 1901, foi criado o primeiro grupo escolar e chamava-se Vila Platina, anos depois, passou a se chamar João Pinheiro, teve como primeiro diretor, Benedito Chagas Leite, e o segundo, o professor Francisco Antonio de Lorena.

Assim, tudo se desenvolvia em uma administração com harmonia para a organização e o funcionamento do município. Outros agentes executivos atuaram na política de Vila Platina e, deste modo, sua história está sendo (re)escrita, hoje Ituiutaba-MG (2022).

No cenário judiciário, Diniz³ (1953, p. 33), no início do século XX, contribui nessa trajetória ao relatar:

A matéria que versarei é árida, mas permiti que a detalhe com os elementos que pude reunir. Se alguma omissão ocorrer, releves a falta. A carência de dados circunstanciados empobreceria o meu trabalho, mas o objetivo que o caracteriza estará de pé – uma contribuição modesta e despretensiosa, mas de alto sentido cívico àqueles que procuram mostrar aos que nos visitam um setor de atividade que reflete a grandeza e a pujança deste município.

Neste contexto, Diniz (1953) preocupou-se com a falta de *dados de pesquisa* imprescindível para a produção de conhecimentos, reforçado por Sthephanou e Bastos (2005,

³ Dr. Erotides Diniz (1945) nasceu em Varginha em 11 de agosto de 1901. Magistrado e promotor, assumiu como prefeito municipal de Bom Despacho em 1945 (Disponível em: bomdespacho.mg.gov.br/prefeitos).

p. 417), que distingue memória e história: “Por História estamos considerando um campo de produção de conhecimentos, que se nutre de teorias explicativas e de fontes, pistas, indícios, vestígios que auxiliam a compreender as ações humanas no tempo e no espaço”.

Nesta questão, “o historiador/pesquisador constrói os indícios como *dados de pesquisa*, mediado pela teoria, pela cultura, por sua subjetividade e pelo espaço de verdade de seu tempo, [...]” e, completa sua teoria ao afirmar que a Memória, não sendo a História, “é um dos indícios, documento, de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido, do sentido, do experimentado pelos indivíduos e daquilo que lembram e esquecem, a um só tempo” (STHEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 418) (grifos do autor).

Retornando, à compreensão de Diniz (1953), ao referir-se à falta de *dados de pesquisa*, entende-se que o mesmo mostra-se disposto e sente-se bem com sua contribuição ao expor o cenário jurídico, do qual faz parte, sendo este um magistrado e promotor vivido no tempo e espaço estudado. Neste sentido, Diniz (1953) destaca algumas leis promulgadas e iniciadas com a criação da cidade, desta a Lei nº 1.360 quando o distrito criado desde 1839, chegando a freguesia em 1866, recebe o nome de São José do Tijuco; Lei nº 319, em 16 de setembro de 1901, elevada à categoria de Vila com o nome de Vila Platina, “composto dos distritos de São José do Tijuco e de Rio Verde, desmembrado do município do Prata, sendo a sede em São José.

Como Diniz (1953, p. 33) preleciona:

No Governo de Delfim Moreira⁴, foi sancionada a Lei nº. 663, de 18 de setembro de 1915, que alterou a divisão judiciária do Estado, Vila Platina foi, então, elevada a termo pertencente à comarca do Prata, passando a denominar-se Ituiutaba. Somente em 25 de abril de 1917, foi marcada a data para a sua instalação pelo Decreto nº. 4.759. Surgiu, em consequência, para

⁴ Delfim Moreira da Costa Ribeiro (07/09/1914 a 07/09/1918) Natural de Cristina (MG), nasceu em 7 de novembro de 1868 e faleceu em 1º de julho de 1920 Filho de Antônio Moreira da Costa e Maria Cândida Ribeiro. **Formação:** Direito pela Universidade de São Paulo - 1890

Atividades: Advogado; Deputado estadual -1894 a 1902; Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais - 1902 a 1906; Deputado federal - 1909 a 1911; Presidente do Estado de Minas Gerais - 1914 a 1918; Presidente do Brasil - 1918 a 1919.

Trajetória: Logo após se formar em Direito pela Universidade de São Paulo, Delfim Moreira ocupou o cargo de juiz municipal em Santa Rita, tornando-se vereador e presidente da Câmara Municipal na cidade. Pertencente à geração de republicanos históricos mineiros, foi deputado estadual de 1894 a 1902, sendo nomeado secretário do interior de Minas Gerais. Em 1918, foi eleito vice-presidente da República na chapa de Rodrigues Alves, que foi vítima da Gripe Espanhola e faleceu antes mesmo de ser empossado. Delfim Moreira assumiu a Presidência até que fossem convocadas novas eleições. O próprio Delfim Moreira também não dispunha de boas condições de saúde. Seu curto mandato ficou conhecido como regência republicana e foi considerado um período assinalado por vários problemas sociais e greves. O presidente, porém, parecia menosprezar essa crise, dizendo que "as greves não passavam de casos de polícia". Em 13 de maio de 1919, após disputa com Rui Barbosa, Epiácio Pessoa foi eleito o novo presidente da República, e Delfim Moreira passou-lhe o cargo, voltando à Vice-Presidência. Quando faleceu na cidade de Santa Rita do Sapucaí/MG, ainda ocupava a Vice-Presidência do governo de Epiácio Pessoa (Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governador/delfim-moreira-da-costa-ribeiro>. Acesso em: 03 jan. 2022).

administração municipal daquela época, um problema sério a resolver. É que a cidade, ainda pequenina, não dispunha de prédio que pudesse satisfazer as necessidades mínimas de uma casa de Justiça. Mas, o saudoso agente executivo João Martins de Andrade sancionou a Lei nº. 225, de 5 de maio de 1917, autorizando a administração a fazer “os serviços necessários para a adaptação do prédio municipal, para o fórum inclusive prisões” (grifos do autor).

Neste contexto, Ituiutaba chegou à condição de cidade pela Lei Estadual nº. 663, de 18 de setembro de 1915; em 1917 foi empossado o primeiro juiz municipal Luiz Jefferson Monteiro da Silva, durante a gestão do agente executivo João Martins C. Andrade, no entanto, deixou a magistratura passando a atuar na advocacia. A partir da atuação, gestão, exercícios assumidos, posses e sucessões sentiram a necessidade da criação de uma comarca em Ituiutaba, que naquele momento a mais próxima se localizava em Monte Alegre, distante da capital do Estado, e que “no quadro geográfico do Estado, tão pequeno era o número de suas edificações, fazendo, ao lado disso, prova suficiente de que não havia lá grande movimento forense” (DINIZ, 1953, p. 35).

Como em 1903, a comarca de Monte Alegre fora suprimida pela primeira vez, com o juiz Dr. Paulo Fleury; em 1921 foi restaurada sob a jurisdição de Dr. Paulo de Moraes Jardim; trabalho este que resultou a comarca de Ituiutaba, quando ocorreu a transferência de sede da comarca de Monte Alegre para Ituiutaba, como determinada pela Lei nº 879, de 24 de janeiro de 1925, sancionada pelo presidente do Estado, naquele momento, Fernando de Melo Viana e seu Secretário do Interior era Dr. Sandoval Soares de Azevedo. O artigo 7 da Lei nº 879 redigia: “Fica transferida a sede da comarca de Monte Alegre, constituindo o atual território, de que se compõe este município, termo pertencente à comarca de Uberabinha”.

Como Diniz (1953, p. 35) explicita as realizações como a transferência da comarca de Monte Alegre para Ituiutaba, embora tudo tenha ocorrido legalmente, não impediu que a população, especialmente, política, não provocasse protestos, havendo “manifestações de desagravo do povo de Monte Alegre”. Em Ituiutaba, o ato governamental era recebido com naturalidade, festejando-o.

Como resultados da pesquisa apontada pelo Centenário de Ituiutaba (ZOCCOLI, 2001, p. 28), somente a parte orçamentária, na gestão do primeiro agente executivo “situavam-se em faixa diminuta, ou melhor dizendo, modestíssimas”; como trabalhavam conjuntamente, executivo e câmara, começou a arrumação, com a Lei Nº. 2, de 10-01-1902, “estabeleceu o quadro de funcionários municipais: escriturário, contínuo, porteiro, fiscal e alinhador” (p. 29);

como recebia grande quantidade de água, que vinham dos terrenos situados acima, pois a cidade se posicionava na parte baixa, havia uma queda natural, foi feita a administração de uma obra neste sentido.

Vale destacar que havia uma preocupação com o aspecto urbano e, assim, foi autorizada a execução de serviço de meio-fio, conforme a Lei Nº. 11, de 09-04-1902, que denominavam como “construção de filetes de pedras nas ruas: Municipal (18), do Carmo (7), São José (11), Antônio Cesário e Antônio Guimarães (13), como descrito por Zoccoli (2001, p. 29-30):

Normou que nenhuma edificação poderia iniciar-se na Vila Platina, sem prévio alvará, pena de multa de vinte mil réis (Lei Nº. 5). Pautou limites mínimos para os lotes e gabaritos para os prédios, com o objetivo claro de defender o urbanismo, a evolução e expansão das construções e loteamentos. Dispôs às claras na Lei: “Não poderão, no Largo, ser construídos sem que tenha pelo menos 50 palmos de frente por 17 de pé direito”. Melhor ainda: obrigou que, no Largo, os posseiros construíssem no prazo de um ano, sob pena de perda da posse (Lei Nº. 4, revogada pela de Nº. 70, de 21-09-1907).

Deste modo, percebe-se a preocupação com os aspectos urbanos, pois até aquele momento, o gado era trazido a laço das fazendas e ali, “em campo aberto, num terreno vago, coberto de cerrado baixo”, realizavam-se o abate, conseqüentemente, perturbavam o “odor azedo e nauseante dominava o local e o vento se encarregava de espalha-lo pela Vila”. A partir daí, foi providenciada a construção do primeiro matadouro municipal, “a margem do Córrego Pirapitinga, na atual rua 14, esquina com a avenida 7, (Lei Nº. 3, que traz a data de 1904, mas é de 1902). Tratava-se de uma construção despreziosa e simples”; com isso pode atender às exigências mínimas de higiene, “para fornecimento de carne verde à população” (ZOCOLI, 2001, p. 30).

Outras benfeitorias foram realizadas nessa gestão, entre elas, pode-se destacar a reconstrução da ponte e uma colocação provisória de uma balsa por conta da Municipalidade, porém antes mesmo de sua reconstrução a enchente ruiu a ponte sobre o Rio Tijuco, fins de novembro de 1902, assim, a cidade ficou isolada. Portanto, a Câmara e o Executivo se empenharam para uma rápida construção de uma barca para atender a população, também, não aguentando o fluxo do tráfego, afundou-se, salvando o pessoal. Com a falta de sal e mantimento que começar a falta na Vila Platina, providenciaram a armação de uma segunda balsa, desta vez, mais sólida e duradoura.

Nesse meio tempo, houve cobrança, autorizada, de pedágio, levando a urgência da construção de uma nova ponte, reconstruída e explorada pelos manos Malta, até o governo de Dr. Fernando Alexandre com reembolso aos construtores a liberação ao público.

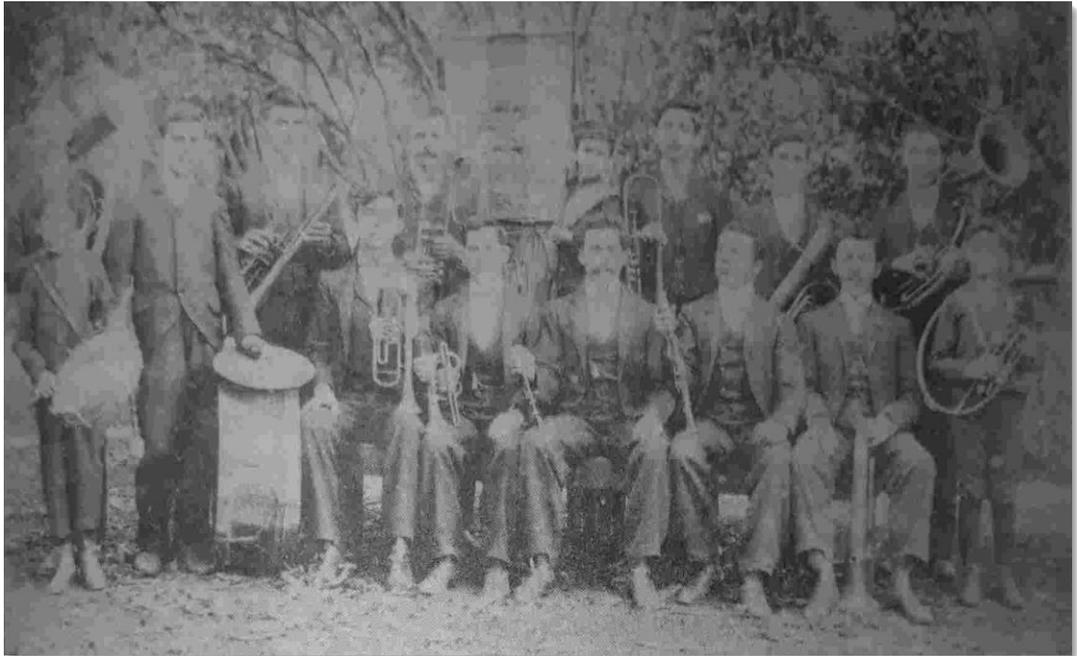
Em 1905, Tobias da Costa Junqueira eleito vice-presidente da Câmara Municipal, por ausência de Pio Goulart, assumiu a direção do município, acompanhando as diretrizes traçadas por seu ilustre antecessor; de 1905 a 1907, foi eleito a agente executivo da então Vila Platina, Francisco Alves Vilela, assumindo a responsabilidade e administração da Vila com outros homens públicos.

Com o processo de criação do município de Vila Platina e a libertação política do Prata-MG, como explicita os resultados da pesquisa no Centenário de Ituiutaba (ZOCCOLI, 2001, p. 36): “Muito tinha para se fazer: pontes, estradas, cemitérios, escolas, iluminação, jardins, canalização de água, a criação do regimento, a verificação dos limites de Ituiutaba com os municípios vizinhos, mas os políticos da época não temeram o desafio”.

Outros destaques marcantes foram realizados nessa gestão como a construção do prédio do Grupo Escolar Vila Platina, que funcionava na residência do Sr. Odilon Machado (In Memoriam), nessa administração foi construído pelo sistema de cotas por vários participantes. Realizou-se, também, o primeiro serviço de iluminação pública, a gás acetileno, a inauguração com a banda de música “Lira Congressista” (Figura 11) que a população toda acompanhou percorrendo as ruas da cidade. Até então, contavam, apenas, com a luz do luar e os lampiões que eram colocados em postes nas esquinas, acesos todas as tardes, agora presenciavam o apagar dos lampiões e assistia a nova iluminação pública.

A seguir a Figura 11 mostrando a banda de música “Lira Congressista”.

Figura 11 – Banda de Música “Lira Congressista”



Fonte: CHAVES, 1984, p. 421.

A Figura 11 mostra a Banda de Música “Lira Congressista” que participou do primeiro serviço de iluminação pública de Vila Platina, bem como, da sessão de posse da Câmara Municipal e instalação do município de Vila Platina, como apresentada por Chaves (1984, p. 421), “em uniforme de gala, com o seu imponente estandarte. Antônio Lorena e Coletto, na primeira fila, assentados”.

Outro agente executivo, ainda de Vila Platina, foi Fernando Alexandre Vilela de Andrade, no período de 1908 a 1911, “um dos maiores propulsores do progresso desta localidade, pois, sem alarde, modesto como ele só, deu diretrizes ao futuro desta terra, ao futuro desta terra, de maneira acentuada, colaborando para o engrandecimento de Ituiutaba” (ZOCCOLI, 2001, p. 41).

Em sua gestão vários projetos foram discutidos e transformados em Leis, naquele momento a população ainda não era numerosa, o censo não existia, pois só começou a ser reconhecido em 1950. Um período em que a economia se destacava com a cultura do arroz, assim considerada a cidade como “Capital do Arroz”.

Pelo Centenário de Ituiutaba (ZOCCOLI, 2001) vários marcos históricos são visualizados, como na área da saúde que, neste período contava-se com a Casa de Misericórdia São José, ao lado do Hospital São José, onde hoje localiza-se a Casa da Cultura, para atendimento aos enfermos. O número de farmácias também aumentou, Farmácia Capitão

Augusto, Farmácia Vitória e Farmácia do Xanico. Ainda, na área médica, podiam contar com o Dr. José Petraglia, que era natural da Itália e fixou residência no Arraial de São José do Tijuco, por assistir a todos sem distinção era chamado “o médico dos pobres”; também, combateu ao surto de varíola com empenho e chegou a receber menção honrosa do Governo do Estado. Em 1909, a cidade contou com o Dr. Joviano de Castro, um senhor dinâmico, porém de gênio forte, que cumpria seus deveres de médico e fez fortuna na medicina; como também, Dr. Antônio Gaviano que, além de médico foi um dos idealizadores da primeira hidrelétrica na história de Ituiutaba.

Na área industrial, tem-se que foi feita a primeira tentativa de estabelecer uma indústria em Ituiutaba, representada por uma fábrica de cerveja que tinha a marca “Estrela”, em 1910, propriedade do Sr. José Candido de Sousa, mas durou pouco.

Mas, foi na gestão do agente executivo João Martins de Andrade, em seu primeiro mandato de 1912 a 1918, nascido em Ituiutaba, diplomata, que inaugurou a rodovia construída por Fernando Alexandre de Andrade e o serviço telefônico, tais serviços ligavam Ituiutaba a Uberabinha (hoje Uberlândia), em seu primeiro período de administração, portanto, no segundo preparou a construção do primeiro Fórum e do prédio do Grupo Escolar “João Pinheiro”, sendo este o único grupo escolar até aquele momento.

Fato mais marcante dessa administração pode-se congratular, que em 1915, “Ituiutaba foi elevada a termo jurídico com o nome atual de Ituiutaba, através da Lei nº. 663, de 18-09-1915, que alterou a divisão judiciária do Estado de Minas Gerais, continuando, entretanto, a pertencer à Comarca do Prata”; no entanto, “foi oficializada esta Lei pelo Decreto nº. 4.759, de 25-04-1917, quando foi marcada a data para a instalação do termo, o que se efetivou em 06-07-1917, com a posse do primeiro Juiz Municipal Dr. Luiz Jefferson Monteiro (autor da letra do Hino de Ituiutaba)” (ZOCCOLI, 2001, p. 53).

Deste modo, o agente executivo que administrou por dois períodos, sendo o primeiro entre os anos de 1912 a 1918 e 1923 a 1925, realizou fatos importantes como no Transporte, que até o momento contava com o carro de boi, que gastava vários dias para realizar uma viagem. Nessa área teve como primeiros fornecedores: Uberaba e São Pedro de Uberabinha. Assim, inaugurou a rodovia Ituiutaba a Uberlândia construída pela Companhia Mineira e Auto Viação Intermunicipal.

No futebol, pode-se constatar que a partir de 1912 vivenciou uma tradição esportiva, treinavam na praça denominada como “Largo”, com os primeiros treinos em que os times eram formados com os nomes das cores Azul e Vermelha.

Nesse mesmo ano de 1912, o Dr. José Petraglia, já apresentado na área da saúde como primeiro médico de Ituiutaba, ao participar do VII Congresso Brasileiro de Medicina que se realizou em Belo Horizonte, no período de 21 a 27 de abril, foi agraciado com uma medalha comemorativa.

No que tange ao clima da cidade, o ano de 1912, marcou um tempo de seca que foi de grande preocupação com a miséria provocada, a região ficou prejudicada sendo que as cisternas se tornaram esgotadas.

No entanto, dois anos depois, ano de 1914, pode-se comemorar com o primeiro automóvel circulando a cidade, nesse mesmo ano inaugurou o cinema e pode ler no Jornal “Vila Platina” a notícia do acontecimento em versos: “O povo desta cidade / mudou muito de sistema; / de dia anda de carro / E, de noite, no cinema” (ZOCCOLI, 2001, p. 54).

Data de grande importância também se deu no ano de 1915, quando as autoridades se reuniram em Uberaba para o primeiro Congresso das Municipalidades Triangulinas. Foi, também, nesse ano que foi instalada em Ituiutaba a primeira máquina de beneficiar arroz que era movida a força hidráulica.

Não menos importante, no campo comercial, no ano de 1918, como afirma o Centenário de Ituiutaba (ZOCCOLI, 2001, p. 54), “já existia com o nome de ‘Martins e Cia’, que o povo apelidou de ‘Lojas dos Martins’ ou lá nos ‘Martins’ e, posteriormente, se fixou como ‘Loja do Osório’⁵.

Vale lembrar que o agente executivo administrou de 1912 a 1918 e 1923 a 1925, sendo que o período de 1919 a 1922 foi ocupado o cargo pelo senhor Antônio Domingues Franco, quando o cenário mundial estava em efervescência e mudanças, em que a cultura erudita dava lugar à cultura industrial americana: “Depois da guerra descortinava-se um mundo novo que perderia muito do romantismo e gestaria uma nova sociedade mesclada de incertezas

⁵ Este livro não é uma obra literária, pois para tanto me falecem engenho e arte. Nem sequer pretende alinhar-se como relato histórico da cidade, da qual, apenas, narra algumas histórias. Define-se melhor como um livro de memórias, em que se misturam, como num caleidoscópio, lembranças de minha infância e mocidade, passagens de um colorido histórico e algumas biografias incompletas, rabiscos de pesquisas genealógicas [...] (CHAVES, 1984, p. 15).

e desafios. Essa efervescência do Pós-Primeira Guerra Mundial, repercutiria também na sociedade brasileira da época” (ZOCCOLI, 2001, p. 56).

Portanto, Carmo e Couto (1997) citados no Centenário de Ituiutaba (ZOCCOLI, 2001, p. 56) esclarece: “Esse período da República Velha foi marcado por um considerável desenvolvimento da indústria brasileira, que se concentrou principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro”; no entanto, o país manteve suas características anteriores, referindo-se à agricultura, que dependia da produção agrícola que se destinava à exportação, sendo as melhores terras de cultivo monopolizadas pelos grandes proprietários. Desta forma, o país passava por uma transformação industrial e, ao mesmo tempo, mantinha suas características de uma sociedade que baseava na produção agrícola, assim, a minoria dos grandes proprietários de terra dominava as localidades que pertenciam e aos governos municipais, nesse momento o Brasil tinha como presidente Epitácio Pessoa, no entanto, uma poderosa elite de fazendeiros de café se encontravam no controle do governo federal.

Ainda, nos anos de 1922, no dia 16 de julho foi inaugurada uma empresa, Luz e Força Ituiutabana Ltda, tendo como um dos responsáveis o sr. Hilarião Chaves, gerente da empresa, que de acordo com o Zoccoli (2001, p. 58):

Esses “homens experientes” com ideias que visavam o desenvolvimento e o progresso de Ituiutaba podem ilustrar o reflexo de uma sociedade ansiosa pelas ideias de renovação e crescimento, sementes da consciência do pós-guerra, que em escala menor, se faziam sentir na força inovadora daqueles que estariam gravando na história seus nomes e seus feitos.

Neste cenário, pode-se festejar em sessão solene extraordinária na Câmara Municipal, que naquele momento se ocupava no sobrado (Figura 12) da cidade, que Chaves (1984, p. 161) descreve com entusiasmo:

Mas foi no sobrado que a festança tornou ares de unânime consagração. O recinto da Câmara, um espaçoso salão que ocupava quase todo o andar superior, estava feericamente iluminado. Além das lâmpadas convencionais, estenderam fios com soquetes pelos cantos, desde o passeio, subindo pela escada e no patamar da entrada do salão.

Deste modo, a sessão foi presidida pelo Agente Executivo Sr. Antônio Domingues Franco, secretariado por Osório Martins; como explicita Chaves (1984), foi uma noite memorável, em sessão solene extraordinária, além do Agente Executivo que presidiu, contou-se com a presença de vereadores como João Martins de Andrade, José Furtado, José Goulart de

Andrade, Lafaiete Alves Vilela, o farmacêutico Antonio Vieira Gonçalves, tendo como orador oficial o popular “Dr. Vieira”, que teceu elogios à Empresa Luz e Força Ituiutaba Ltda.

Figura 12 – O Sobrado



Fonte: CHAVES, 1984, p. 319.

A Figura 12 mostra o Sobrado, lamentavelmente demolido, em seu pavimento superior funcionaram a Câmara Municipal e o Fórum. No térreo, a Delegacia, celas que foram instaladas e que os presos usavam as grades onde assentavam para tomar banhos de sol.

Deste modo, o Sobrado acolheu inúmeras autoridades e população ituiutabana para solenidade, não podendo deixar de enumerá-las, como o gerente da empresa, Hilarião Rodrigues Chaves e todos os sócios, Juiz, Major, Jornalista, outras autoridades da Câmara Municipal de Uberabinha, da Câmara Municipal de Monte Alegre, o Vigário da paróquia, “inúmeras pessoas representativas do comércio e da sociedade e um elegante comitê feminino, que ornamentou com flores o recinto da Câmara”. Das solenidades participaram as bandas de música “Lira S. José”, do então distrito de Santa Vitória, e a “União Operária”, de Uberabinha (CHAVES, 1984, p. 162).

Neste contexto, percebe-se o desenvolvimento industrial e a expansão urbana, a iluminação das vias públicas e demais residências; portanto o progresso chegou e os recursos energéticos não eram suficientes para atender às exigências urbanas. A década de 1930 marcava uma crise mundial, “o país sofreu a convulsão de 1930. O dinheiro escasseou. A luz, atendendo a um velho ditado de que um mal nunca vem só, empalideceu nas lâmpadas das casas e das

ruas, evidência que levou muitos usuários ao falso expediente, - pois lesivo à coletividade - do transformador” (CHAVES, 1984, p. 163).

Neste sentido, a cidade presenciou as ações de derrotismo, como afirma Chaves (1984, p. 163), houve “campanhas de ataque pessoal, que explodiram em gestos de ira popular, acionada por desordeiros, que culminaram no lamentável episódio do quebra-quebra de lâmpadas e postes de iluminação pública”.

Mesmo com o período conturbado da Segunda Guerra Mundial, havia aquelas autoridades da cidade, pessoas influentes, grandes proprietários, políticos, sócios, que não se descuidavam e sentiam-se responsáveis pelo amor à terra e pela vocação ao serviço público, sentiram a urgência que a cidade exigia e buscavam soluções. Como afirma Chaves (1984, p. 163):

[...] reuniu os remanescentes de antigo sócio, a viúva de Fernando Vilela de Andrade, Da. Emerenciana e os filhos daquele velho amigo, Fernando Vilela Filho – o Nadico – e o Eng.º Manoel Vilela de Andrade. Alienou, nessa época, expressiva gleba de 400 alqueire de mata virgem nas proximidades da Cachoeira Dourada, por preço irrisório, para atender à premência do objetivo, e com os demais sócios reuniu o capital necessário. Pois era urgente e a cidade exigia. Vieram as máquinas, novamente da Suíça, em navio neutro, que rompeu o bloqueio dos submarinos alemães e que zarpara com mais dois, posteriormente torpedeados. Em julho de 1942, vinte anos após a inauguração da primeira usina era essa ampliada com mais 200 cavalos. Estes foram prontamente absorvidos pela cidade, cuja fome de energia elétrica parecia insaciável.

Mais uma vez, frente à fome de energia elétrica insaciável da cidade, retornou-se à carência de potencial energético. Deste modo, Chaves (1984, p. 163-164) afirma que “novas críticas” e “violentas campanhas” reiniciaram, Hilarião se encontrava em meio a problemas graves e de solução inadiável, como dirigente da empresa, “recebia com serenidade todas as críticas que lhe eram feitas”. Não desistiu e como Chaves (1984, p. 165) revela: “Foi encontrada a fórmula por ele, os elementos atuantes da política, os empresários do comércio e da indústria: a captação de S.A., que seria a Empresa Luz e Força Ituiutabana S.A. – ELFISA”. A ELFISA surgiu nos anos de 1950, “a zona rural já consolidava uma vultosa produção agrícola” e, na cidade, “instalavam novas e exigentes indústrias, supridas com motores diesel, fenômenos paralelos a uma violenta expansão urbana, que transpunha aceleradamente os córregos Sujo e Pirapitinga e impelia o perímetro urbano no sentido sul” (CHAVES, 1984, p. 165).

Os problemas não pararam por aí, houve até mudanças de cargo, portanto, somente com campanhas de apoio financeiro com a participação do povo, dos órgãos de governo,

estadual e municipal, empresários, “a força do poder da vontade do Ituiutabano, instalou-se a nova usina, agora com mais 3.000 cavalos”. Somente após serenar os ânimos, como afirma Chaves (1984), e satisfazendo as exigências da cidade resultante de seu progresso, é que Hilarião foi reconduzido à direção da ELFISA e, ali permaneceu até 09 de agosto de 1959.

Do ponto de vista geral, no que concerne à economia de Ituiutaba, perpassando por sua origem, pode-se considerar o município privilegiado, como apresentado por Chaves (1953) elencando-a em diversos aspectos, entre eles: a agricultura, a industrialização da lavoura, o parque industrial, o potencial hidroelétrico, a indústria e o comércio.

Neste contexto, evidencia-se um crescimento da população local, migraram famílias inteiras. O fluxo foi notável até 1969, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – População rural e urbana do município de Ituiutaba, MG

ANO	POPULAÇÃO RURAL	%	POPULAÇÃO URBANA	%	TOTAIS
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656

Fonte: SOUZA, 2010, p. 527.

A Tabela 1 apresenta a população rural em número elevado da população urbana nas décadas de 1940 e 1950, aproximada a 80% (oitenta por cento), enquanto nas décadas de 1960 e 1970 há um número considerável, quando sua população, incluindo os migrantes nordestinos se deslocam para a zona urbana em busca de melhores condições de vida.

Neste contexto, o meio rural passa, então, a não oferecer mais possibilidades de trabalho regular a uma parte dos contingentes que haviam inflado a população do campo em Ituiutaba. Como consequência, muitos (famílias inteiras) que haviam migrado para o meio rural em décadas anteriores rumam para sede do município, ou seja, ampliam expressivamente a população urbana (BEZERRA, 2016). Como consequência, a administração do município se viu ante um aumento expressivo de demandas sociais: de moradia a hospital, de escola a trabalho, e, assim por diante.

Neste contexto, tem-se a explicitação de Souza (2010, p. 527) ao afirmar que:

Tal ritmo de crescimento não pode ser creditado somente às altas taxas de natalidade, sendo resultado também da migração rural, pois neste momento, significativa parcela da população brasileira se deslocava do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida (saúde, moradia e educação) e com perspectiva de empregabilidade no comércio e setor de serviços públicos que se expandiam com velocidade.

Nestes termos, referindo-se à agricultura no município de Ituiutaba, formou-se com lavouras extensas cultivando “intensivamente o arroz, o milho e o feijão, principalmente”. Chaves (1953) reforça que a qualidade da terra, bem como a regularidade das chuvas, tornou a região propícia ao plantio do milho e do arroz, estendendo ao feijão e a cultura do algodão, proporcionando a exportação para o estado de São Paulo, acreditando que o município poderá tornar promissor no setor da agricultura. Acrescenta, ainda, que “as suas terras se prestam à criação de rebanhos, como gado bovino e suíno. O produto da lavoura é aplicado em grande parte na criação e engorda de rezes e suínos” (CHAVES, 1953, p. 77).

Dessa produção histórica tem derivado a escrita de uma história social e cultural do município de Ituiutaba; por exemplo, há estudos que apontam um fenômeno curioso: um fluxo migratório para o campo entre os anos 1940 e 1950, quando a tendência era migração do campo para a cidade. Subjacente a tal onda migratória, estava o desenvolvimento econômico do município baseado no cultivo do arroz. Deste modo, pode-se visualizar na Tabela 2 dados que resultaram em “Números da colheita no município de Ituiutaba, compreendendo as décadas de 1955 a 1967.

Tabela 2 – Números da colheita no município de Ituiutaba (1955 a 1967)

CULTURAS AGRÍCOLAS	UNIDADE	PRODUÇÃO		DIFERENÇA
		1955	1966/1967	
Arroz	Saco 60 kg	600 000	2 600 000	333%
Milho	Saco 60 kg	400 000	1 500 000	275%
Algodão	Arroba	200 000	340 000	70%
Feijão	Saco 60 kg	50 000	40 000	(20%)

Fonte: OLIVEIRA, 2013.

No fim dos anos 1940, mais áreas de plantio foram abertas. Deste modo, de dois mil quilos em 1950 foi seiscentos mil em 1955. Como disse Silva (1997, p. 26-27), “[...] em 1950 Ituiutaba já era a maior produtora de arroz e de milho em todo o estado de Minas Gerais, com cerca de 10.000 alqueires [cultivados]”. Silveira (2014, p. 16) reitera essa afirmação ao ressaltar o desenvolvimento “agrário-industrial” no município em razão do solo favorável à “[...] cultura de cereais, primordialmente o arroz”. Isso nas décadas de “1950 e 1960”.

O ciclo da produção rizícola, além de singularizar a economia de Ituiutaba, motivou a vinda de mão de obra migrante para suprir as demandas das lavouras. A partir de 1950, a massa de migrantes trabalhadores se ampliou, “[...] atendendo ao apelo da propaganda que alardeava sobre a qualidade do solo e as oportunidades de riqueza” (SILVA, 1997, p. 27).

O nome de Ituiutaba e seu sucesso no plantio de arroz chegavam até a regiões do Nordeste, a estados como Pernambuco, onde programas de rádio mencionavam Ituiutaba.

Igualmente, “[...] artigos publicados no jornal local, construiu [sic] uma imagem muito positiva do município que contribuiu para atrair muitas pessoas para Ituiutaba, não só trabalhadores mas também empresários que passaram a investir na cidade” (SILVA, 1997, p. 27).

Tratando da industrialização da lavoura no município de Ituiutaba, Chaves (1953, p. 77) fundamenta: “Atendendo aos diversos fatores favoráveis, os fazendeiros do município, estão mecanizando as lavouras, existindo atualmente, cerca de 1.000 tratores, de diversos tamanhos”; outro fator que favoreceu na industrialização da lavoura se deve às compras de veículos agrícolas, como na safra de arroz e de milho.

No que tange ao parque industrial, Chaves (1953) considerou que a lavoura progrediu aceleradamente, contando com mais de trinta máquinas de arroz, um matadouro modelo, várias fábricas de banha e de manteiga, na indústria dos produtos de lavoura e pecuária.

No que tange ao comércio de Ituiutaba destaca-se um pioneiro, Antônio Baduy, chefe do maior conjunto industrial do Brasil Central conhecida como Indústrias Reunidas “Fazendeira”, como fundamentado por Brant (1953, p. 85): “Iniciando a indústria rizícola em 1938, montava a primeira máquina de beneficiar arroz. Nessa época, Ituiutaba não possuía outra e a lavoura de arroz existente não era bastante para alimentar a indústria”, portanto a produção aumentara contando com os estímulos do sr. Antônio Baduy, assim Ituiutaba tornou-se o maior centro produtor de cereais de Minas.

Em 1939, o sr. Antônio Baduy instalou a fábrica de manteiga “Fazendeira” e teve sucesso em suas produções; no ano seguinte, 1940, “o operoso industrial começou a incentivar o plantio do algodão no município, fornecendo sementes e recursos financeiros aos lavradores e garantindo-lhes a compra do produto”. Com o sucesso na lavoura pode instalar uma máquina para beneficiamento de algodão que pode realizar em 1943. Já, em 1948, montou uma fábrica de extração e refinação do óleo do caroço de algodão, tendo aceitação em todo o país.

Segundo Brant (1953, p. 86), os produtos “Fazendeira” foram bastante disputados no comércio nacional, especialmente em São Paulo e no Rio, tornando o sr. Antônio Baduy um dos maiores benfeitores da terra ituiutabana.

Complementando, tem-se a explicitação de Katrib e Coimbra (2013, p. 13) ao afirmar:

Em Ituiutaba, a primeira máquina de beneficiar arroz foi instalada na cidade, sendo o primeiro empreendimento do que viria a ser as Indústrias Reunidas “Fazendeira” (empresa fundada pelo Sr. Antônio Baduy, libanês que se fixou na cidade). Junto à empresa, localizada na área central de Ituiutaba, instalou-se uma sirene, cujo apito marcou intensivamente o tempo do trabalho da população, ou seja, os apitos, em horários definidos, avisavam a população

que o dia se iniciava, tocando às sete da manhã e também na hora do almoço, alertando a todos sobre o horário das suas refeições. Nesse ínterim, o comércio baixava suas portas só reabrindo com o retorno de seus funcionários, após o almoço, sempre lembrados pelo som estridente da sirene da empresa Fazendeira. Ainda hoje, esse apito regula o tempo comercial na cidade, não mais interrompendo as atividades, mas informando à população alguns horários específicos, como o do intervalo do almoço, por exemplo. Além disso, assinalando a inserção da cidade no contexto da modernidade, na porta da empresa, instalou-se um enorme relógio digital, que marca as horas e a temperatura da cidade. Com a instalação de uma fábrica de manteiga, e posteriormente, de óleo de algodão, o município reiterou a sua “vocação agrícola” no campo da atividade agropecuária, com o título de maior produtora de grãos dos país. A empresa permanece atuando na pasteurização de leite, fabricação de manteiga e outros.

Deste modo, a produção do arroz, no município de Ituiutaba, tornou-se um marco econômico mais importante para a cidade, compreendendo a década de 1950 como o maior produtor de arroz do Estado de Minas Gerais, bem como a produção de milho. Como afirmam Silva, Ribeiro e Gandolfi (2013, p. 89):

O incentivo à produção de arroz inaugurou o terceiro ciclo econômico, considerado o mais importante, pois outorgou à cidade o título de *Capital do Arroz* na década de 1950. Já no início dessa década, o município foi considerado o maior produtor de arroz do Estado de Minas Gerais, destacando-se, também, com uma grande produção de milho.

As décadas de 1960 a 1970, apresentava um período que deixava para trás a produção de arroz, pois o cultivo de arroz entrou em decadência. E, nesse período, também, ocorreu a migração da população que vivia no campo para as cidades, em sua maioria, os nordestinos trabalhadores chegaram em Ituiutaba em busca de melhores condições e oportunidades de trabalho, em sua bagagem, além da garra para o trabalho. Migrava-se, naquele momento, para o Pontal do Triângulo Mineiro, especialmente, para as terras de Ituiutaba, essa classe de trabalhadores do campo composta por migrantes nordestinos, promovendo a união de uma população que já se instalava nessas terras no exercício laboral, como garimpeiros de ouro e de diamante, interessados na cultura agrícola. Os quais já traziam consigo nos sonhos que almejavam a evolução e, embora adentrasse ao município em um momento de decadência, ganharam apoio para o cultivo de cereais.

Ituiutaba, no ano de 1960, contava com uma sociedade que constituía o movimento estudantil por jovens estudantes, enfatizando os aspectos educacionais, políticos, culturais e sociais. Na esfera educacional, presencia-se ideias e ações no espaço escolar; na política, tem-

se como marco histórico a ditadura militar; nos aspectos culturais e sociais encontram-se as questões mais relevantes nesse contexto histórico em que o jovem está inserido.

A mistura de perfis demográficos — urbano e rural — pode ter levado a uma estratificação social, reverberada na separação por classe pelas instituições escolares da cidade: discentes de classes menos favorecida materialmente (de famílias migrantes à procura de condições de mais conforto material) e discentes de uma classe média local.

A ação mais óbvia do poder público municipal era criar mais escolas públicas para suprir a demanda por matrícula. Assim foi feito. Em 1961, foi criado o Ginásio Estadual de Ituiutaba; mas, até 1966, a criação não saíria do papel. Nesse ano, veio a autorização para abertura e funcionamento. Aparentemente, a escola foi criada com apoio da classe trabalhadora; ou seja, a escola visava suprir a demanda educacional da prole com tal perfil (FOLHA DE ITUIUTABA, 1961-1963).

2 A GÊNESE DO GINÁSIO ESTADUAL DE ITUIUTABA: O PÚBLICO E O PRIVADO EM SUA IMPLANTAÇÃO

[...] quando fazemos a história da educação pública, a história da educação privada faz-se presente, ainda que o seja na forma de interlocutor oculto, e vice-versa [...]

(SAVIANI, 2005, p. 168).

Esta seção tem como objetivo apresentar a gênese do Ginásio Estadual de Ituiutaba e as relações entre o público e o privado, que segundo Buffa (2005, p. 52), “são sempre apresentadas como conflituosas, conflito este que perpassa todo o século XX, mas que foi assumindo fisionomias diversas no decorrer da história”.

Nestes termos, Andraus (2018, p. 121) explicita:

A Escola Estadual Governador Israel Pinheiro (EEGIP) iniciou suas atividades em 1966, em um prédio do antigo Instituto Marden, situado na Rua 20, número 850, na cidade de Ituiutaba – MG, local onde está a atual sede do Banco do Brasil. Sua primeira denominação foi Ginásio Estadual de Ituiutaba, criado pela lei número 3.936, de 23 de dezembro de 1965; a priori, seu funcionamento foi autorizado pela portaria 137/1966, que implementou o ensino do 1º grau e a portaria 138/1966, que concedeu permissão para instalação do Ensino Médio (2º grau). Em agosto de 1966 ocorreu a transferência da referida escola para a Avenida Geraldo Alves Tavares, nº 1.338, Setor Universitário, endereço definitivo e atual. O nome Ginásio Estadual de Ituiutaba, na realidade não foi utilizado e a denominação usual da época era Escola Estadual de Ituiutaba de 1º e 2º Grau, que passou a ser oficial em 08 de maio de 1974, pelo decreto nº 15.244. Esta denominação a caracterizou até setembro de 1980, quando ocorreu nova alteração, passando a chamar-se Escola Estadual Governador Israel Pinheiro, o qual prevalece até hoje e homenageia o político Israel Pinheiro da Silva, Governador de Minas Gerais no período de 1966 a 1971.

Nesta perspectiva, encontrava o objeto deste estudo, na metade do século XX, e, ainda, reivindicando seu espaço para construção de prédio próprio e atendimento a uma parte da população, que se encontrava à espera de um ginásio, gratuito, que os acolhesse e oferecesse a educação como direito assegurado.

Figura 13 – Instituto Marden



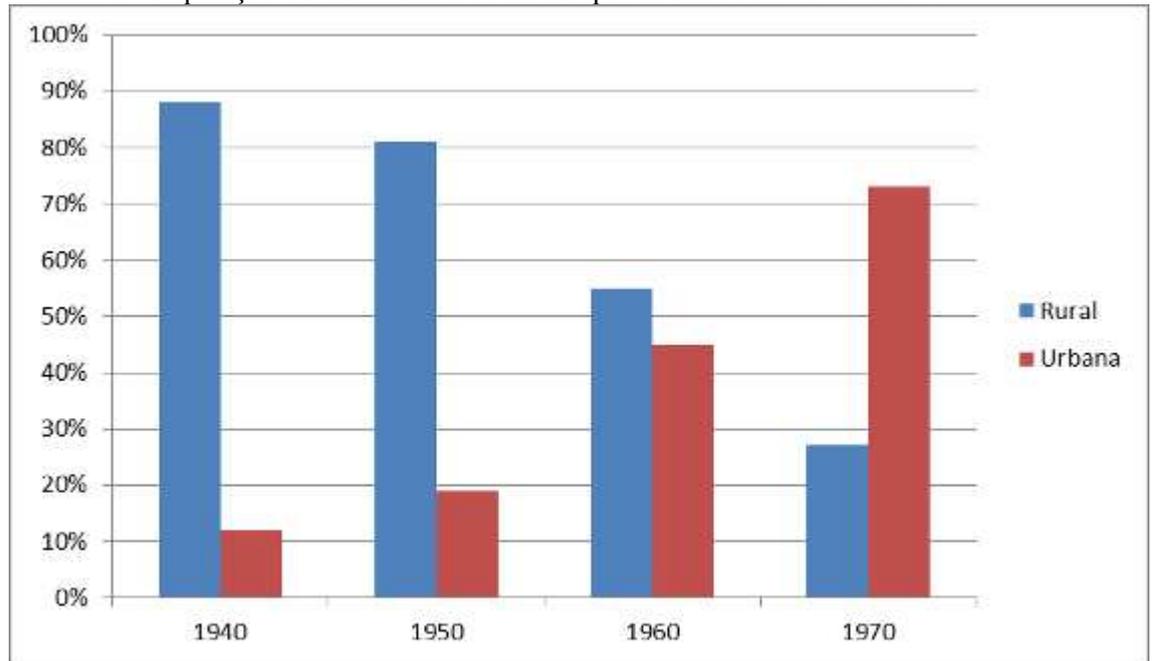
Fonte: Disponível em: <https://ituiutaba-mineirissimo.blogspot.com/2013/02/instituto-marden.html>.

Conforme dados apresentados por Frattari Neto (2009, p. 68), em sua Dissertação de Mestrado, sobre o Educandário Ituiutabano, ginásio gratuito de Ituiutaba criado em 1958, destaca que, até a data da criação deste Ginásio, “a cidade não possuía escola ginásial pública, e os poucos alunos carentes que se formavam nos grupos escolares estaduais se esbarravam nas dificuldades de acesso quanto a mensalidades para prosseguimento do estudo”.

Vale ressaltar a fundamentação de Buffa (2005, p. 52), ao referir-se às relações entre ensino público e privado:

Na primeira metade do século XX, o ensino particular concentra-se no ensino médio, é confessional, sobretudo católico, e é a Igreja que lidera a defesa do ensino particular, secundada pelos então chamados “tubarões do ensino”, tidos como ávidos pelo lucro e, por isso mesmo, ávidos por recursos públicos.

Neste sentido, vale apresentar as escolas do município de Ituiutaba, abrangendo as escolas rurais e urbanas, públicas e particulares, aprofundando a educação ofertada à população, tanto da elite como das classes populares. Vale destacar a população Rural e Urbana de Ituiutaba, no período de 1940 a 1970, como pode visualizar no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - População Urbana e Rural do Município de Ituiutaba - 1940 a 1970

Fonte: MORAES, 2014, p. 120.

De acordo com o Gráfico 1, apresentado por Moraes (2014, p. 120), “os dados dos Censos Demográficos apontam no município de Ituiutaba a mesma tendência encontrada no restante do país, o aumento da população urbana e a diminuição da população residente na zona rural indicando a transferência da população do campo para a cidade”.

Pode-se visualizar no Gráfico 1 que, a população urbana se destaca nos anos de 1940 e 1950, em 1960 percebe-se a equiparação das mesmas, já tornando explícita a migração; enquanto, na década de 1970 há um número expressivo que se desloca para a cidade. Nesta década houve a queda da produção de arroz, no entanto, amplia-se o comércio e a indústria no município, o crescimento populacional reflete nos âmbitos econômicos e sociais, assim tem-se um marco histórico da população rural em busca de uma vida digna e mais qualidade no mercado de trabalho da cidade.

Prosseguindo sobre o contexto educacional do município de Ituiutaba, e, ainda, observando o Gráfico 1, no que concerne à população rural nos anos de 1940, 1950 e 1960, dados significativos, vale destacar o Quadro 1, com as escolas municipais criadas e os locais onde se instalaram, nesse recorte temporal.

Quadro 1 – Escolas Municipais e sua criação – 1940 a 1961

Nome da Escola	Data de Criação	Localização
E. M. Alberto Torres	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Água Suja
E. M. Duque de Caxias	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Córrego da Canoa
E. M. José Bonifácio	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Córrego do Açude
E. M. Quirino de Moraes	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Mateirinha
E. M. São Francisco de Assis	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Córrego do Retirinho
E. M. Machado de Assis	Decreto-Lei 073, de 25/11/41	Zona Urbana
E. M. Augusto Alves Vilela	Decreto-Lei 178, de 06/03/1947	Córrego da Divisa
E. M. Francisco Alves Vilela	Decreto-Lei 178, de 06/03/1947	Campo Alegre
E. M. Prefeito Adelino de O. Carvalho	Decreto-Lei 182, de 19/06/1947	Córrego do Monjolinho
E. M. Prefeito Jaime Meinberg	Decreto-Lei 182, de 19/06/1947	Ribeirão dos Baús
E. M. José Inácio de Souza	Lei 119, de 24/11/1951	Campo Alegre
E. M. Antônio Pedro Guimarães	Lei 119, de 24/11/1951	Córrego do Macaco
E. M. Constâncio Ferraz de Almeida	Lei 119, de 24/11/1951	Cotia
E. M. Francisco Antônio de Lorena	Lei 119, de 24/11/1951	Vila Fiisa
E. M. Joaquim José Domingues	Lei 347, de 28/11/1955	Fazenda Sta. Rita
E. M. Tiradentes	Lei 347, de 28/11/1955	Córrego do Açude
E. M. Hilarião Chaves	Lei 559 de 21/03/60	Salto de Moraes
E. M. Antônio Joaquim da Costa	Lei 637, de 25/03/1961	Ribeirão dos Baús
E. M. Santa Rita	Lei 673, de 01/12/1961	Santa Rita

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba (2012).

Para ilustrar as escolas estaduais de 1900 a 1961, vale-se do estudo do Quadro 2, compreendendo o período de 1908 a 1961, observando, ainda, a população no Gráfico 1, anteriormente apresentado.

Quadro 2 – Escolas Estaduais de Ituiutaba e sua criação – 1908 a 1961

Nome da Escola	Data de Criação
E. E. João Pinheiro	Decreto 2.327, de 22/12/1908
Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva	Decreto 2.395, de 31/01/1947
Grupo Escolar Senador Camilo Chaves	Decreto 4.567, de 30/04/1955
E. E. Governador Clóvis Salgado	Decreto 4.966, de 27/01/1956
E. E. Arthur Junqueira de Almeida	Decreto 5.438, de 18/04/1958
E. E. Governador Bias Fortes	Decreto 005704, de 27/11/1959
E. E. Cel. João Martins	Decreto-Lei 6.044, de 14/12/1960

Fonte: Ituiutaba (2012).

Ao observar o Quadro 2, nota-se que o período que compreende o mesmo inicia-se no ano de 1908, motivo pelo qual criou-se o primeiro Grupo Escolar de Ituiutaba, hoje denominada Escola Estadual João Pinheiro. De acordo com o Quadro 2, aponta que o segundo Grupo Escolar foi criado com um distanciamento significativo, isto é, criou-se o Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva somente no ano de 1947; como prelecionam Ribeiro, Lima e Quillici Neto (2013, p. 324):

Tal lacuna temporal sugere que a expansão dos grupos escolares no município foi tímida e precária, mesmo que preocupasse o governo republicano e mesmo

que o surgimento de quatro escolas particulares nesse intervalo possa ser tomado como medida da demanda educacional formal e da ação da educação privada no ensino primário. Também permite supor que houve pouco investimento público na escolarização num município cujo desenvolvimento urbano e econômico se destacou no estado e no país, sobretudo na década de 1950, quando a expansão escolar local se intensificou.

Neste cenário, pode-se valer, mais uma vez, do jornal Folha de Ituiutaba (1955, p. 1), ao apresentar em sua reportagem, as condições precárias do Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva, anexado ao Grupo Escolar João Pinheiro, assim informa:

Verba para edificação do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas, dos atendimentos mantidos recentemente entre o Prefeito Municipal, Sr. Antônio de Souza Martins, e o Secretário da Educação, Sr. José Augusto, resultou o empenho da verba de Cr\$ 400.000,00, restante do semestre destinada à construção do prédio próprio do Grupo Escolar “Ildefonso Mascarenhas da Silva”, estabelecendo que como é do conhecimento geral, de há muito funciona, a título precário, no edifício do Grupo Escolar João Pinheiro”.

Neste contexto, constava-se que, ainda, necessitava a cidade de escolas para atender a população em faixa etária de escolarização, sendo que somente em meados e finais da década de 1950, criaram-se mais escolas estaduais, sendo, enumeradas consecutivamente, Grupo Escolar Senador Camilo Chaves (1955), Escola Estadual Governador Clóvis Salgado (1956), Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida (1958), Escola Estadual Governador Bias Fortes (1959); na década de 1960, criou-se a Escola Estadual Coronel João Martins (1960).

O Quadro 2 nos remete à fundamentação de Ribeiro, Lima e Quillici Neto (2013, p. 336), ao referenciarem sobre a lacuna de trinta e sete anos entre a criação do primeiro e segundo grupo escolar, sugerindo questionamento quanto a período tão longo:

Ora, Ituiutaba teve projeção suficiente para fazer funcionar um grupo escolar já em 1910, quando sua economia representava pouco ou nada relativamente ao prestígio da oligarquia fazendeira na política mineira (também na política nacional); afinal, a elite política mudaria sua feição cafeeira para industrial só a partir dos anos 20, quando o processo de industrialização se impôs. Além disso, a história da educação no país tem mostrado que a expansão dos grupos escolares foi estimulada pelo governo federal a partir dos anos 30 para alfabetizar maciçamente. Assim, parece ser quase natural que o município ampliasse o quadro de escolas públicas naquele período. Eis por que convém investigar noutros estudos as razões do desprestígio orligárquico-político para que o município ficasse mais de três décadas com *uma* escola pública, enquanto sua população se ampliava com a migração.

Neste sentido, sua teoria, de forma ampla, nacional, mostra a influência que as demais regiões brasileiras recebem, mesmo em uma região localizada no Triângulo Mineiro, que atendia as demais regiões vizinhas para a escolarização na escola privada.

“A carência de escola pública foi suprida pela escola privada, decisiva para alfabetização no município na primeira metade do século passado”, como Ribeiro, Lima e Quillici Neto (2013, p. 328) explicitam:

Entre 1921 e 1930, surgiram o Colégio das Irmãs Belgas, o Instituto Propedêutico Ituiutaba e a Escola São José; no período 1930–40, destacou-se a escola privada confessional; no decênio de 30, foram criadas duas escolas laicas privadas: o Instituto Marden, instalado em 1933, e o Colégio Santa Teresa (confessional), fundado em 1939. Além dessas instituições, passou a funcionar, em 1948, o Ginásio São José, também confessional. Essas escolas particulares e a quase inexistência de escolas públicas apontam uma educação seletiva, porque acessível à população que podia pagar; por outro lado, a população urbana cresceu sobremaneira, por causa da migração, logo, é provável que a maior parte não pudesse arcar com os custos da escolarização privada.

Desta forma, pode-se evidenciar a citação, acima, quanto às escolas como: privada confessional, laicas privadas, confessional, isto é, escolas particulares que ofereciam uma educação seletiva, a uma população provida para arcar com os custos necessários, ali ingressavam e permaneciam até a conclusão de seus estudos.

Neste sentido, Buffa (2005, p. 53) reporta sua teoria:

As transformações sociais acarretam modificações substanciais na escolarização que começa cada vez mais cedo e termina cada vez mais tarde na vida das pessoas. Assim, dada a atuação sempre insuficientes do Estado, fica aberto um espaço enorme para a iniciativa particular, que tem sabido ocupa-lo. Na verdade, uma sociedade desigual tem uma escola desigual. Os cursos superiores de prestígio acadêmico e social são quase sempre públicos, mas podem ser encontrados também em algumas poucas escolas particulares. Já os cursos médios, sobretudo aqueles que preparam para vestibulares altamente seletivos são, na maioria, particulares.

Tais fundamentações quanto às escolas privadas e públicas remetem ao município de Ituiutaba, especialmente, no recorte temporal de estudo, ao curso ginásial, para onde os estudantes ingressavam após o curso primário, criados antes do Ginásio Estadual de Ituiutaba, como a afirmação da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959, p. 308), especificamente, quanto aos cursos ofertados por cada instituição elencada: “Em 1956 havia os seguintes estabelecimentos de ensino não primário: Instituto Marden (cursos Técnico de Contabilidade e

Ginásio); Ginásio Escola Comercial São José (cursos Técnico de Contabilidade e Ginásio); Escola Normal Santa Tereza (formação de professoras); [...] Com isso, Ituiutaba atrai estudantes de todos os municípios limítrofes”.

Desta forma, evidencia-se os cursos oferecidos pelas escolas privadas de Ituiutaba, sendo que o Instituto Marden oferecia além do curso Primário, o Ginásial, o Normal e Técnico em Contabilidade. Importante destacar que “a escola surgiu da necessidade de oferecer aos alunos egressos do Grupo Escolar João Pinheiro a oportunidade de continuar os estudos”, como apontado, anteriormente, nesta Dissertação, firmado nos estudos de Moraes (2014, p. 143). Prossegue a afirmação ao concluir que a escola implantou novos cursos para atender a demanda educacional da população ituiutabana (MORAES, 2014).

Figura 14 – Turma de normalista no encerramento do ano de 1951



Fonte: Moraes (2014, p. 150).

A Figura 14 apresenta a turma de normalista no encerramento do ano de 1951, acompanhadas pelo professor Márcio e pelo Diretor do Instituto Marden, Sr. Álvaro Brandão de Andrade. Moraes (2014, p. 150), enfatiza que essa instituição como muitas outras brasileiras, “alfabetizou, instruiu a população, formou professores e outros profissionais, preenchendo a enorme lacuna deixada pelo poder público que deveria se ocupar em oferecer educação pública e gratuita a todos os cidadãos”.

No que concerne ao Ginásio Escola Comercial São José, apontado pela Enciclopédia

dos Municípios Brasileiros (1959, p. 308) como “estabelecimento de ensino não primário”, que são elencados entre as escolas particulares de Ituiutaba, “oferecia ao mesmo tempo o ensino primário e orientação católica para os alunos”, e, também, os cursos Técnico em Contabilidade e Ginásio (MORAES, 2014, p. 162).

Figura 15 – Fachada do novo prédio do Ginásio São José - 1955



Fonte: MORAES, (2014, p. 165).

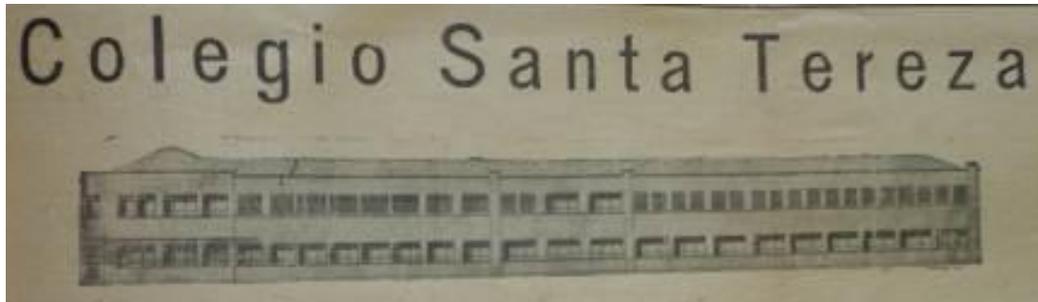
A Figura 15 mostra a fachada do novo prédio do Ginásio São José, seu reconhecimento ocorreu somente em 1947, Portaria 609 de 30 de dezembro de 1947, começando suas atividades em 1948; o término da obra estava previsto para 1953 e o início das aulas para 1954, porém os prazos não foram possíveis de se cumprir (MORAES, 2014).

Segundo Moraes (2014, p. 165), “esse novo espaço abrigaria então o curso primário, curso ginásial e os cursos clássicos: científico, comercial e ainda uma escola filiada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC que preparará práticos para o comércio”. Vale acrescentar, conforme estudos de Moraes (2014), que na abertura de matrículas para os determinados cursos, ainda oferecia datilografia, cursos oferecidos para turmas mistas. No ano de 1976 iniciou-se o curso Normal, funcionamento noturno, também marca as datas dos exames de admissão e de segunda época. Com a divulgação dos cursos receberam alunos de outras escolas, já que o turno noturno oportunizava a opção de estudar e, tempo também para trabalhar.

Ao referir-se ao Colégio Santa Teresa, confessional, criado em 1938, pela congregação

das irmãs Scalabrinianas, atendia meninas residentes na zona urbana e rural, e, para receber as meninas da zona rural contava com um regime de internato.

Figura 16 – Colégio Santa Tereza



Fonte: MORAES (2014, p. 154).

A Figura 16 mostra o Colégio Santa Tereza que seguia os moldes da educação feminina, que “desde o início do século XX, teve na igreja católica uma das instâncias responsáveis pela formação das mulheres no Brasil, uma educação que visava a instrução e a preparação da mulher para o papel de esposa, mãe e divulgadora da fé cristã” (MORAES, 2014, p. 151). No que se refere à maioria dessas alunas, pertenciam à classe mais abastada, filhas de fazendeiros do município e região, arcavam com os custos escolares, dentre elas, as mensalidades.

Neste cenário, o Ginásio Estadual de Ituiutaba surgia como expressão de oferecer a escolarização institucionalizada na cidade, no início da segunda metade do século XX, mais exatamente, na década de 1960, em uma tentativa da educação pública, percorrendo uma trajetória histórica registrada pela imprensa daquele momento, que propagava, com manchetes atrativas, à população local, dos municípios vizinhos e, ainda, notícias do âmbito nacional.

Neste contexto, a Folha de Ituiutaba presenteia a população ituiutabana com sua comunicação, que mais se aproximava de sua atualização rotineira, naquele momento. Isto pode ser acompanhado e visualizado nas imagens a seguir, inicialmente pela Figura 17.

Democrática Nacional (UDN), governou de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966.

Deste modo, tornou-se público que o Governador sancionou a lei criando o Ginásio Estadual neste município; apresentou trechos da Lei nº 2.334; discursou sobre a questão do prédio para a instalação e deixou um questionamento: Onde se instalaria o ginásio em Ituiutaba?

De acordo com a Figura 17, o jornal Folha de Ituiutaba, do dia 18 de janeiro de 1961, Edição N.º 01078 (1), assim apresenta a manchete: “**Governador sancionou lei criando Ginásio Estadual neste município**”. Inicialmente, a notícia aponta que além de Ituiutaba, podia contar a população de Prata que teria seu estabelecimento oficial de ensino médio, como ilustrado:

Em nossa edição especial de 31 de dezembro, por sinal que abrindo a primeira página, assinalávamos que o dep. Luiz Junqueira havia apresentado emenda ao projeto 1048, que cria estabelecimentos do ensino médio em vários municípios mineiros, dotando Ituiutaba e Prata com unidades oficiais de ensino, ou seja, com ginásios estaduais. E ao tecermos considerações em torno da emenda citada, íamos além, acentuando a nossa expectativa otimista em torno das possibilidades de êxito, isto é, de sua sanção pelo Governador Bias Fortes, fato, que, felizmente, verificou-se a 11 do corrente, conforme publicação feita na 1.ª página do “Minas Gerais”, órgão oficial do Estado, de 12 de janeiro (FOLHA DE ITUIUTABA, 1961).

Neste sentido, percebe-se a movimentação da criação de estabelecimentos do ensino médio e ginásios em vários municípios mineiros, dentre eles Ituiutaba e Prata, sendo que o ginásio estadual, que se relaciona na Manchete da Folha de Ituiutaba, refere-se ao Ginásio Estadual de Ituiutaba.

Nesta mesma edição, a Folha de Ituiutaba (1961) apresenta trechos da Lei nº 2.334, a saber:

A lei em questão, que leva o n. 2.234, cria o Ginásio Estadual do “Instituto S. Rafael”, e inicia as emendas criando, a partir de seu art. 4.º, ginásios estaduais nos seguintes municípios: Jequitinhonha, Lajinha, ITUIUTABA, Conceição da Aparecida, Estrêla do Sul, Itanhandu, Muriaé, Mirai, Monte Carmelo, Andrelândia, Mantena, Mendes Pimental, Tarumirim, Miradouro, Guarani, Astolfo Dutra, S. João Evangelista, Ibiá, PRATA, S. João Nepomuceno, Santa Juliana e Poços de Caldas.

Parágrafo único do art. 4 – Os Ginásios a que se refere este artigo terão os mesmos cargos e funções existentes nos estabelecimentos congêneres, os quais ficam criados por esta lei.

Art. 5º - Os Ginásios criados nesta lei terão providenciada sua instalação depois de doado ao Estado prédio adequado para seu funcionamento.

Art. 7º - Para o cumprimento do disposto nos artigos 4º e 5º desta lei, no exercício de 1961, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial

até o limite das despesas com o pessoal e material deles decorrentes, podendo, se necessário, realizar operações de crédito (FOLHA DE ITUIUTABA, 1961).

A trajetória histórica para construção desse Ginásio não foi fácil, surge uma questão para a instalação do prédio determinada pela Lei 2.334, mas os esforços foram ampliados, para tal conquista e necessidade, por parte da população ituiutabana. De acordo com a Folha de Ituiutaba (1961), mesmo que criados os cargos e funções do pessoal docente e auxiliar dos ginásios em apreço, “apenas com um obstáculo se esbarra o início do funcionamento que é a imposição estatuída no art. 5º da lei, considerando a instalação à prévia doação do prédio”, porém o deputado Luiz Junqueira, mais uma vez, não mede esforços ao se empenhar, buscando suporte com o então Governador, sr. Bias Fortes, para que “processasse as instalações antes de encerrar a sua administração”.

No que tange à indagação apresentada pela Folha de Ituiutaba (1961), *Onde se instalaria o Ginásio em Ituiutaba?* assim noticiou:

De qualquer forma, criado que está o estabelecimento, coroando um trabalho dos mais meritórios do dep. Luiz Junqueira, o prédio para abriga-lo constitui o próximo passo para a sua instalação. Soubemos, ainda pela palavra do jovem representante, que os Padres Estigmatinos estariam dispostos a ceder dependências da antiga casa paroquial, hoje Pré-Seminário N. S. de Fátima, para que nelas se instale o ginásio. Há, ainda, oferecendo acomodações ainda mais amplas, o prédio do Educandário Ituiutabano. A União da Mocidade Espírita, como se sabe, já propôs sua entrega à Prefeitura, para criação do Ginásio Municipal, e ao Estado, precisamente para que nele instalasse um ginásio estadual. Criado que se encontra a reclamada unidade, eis chegado o ensejo de se positivar a oferta. E, nossa juventude, que rende agora justas homenagens ao dep. Luiz Junqueira, pelo tanto que lavrou, conseguindo para Ituiutaba e Prata um estabelecimento oficial de ensino, temos certeza, não regateará sem aplausos àqueles que contribuirão para abreviar o início de funcionamento do Ginásio Estadual desta cidade (FOLHA DE ITUIUTABA, 1961).

Percebe-se no decorrer do projeto de construção do Ginásio, nesta cidade, em que o ciclo do arroz era notável, que o movimento migratório se destacava, trabalhadores vindos para Ituiutaba, para trabalhar na produção de arroz, anos de 1960. A população necessitava de escolas que atendessem a classe trabalhadora, um Ginásio gratuito, pois as classes abastadas financeiramente já contavam com seus espaços da escolarização.

O desenvolvimento econômico daquele momento fazia jus a mais escolas que atendessem a classe trabalhadora, portanto escolas que além de acolher os estudantes que

concluía o curso primário, agora precisavam ingressar no ginásio; mas, uma escola gratuita, para se adequar ao momento de produção favorável economicamente, como à população urbana que não tinha onde dar continuidade aos estudos concluídos nos grupos escolares, especialmente, da migração da população do campo para a zona urbana.

Como argumenta Baduy (2020, p. 63):

De fato, de 1910 a 1947 consolidou-se uma fase da modernização do país marcada pela consolidação do mercado interno, com a industrialização de certas regiões, e na urbanização do país, como no Triângulo Mineiro. No município de Ituiutaba, a população de 20.772 habitantes em 1920 chegou a 35.052 em 1940 e a 70.706 em 1960. Esse ritmo de crescimento derivou não só das taxas de natalidade, mas também da migração: à época, houve um êxodo do campo rumo à cidade, que prometia condições de vida melhores. Em três décadas, uma população que era rural passou a ocupar a cidade.

Nesta questão, pode-se valer de Buffa (2005) ao afirmar que, os debates nos anos de 1930 e depois, nos anos de 1950 e 1960, parece não haver dificuldade para entender o que é público e o que é privado, entendia-se que o público era mantido pelo recursos governamentais e o privado mantido por particulares; no entanto, os conflitos nos anos de 1930 se baseavam na laicidade do ensino público, já nos anos de 1950, basicamente ao destino das verbas públicas, e não à existência das escolas particulares.

Deste modo, Xavier (2003, p. 244) argumenta que, ao avaliar a organização do sistema público de ensino, “o Manifesto de 1959 condena a ineficiência dos gestores de políticas públicas em atender às demandas em relação ao ensino com base em critérios técnicos e apoiados no planejamento racional, deixando que ainda permanecessem imperando os critérios de natureza política eleitoral”.

Neste contexto, pode-se evidenciar o objetivo do Manifesto, apontado por Xavier (2003, p. 244) que “era preservar a escola pública, definida como um dos mais poderosos fatores de assimilação e de desenvolvimento das instituições democráticas”.

Entende-se que as campanhas dos trabalhadores e suas reivindicações pela construção do Ginásio eram para atender os estudantes que não tinham como se manter nos demais Ginásios que a cidade constituía, escolas privadas, que serviam à elite tijuicana e demais regiões aproximadas.

Como se trata do assunto de grande interêsse para a coletividade, aqui estamos mais uma vez, falando sôbre o Ginásio Estadual. A idéia da concretização dêste sonho está de pé, alimentamos o desejo, a confiança firme de vê-lo em breve tornar-se realidade. Diversos fatôres contribuem sensivelmente para fortalecer a convicção de que nos achamos possuídos e a certeza de que nossos esforços não terão sido em vão. A boa vontade demonstrada pelo sr. Prefeito quando nos dirigimos à sua presença para entregar-lhe o officio solicitando a doação do terreno, a pedido da A.T.I. e de vários Sindicatos locais, deixou-nos a mais agradável impressão pondo à mostra, desta forma, os seus bons propósitos em relação à causa. Ouvindo o programa “Voz do Povo” do qual participava o dep. Luiz Junqueira tivemos oportunidade de ouvir que um cidadão se propunha contribuir com 10 mil tijolos para construção do prédio. O sr. Roque Alves de Oliveira, proprietário da Indústria S. José de Fundação, sito na rua 26, sendo como demonstrou um dos entusiastas do movimento pela construção do Ginásio, ofereceu-nos a caixa d’água. Contribuição não menos valiosa será prestada pelo sr. Sebastião Garcia – funcionário do Serviço de Obras, da Prefeitura oferecendo-nos a planta extraída de um original tal qual exige a Secretaria da Educação para estabelecimentos dêsse gênero. O dr. Jerônimo Franco Gouveia também ofereceu com os seus préstimos para supervisionar os trabalhos da obra. Diante dos tais fatos, que evidenciam a nobreza dos sentimentos das pessoas que me referi, sentimos animados a prosseguir a luta, muitos virão em nosso auxílio, disso estamos certos. Apenas aguardamos o pronunciamento da Câmara sobre o assunto, oportunidade em que procuraremos manter representativos interessados na solução de problemas. Oportunamente aqui estaremos prestando nossa modesta colaboração à causa (FOLHA DE ITUIUTABA, 1963).

Neste cenário, chama a atenção da fundamentação de Buffa (2005, p. 53), “os defensores do ensino público continuam sendo intelectuais, professores, associações de educadores, entidades estudantes que entendem ser esse ensino o único capaz de garantir a democratização da escola”; enfatizando o descaso do Estado pelo ensino, e revelando que engloba todos os níveis.

O mesmo pode ser entendido quando da construção do prédio para o Ginásio Estadual, que a população ansiava para atender aqueles aprendizes que não tinham como arcar com custos e mensalidades escolares, reclamando para o atendimento da figura pública, deputado sr. Luiz Junqueira, que se encontrava presente, no momento dessa luta, específica, dos trabalhadores ituiutabanos.

O que fica claro em mais uma notícia do Folha de Ituiutaba (1962), como mostra a Figura 19, a seguir.

estabelecimento em aprêço, velho anseio de nossa mocidade, várias vêzes reclamado pela imprensa local, foi concretizando numa feliz iniciativa do deputado Luiz Alberto Franco Junqueira, uma das nossas esperanças no próximo período legislativo. A lembrança de há muito se faz sentir, quebrando o silêncio que envolve o momentoso assunto. Apenas em atendimento ao clamor de uma dezena de jovens, (são centenas os necessitados) aqui estamos para formalizar êste pedido na certeza de que, um trabalho bem desenvolvido por parte de S. Excia. Apoiado por substancial parcela da opinião pública, daria à cidade que o viu nascer um dos mais valiosos presentes de tôda a sua carreira política. Além de um patrimônio cultural a mais, abrir-se-iam novas e alentadoras perspectivas aos olhos da nossa juventude operária. A série de progresso e de desenvolvimento nos dias que correm, em todos os recantos do globo, está a exigir dos mais dotados os meios indispensáveis à formação de novos valores. Livrar das travas do obscurantismo centenas e milhares de jovens, aclarar-lhes a encruzilhada do caminho, é sem dúvida, um dos imperativos do momento que ora atravessamos. Vamos aguardar o pronunciamento do nobre parlamentar a respeito da questão, para voltarmos a esclarecer à família trabalhadora sôbre as demarches, que nos cheguem ao conhecimento. Cumprimos a promessa, um pouco tardiamente mas aqui está ela, esperançosa e confiante na abnegada atuação e no desejo de bem servir do deputado Luiz Junqueira (FOLHA DE ITUIUTABA, 1962).

Compactua-se com a opinião de Magalhães (2004, p. 32) que “a educação é um constructo humano constituído de mudanças, processos e percursos de formação no nível de saberes, capacidades (técnicas), comportamentos e valores, práticas e atitudes [...]”.

Mais uma vez, a Figura 20, anunciada pela Folha de Ituiutaba (1963) traduz a luta e o empenho com a campanha dos trabalhadores de Ituiutaba em prol da construção do ginásio estadual gratuito.

Prefeitura, foi realizada domingo último, dentro da campanha em prol da criação e instalação de um ginásio estadual em Ituiutaba. Cuidou-se principalmente dos métodos a serem adotados no movimento financeiro para a construção do prédio onde deverá funcionar o estabelecimento. Novas e importantes adesões à campanha foram registradas, destacando-se entre elas a da União Estudantil Ituiutaba e a da União da Mocidade Espírita de Ituiutaba, entidades do maior prestígio, que congregam ponderável parcela de nossa juventude. Outros contactos serão mantidos pelos que lideram a campanha pró ginásio estadual, tendo em mira obter ainda um maior apêio moral e material. É provável que ainda na semana corrente a Associação dos Trabalhadores receba uma planta padrão para construção do prédio para o ginásio. Na próxima reunião da campanha, que terá lugar domingo, na sede de A.T.I. no edifício Altamiro Ribeiro às 10 horas da manhã, serão discutidos outros aspectos do problema, inclusive o da concorrência para construção do prédio. Vale ressaltar que o movimento dos trabalhadores em prol do ginásio estadual não se realiza com a facilidade que aparenta, encontrando seus líderes, a todo instante, resistências à campanha, o que confere maior mérito ao esforço que desenvolvem (FOLHA DE ITUIUTABA, 1963).

Desta forma, percebe-se o apoio incansável da população interessada e a busca pelo ginásio gratuito, como forma de atender a família da classe trabalhadora, a qual foi muito bem representada pela Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba, Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e o Sindicato dos Oficiais Alfaiates e Costureiras de Ituiutaba, representando, então, a sociedade tijuicana.

E, foi assim, que a escola, objeto deste estudo, aparentemente, foi criada resultante do apoio político, em prol da classe trabalhadora, objetivando com força maior, a suprir a ausência de uma instituição escolar que acolhesse a prole com tal perfil, o ginásio gratuito. E, mais uma vez, pode-se valer dos registros de jornais, como da Folha de Ituiutaba, para compreender melhor a história da educação que se configuram e definem.

Deste modo, pode-se visualizar na Figura 21, a Folha de Ituiutaba (1963).

A criação e instalação de um ginásio estadual nesta cidade tem sido objeto de sucessivas campanhas, tanto dêste jornal, que sempre batalhou por sua consecução, como de outras instituições, sobretudo daquelas que representam as classes assalariadas, cujos filhos seriam os maiores beneficiários do estabelecimento. Essa luta, aliás, já data de alguns anos, sendo o seu sucesso barrado quase sempre, ou por má vontade dos governantes ou por prováveis manobras de bastidores. Chegamos a essa última conclusão pela euforia que notamos sempre em certas pessoas, sempre fracassa mais uma tentativa de criação do ginásio, fato comprovado ainda há dias com um telefonema anônimo, em que uma senhora fazia galhofa por haver o sr. Magalhães Pinto vetado emenda do dep. Luiz Junqueira incluindo Ituiutaba entre os municípios a serem dotados do melhoramento. A luta em prol da criação e instalação do ginásio estadual, nem por isto, cessou. Pelo contrário, ela recrudescer a cada fracasso e há de prosseguir, temos certeza, até a vitória (FOLHA DE ITUIUTABA, 1963).

Nesta perspectiva, fica explícita a luta em prol do ginásio estadual, contando com alguns anos essa peregrinação, permeada por promessas, longa espera, política e veto de emenda que fazia jus ao melhoramento a cidade.

Conforme explica Araujo (2005, p. 132):

Como campo de disputas entre o público e o privado, a história da educação brasileira – pelo ideário liberal – revela em diferentes momentos expressões diversas de antagonismo, mas também manifestações de intercâmbio e de convívio. Alguns posicionamentos relativos ao período imperial procurarão evidenciar tal interpretação.

Na convivência do público com o privado, na luta dos sindicatos, mais adiante nesta mesma edição, foi realizado um pedido de doação de terreno:

Tendo em vista remover um dos entraves que tem estorvado a criação do ginásio estadual de Ituiutaba, as entidades de empregados acabam de endereçar ao prefeito José Arcênio de Paula um curto mais incisivo memorial pedindo a doação do terreno destinado à construção do estabelecimento oficial de ensino (FOLHA DE ITUIUTABA, 1963).

Assim, pronunciou o jornal: “documento vasado nos seguintes termos”:

Ituiutaba, 20 de junho de 1963.

Exmo. Sr.

José Arcênio de Paula.

MD. Prefeito Municipal

Ituiutaba – Minas

A Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba, o Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e o Sindicato dos Oficiais Alfaiates e Costureiras de Ituiutaba, conscientes do papel a representar perante

a sociedade, vêm, mui respeitosamente, solicitar do Executivo Municipal doação de terreno para a construção do Ginásio Estadual.

Tão logo vejamos atendida a reivindicação formulada, lançaremos campanha de envergadura visando ao rápido início das obras, para o que esperamos contar com a valiosa ajuda das autoridades constituídas, a fim de que possamos obter dentro em breve mais essa unidade educacional, de extraordinária importância para o Município, capaz de solucionar um dos mais graves problemas que nos afligem e dando, assim oportunidade a milhares de estudantes vindos das camadas populares.

Com os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemo-nos atenciosamente.

Ivanildo Francisco dos Santos – Presidente da Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba e do Sindicato dos oficiais Alfaiates e Costureiras de Ituiutaba;
Antônio de Assis – Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Ituiutaba;

Mário Campos – Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ituiutaba;

Laureano Pereira de Lima – Presidente do Sindicato dos Condutores da Veículos Rodoviários de Ituiutaba (FOLHA DE ITUIUTABA, 1963).

E, pelo que se percebe, a trajetória percorrida para a construção do prédio próprio do Ginásio Estadual, gratuito, para atender os filhos dos trabalhadores de Ituiutaba, não foi facilitada, mesmo com motivos sócio educacionais tão relevantes. Necessariamente, a história das instituições escolares, conforme Werle, Brito e Colau (2007, p. 151-152), trabalha com a dimensão temporal, e trabalhar com a história das instituições escolares não é focalizar o tempo presente da instituição, mas descrever e produzir narrativas sobre os momentos vividos e registrados pela memória escolar: “Todos os fatos educativos são históricos. Configurações específicas os precedem, tramas de encaminhamentos são tecidas ao longo do tempo. Isso significa que uma historicidade reflexiva acompanha todos os estudos relacionados à educação”.

Segundo Buffa (2002, p. 27):

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço de poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a seleção de conteúdos escolares, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade.

Nestes termos, a partir de meados dos anos 1960, o cultivo de arroz entra em decadência; ampliam expressivamente a população urbana.⁶ Como consequência, a administração do município se viu ante um aumento expressivo de demandas sociais: de moradia a hospital, de escola a trabalho; e, assim, por diante.

Além disso, a mistura de perfis demográficos — urbano e rural — pode ter levado a uma estratificação social, reverberada na separação por classe pelas instituições escolares da cidade: discentes de classes menos favorecida materialmente (de famílias migrantes à procura de condições de mais conforto material) e discentes de uma classe média local.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determinava que a educação se tornava dever do Estado, mas poderia, também, ser iniciativa privada, conservando os interesses das classes dominantes. Romanelli (2007, p. 179) fundamenta:

A lei que foi tão discutida e que poderia ter modificado substancialmente o sistema educacional brasileiro, iria, no entanto, fazer prevalecer a velha situação, agora agravada pela urgência da solução de problemas complexos de educação criados e aprofundados com a distância que se fazia sentir, havia muito, entre o sistema escolar e as necessidades do desenvolvimento.

Neste sentido, a afirmativa acima, refere-se à primeira LDB a qual deveria ter trazido mudanças consideráveis para o sistema educacional brasileiro, portanto manteria os velhos problemas os quais apontaram o Manifesto dos Pioneiros de 1932, que se agravaram quando da necessidade de aprovar a Lei, após os treze anos de debate. Tratando dessa questão, Saviani (1996, p. 47-48) aponta seu ponto de vista ao afirmar que:

O texto aprovado não correspondeu plenamente às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo. Foi, antes, uma solução de compromisso, uma resultante de concessões mútuas prevalecendo, portanto a estratégia da conciliação. Daí porque não deixou de haver também aqueles que consideraram a lei então aprovada pelo Congresso Nacional como inócua, tão inócua como o eram as críticas estribadas na estratégia do *liberalismo* (grifo do autor).

Neste sentido, entende-se que o conciliatório do público com o privado, referindo-se à LDB, promoveu uma prerrogativa de interesses que se apresentaram favoráveis às instituições privadas, em especial, as católicas, quando destaca a obtenção do financiamento do poder

⁶ BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza. **Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.81>

público em educação. Desta forma, Alves (2017, p. 68) cita a teoria de Romanelli (2007) que explicita:

Mas o substitutivo do deputado Lacerda⁷, com relação à discussão sobre a liberdade de ensino, com base em interesses privativos, foi o conteúdo que proporcionaria os interesses privados e ampliaria as instituições católicas. O centro de interesse não estava no direito da família escolher a modalidade da escola, mas na reivindicação que se fazia em favor da escola privada, sendo que o Estado deveria beneficiar essa escola, antes mesmo do ensino oficial.

Neste sentido, tornou-se importante buscar o significado das palavras público e privado, que segundo Lombardi (2005, p. 77), “ambas as palavras são de origem latina e não são colocadas de modo polarizado, dicotomicamente, tal qual empregamos atualmente, mas expressam dimensões diferentes da vida dos homens: a individual e a coletiva”.

Tratando-se de contribuições e/ou mensalidades reporta-se, o estudo, às escolas ginásiais apontadas como particulares, exemplificando o Instituto Marden, que oferecia bolsas de estudos gratuitas para mais de cem alunos, como explicita Moraes (2014, p. 149), “apesar de ser uma escola particular, que necessitava das mensalidades, mantinha bolsas de estudos gratuita para mais de 100 alunos”.

Sendo assim, mesmo sendo uma escola particular, “A instituição destinava vaga em seu quadro para alunos de classes menos favorecidas que estudavam sem o pagamento que

⁷ Carlos Frederico Werneck LACERDA. Deputado Federal nas Legislaturas 1955-1959 e 1959-1963. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 30 de abril de 1914. Jornalista, escritor e empresário, fundador do jornal *Tribuna da Imprensa* e da editora Nova Fronteira. Iniciou-se na política como marxista [...] em 1935, participou da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), propunha ser uma frente popular contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio. Rompeu com o comunismo em 1939 [...]. Em 1945, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e, em 1947, foi eleito Vereador do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, renunciando ao mandato no mesmo ano, em protesto contra a aprovação pelo Senado da diminuição das prerrogativas da Câmara Municipal. Opositor ferrenho do segundo Governo de Getúlio Vargas, foi uma das vítimas (escapou com um ferimento no pé) do Atentado da Toneleros, em 5 de agosto de 1954, o qual desencadeou a crise que levaria Vargas ao suicídio. Eleito Deputado Federal em outubro seguinte com a maior votação do Distrito Federal, participou em 1955 da conspiração que visava impedir a eleição e posse de Juscelino Kubitschek e de seu vice João Goulart na Presidência da República. Na Câmara, foi Líder da UDN (1957-1958) e, após se reeleger, Deputado, tornou-se Líder da Minoria (1959), representada pelo bloco UDN e PL. Eleito em outubro de 1960 Governador da Guanabara, [...] governo estadual (1960-1965), à frente do qual removeu favelas e realizou importantes obras viárias, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. [...] Apoiou o Golpe de 1964 e em novembro, já divergindo dos militares que haviam tomado o poder, lançou-se candidato pela UDN à Presidência da República. [...] Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, que acabou com a eleição direta para Presidente da República. Em 1966, com o apoio de Kubitschek e Goulart, que se encontravam exilados, articulou a Frente Ampla, pregando a união das forças políticas democráticas em torno da necessidade de redemocratização do País. Em abril de 1968, a Frente foi banida e, em 14 de dezembro seguinte, um dia após a edição do AI-5, Lacerda foi preso. Conseguiu ser libertado [...], teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Morreu no Rio de Janeiro em 22 de maio de 1977.

retribuía o benefício do aprendizado recebido na instituição, atuando como monitora nas turmas de alfabetização” (MORAES, 2014, p. 149).

No que se refere às contribuições financeiras dos alunos para a instituição, Moraes (2014, p. 150) expõe que, “eram escalonadas atendendo aos diferentes níveis de ensino ao qual os alunos estivessem matriculados: Curso Normal, Curso Ginásial e Curso Primário. Variando também quanto ao regime: internos, externos e semi-internos”.

Outro fator importante nas instituições escolares, pública ou privada, aponta para o reconhecimento e importância dos valores morais das escolas, e todas, como Instituto Marden, São José e Santa Tereza contaram com tais atributos. Tem a explicitação de Moraes (2014, p. 147), asseverando que a disciplina desta instituição era rígida, sendo um dos marcos da mesma, “as diretrizes mardenienses sintetizavam os pensamentos da época e se refletiam no rigor das normas que regiam a escola. Apesar do respeito com que os alunos eram tratados, as transgressões eram severamente punidas”.

Segundo Gomes (2005, p. 163):

Compete à educação pública chamar a si a formação da consciência cidadã, não pensá-la menor por representar a externalidade da lei, pois a democracia não é a adesão amorosa de todos a um objetivo, mas o respeito, ainda que externo, das vontades expressas por meios legítimos. A educação privada deve explicitar claramente os valores morais que deseja propor à sociedade e a seus educandos, não apenas as formas de contratos de mensalidades. Superar-se na visão de empreendimento econômico lucrativo para cumprir seu papel social de formadora da consciência moral, em suplemento ou complemento à família. Na omissão de ambas as esferas da educação; impera o Estado, sob a capa de democracia e liberalismo, que mal lhe oculta as deficiências morais e políticas.

No que concerne ao Colégio São José, este também se aliava à uma disciplina severa pelos padres estigmatinos, que atraía as famílias, em sua maioria católicas. O ginásio contava com mensalidades pagas pelos alunos. Conforme Pacheco (2012, p. 84): “Em seu primeiro estatuto, fica evidenciado a disciplina e rigor na formação do alunado que seguiam regras rígidas que se não fossem seguidas teriam como consequência severas punições”.

Finalizando, Nunes e Carvalho (1993, p. 49) fundamentam que no campo da história das instituições escolares que se torna mais complexo o impacto da história cultural da sociedade; não se restringe apenas à escola como objeto, considerando, principalmente, pelos estudos produzidos que abrangem questões de produção, circulação e apropriação culturais abrindo novas perspectivas e novos problemas que conduzem à investigação, desta forma

analisam as práticas escolares e seu funcionamento, “enquanto dispositivos de transformação material de outras práticas culturais e de seus produtos”.

Desta forma, buscou-se investigar o processo educativo do Ginásio Estadual de Ituiutaba, no que alcança sua historicidade que revela o cotidiano da escola, o currículo, as práticas escolares, bem como destacado os desfiles e sua apresentação para a sociedade, a disciplina rígida, o uniforme, aprofundando sobre a realidade educacional desta instituição.

3 COTIDIANO E PRÁTICAS ESCOLARES NO GINÁSIO ESTADUAL DE ITUIUTABA

Esta seção tem como objetivo conhecer as práticas educativas no Ginásio Estadual de Ituiutaba, concernentes ao seu funcionamento envolvendo os gestores, docentes, discentes, demais funcionários que abrangem a documentação arquivada na Instituição que se tornou relevante para a pesquisa. E, ainda, verificar sobre a legislação vigente, no momento da análise dos documentos, a Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei nº 5.692, de 11 de agosto 1971, que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º. e 2º. Graus. O período proposto desta pesquisa compreende os anos de 1966 a 1974, momento de grandes mudanças oriundas das lutas ideológicas, políticas e sociais, que envolvem o âmbito educacional do Ginásio Estadual de Ituiutaba.

3.1 Considerações educacionais e políticas como consequência de um regime militar

Na década de 1960, o país era desafiado por uma crise econômica e política de grandes proporções, como fundamentado por Hirsch (1977, p. 107-108):

A crise política se manifesta quando os aparelhos de Estado não podem mais garantir nem a seletividade específica de classe, necessária à estabilidade do processo político, nem a reprodução da dominação política da burguesia em sua estrutura institucional e com a composição do pessoal político existente quando é preciso então reestruturá-los de modo significativo.

Neste sentido, as elites brasileiras enfrentavam as crises econômicas e políticas, na economia a industrialização tornou-se responsável pela produção e seus meios como máquinas, equipamentos, insumos, ou seja, a indústria pesada. O Estado populista não correspondia às necessidades do momento quanto à acumulação de capital, conduzindo as mobilizações populares reivindicarem reformas na estrutura da sociedade, e, assim, o conflito entre capital e trabalho se agravavam para uma crise que se direcionava à política do Estado (GERMANO, 2005).

Neste cenário, presencia-se uma provocação das lutas de classes, quando a sociedade civil se torna mais presente na participação política e na organização dos trabalhadores urbanos e rurais. Dentre essa sociedade, a organização e participação na mobilização a favor das

Reformas de Base, contavam com outros setores como os estudantes e militares subalternos (sargentos, marinheiros etc.), como afirma Germano (2005, p. 50):

Tudo isso repercutia no campo da educação e da cultura. Campanhas e movimentos de educação e cultura popular despontavam em todos os pontos do país, notadamente no Nordeste, com propostas de conscientização política e social do povo.

Prossegue Germano (2005) ao explicitar sobre o período de 1960 a 1964, quando a matrícula no Ensino Fundamental aumentou e, os estudantes universitários movimentavam na luta pela organização da cultura para uma transformação estrutural da sociedade brasileira, através da União Nacional dos Estudantes (UNE). Faziam parte do contexto, naquele momento, “greves, mobilizações, assembleias, crescimento das organizações sindicais, surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais” (GERMANO, 2005, p. 50).

A preocupação com a situação social e política chegou até a Igreja Católica, que temendo perder seu espaço e poder buscou organizar sindicatos rurais e chegar a criar um sistema de radiodifusão educativa com o Movimento de Educação de Base (MEB), e, assim, envolveu-se em campanhas eleitorais a favor de candidatos cristãos.

Neste cenário, no Brasil, a partir de 1964, “o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência” e prossegue Germano (2005, p. 55):

O autoritarismo traduz-se igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política.

Ainda, na década de 1960, nos anos de 1964-1969 houve um progressivo endurecimento do regime, com eventuais conflitos entre o Executivo e o Legislativo; no ano de 1966, no Brasil, esse conflito resultou como senhor da situação o Executivo para legislar (GERMANO, 2005). Nestes termos, tem-se a contribuição de Germano (2005, p. 61) ao revelar que:

[...] o Executivo ficou à vontade para legislar, antepondo restrições de toda ordem aos candidatos opositores às eleições parlamentares de 1966. Com isso, abria o caminho para impor uma Constituição que institucionalizasse o Estado de Segurança Nacional, de acordo com a vontade do Alto Comando das Forças Armadas.

Neste mesmo ano de 1966, na cidade de Ituiutaba iniciavam as atividades escolares no Ginásio Estadual de Ituiutaba. Neste período, o país sofria a violenta repressão policial imposta pelo governo, nos finais da década de 1960. No que tange “as questões educacionais e culturais quase não foram enfocadas nos documentos nas manifestações isoladas de esquerda, que tinham como principal objetivo revolucionar a sociedade brasileira e contavam com a participação de alguns estudantes” (FRANCO, 2014, p. 62).

Estudantes em que as dificuldades enfrentadas pelo movimento estudantil não permitiram um movimento unificado em todo país, devido a ditadura cívico-militar enfraqueceram os segmentos sociais que faziam oposição ao seu governo. Neste cenário, encontra-se parte dos estudantes universitários na região do Triângulo Mineiro articulada ao movimento estudantil em nível nacional; neste momento, também foram vítimas da repressão (FRANCO, 2014).

Pode evidenciar que houve a presença do setor direitista da Igreja Católica, no meio educacional da região, participando de forma alienada da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, porém, em favor do regime militar, aluna do curso Normal em Araxá-MG localizada no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FRANCO, 2014, p. 62).

Deste modo, prossegue Franco (2014, p. 62):

Tais estudos apresentados nos revelam que os estudantes secundaristas e universitários da região do Triângulo Mineiro vivenciaram práticas e ações condizentes com o universo cultural nacional. Além da forte influência da Igreja Católica, tanto no setor direitista como no progressista, a qual direcionou grande parte da cultura estudantil regional.

Neste sentido, a representação estudantil que se destacou no município, nos anos de 1950 e 1960, foi a União Estudantil de Ituiutaba (UEI), que segundo Silva e Vilela (1953, p. 146), a entidade foi fundada por um grupo de jovens tijucanos, estudantes, universitários da capital mineira, a maioria pertencente ao curso de Direito da então Universidade de Minas Gerais:

O núcleo de Belo Horizonte cresceu gradativamente. Esse crescimento contribuiu para a criação da União Estudantil de Ituiutaba, em 1952, entidade essa há muito idealizada por uma plêiade de jovens entusiastas que souberam sentir a necessidade de uma agremiação cuja finalidade seria o conagraçamento, união e contato entre estudantes da terra tijucana. Vencendo obstáculos de grande monta e superando dificuldades de avultado porte, fundou-se, no dia 19 de abril de 1952, a UEI.

Nesta perspectiva, constata-se que o processo de criação dessa entidade realizou discussões dos estudantes e se ampliavam no âmbito da então Universidade de Minas Gerais, que se destacou como centro de efervescência política estudantil, nos anos de 1950 e 1960. Mesmo a UEI sendo uma entidade que representava os jovens de Ituiutaba, em suas tendências políticas aproximou de grandes centros urbanos do século XX, como Belo Horizonte e São Paulo (FRANCO, 2014).

Analisa-se que essas articulações do movimento político criado pelos jovens estudantes de Ituiutaba com estudantes de Belo Horizonte, possibilitaram uma maior efervescência na luta pela criação do Ginásio Estadual de Ituiutaba por parte dos trabalhadores.

Ainda, referindo-se a UEI, o movimento estava se ampliando e envolvendo com a política como a Folha de Ituiutaba, apresenta o **Manifesto ao Povo de Ituiutaba**, no dia 24 de julho de 1954, ano XIII, nº. 872, a seguir.

Figura 22 – Manifesto ao Povo de Ituiutaba



Fonte: Folha de Ituiutaba. Ituiutaba, Sábado, 24 de Julho de 1954, Ano XIII, N. 872.

A Figura 22, destaca em seu noticiário: **Manifesto ao Povo de Ituiutaba**, destaca-se **Entidades de classe em luta pelo Ginásio Estadual**, que fazem apoio ao vereador e apresentam suas reivindicações, no jornal Folha de Ituiutaba, do dia 24 de julho de 1954, em sua Edição 872:

MANIFESTO AO POVO DE ITUIUTABA

A União Estudantil Ituiutabana, entidade que congrega todos os moços de ideal deste município numa luta constante em prol das reivindicações mais sentidas da gente e da terra tijucana, ao aproximar-se o pleito eleitoral de 3 de outubro, encontra-se na obrigação moral de tomar uma atitude clara perante o povo, que nela deve depositar sua confiança. Assim, considerando que:

- 1) A União não deve nem tomará posição político-partidária, o que não a exime de uma atitude política;
- 2) Há necessidade de uma renovação de valores, principalmente no setor público;
- 3) A mocidade estudantil deve ser um dos mananciais alimentador dessa renovação;
- 4) Urge se promova uma revitalização do regime democrático, claro se torna que a Juventude – *substratum* mantenedor da Democracia – deve ter a sua vez;
- 5) Ao bacharelado Rodolfo Leite de Oliveira, foi endereçado, por uma de nossas agremiações políticas, um convite para que integre sua chapa de vereadores;
- 6) Finalmente, como o convite feito deixa bem claro que o candidato, se eleito, só terá compromissos com o povo, foi o assunto submetido a uma democrática discussão no seio da classe, tendo a União Estudantil Ituiutabana, após amplos debates.

Decidido

Aceitar e apoiar a candidatura de RODOLFO LEITE DE OLIVEIRA a vereador nas próximas eleições de 3 de outubro de 1954.

Decorrendo tal apoio não só do programa mínimo administrativo infra incluso, como das atividades e posições, claras e progressistas, assumidas dentro e fora da classe pelo referido colega, conclamamos o eleitorado ituiutabano a que cerre fileiras em torno do nosso candidato.

Programa Mínimo do Candidato RODOLFO LEITE DE OLIVEIRA

- a) Como medida tendente a promover o barateamento do custo de vida, bater-se-á pela edificação do MERCADO MUNICIPAL;
- b) Bater-se-á pela substancial melhoria do *Ensino Municipal Rural*, partindo do aumento dos vencimentos das professoras e da construção de edifícios modestos, mas confortáveis para as escolas. O melhor aparelhamento didático e a instalação anual de um curso de férias serão os complementos indispensáveis dessa importante iniciativa.
- c) Trabalhará decididamente pela criação, edificação e instalação da BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, elemento indispensável à elevação do nível cultural do nosso povo.
- d) Bater-se-á incansavelmente pela concretização do velho sonho dos estudantes, desportistas e jovens em geral desta cidade, consubstanciado na construção e instalação da *Praça de Esportes de Ituiutaba*.

O Programa da União Estudantil Ituiutabana, portanto, resume Vida mais barata – Combate ao analfabetismo – Elevação do nível cultural do povo e Aprimoramento Físico através de variadas práticas esportivas.

VISITA DA UNIÃO ESTUDANTIL A ESTA FOLHA

A União Estudantil de Ituiutaba, seção de Belo Horizonte, representada pelos universitários Agnaldo Bernardes Fleury, presidente, João Batista Vilela, orador, e Pedro Neto Rodrigues Chaves, diretor social, distinguiu-nos, ontem, com sua atenciosa visita a esta Folha. Os jovens estudantes acompanhados do nosso diretor, percorreram demoradamente as instalações desta empresa gráfica, manifestando o seu entusiasmo pelo que lhes foi dado a observar. Nossos agradecimentos pela visita.

Desta forma, percebe-se a participação política dos estudantes mineiros e os movimentos populares, bem como nos anos de 1970, os estudantes receberam uma formação diferenciada quanto às gerações anteriores. E, assim, entende-se que a organização escolar e o currículo foram se transformando, tais mudanças se devem “À nova conjuntura política e social configurada no país pelo regime militar” (SOUZA, 2008, p. 227).

3.2 Abordagens no cotidiano e práticas escolares no Colégio Estadual de Ituiutaba

As fontes históricas documentais pesquisadas e que se encontram no arquivo da instituição escolar, em estudo, evidencia-se como se deu a organização e o funcionamento desta e as transformações na cultura escolar brasileira, embasadas na legislação vigente.

Concernentes à legislação, ao analisar a documentação do Colégio Estadual de Ituiutaba, no período de 1966 a 1974, tem o suporte da Lei n.º. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, como aprovação a primeira Lei de Diretrizes e Bases, visando a diminuição da centralização do MEC e, com isso, os órgãos estaduais e municipais ganharem autonomia. Ainda, na vigência desta LDB, em 1962 foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação o primeiro Plano Nacional de Educação – PNE, “um conjunto de metas quantitativas e qualitativas para serem cumpridas no prazo de oito anos”, resultou de uma iniciativa do MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 4).

No que se refere ao Ensino Secundário, no ciclo ginasial, a Lei n.º. 4.024/1961, determina nos artigos 44 a 45 e parágrafos correspondentes que:

Art. 44 – O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

§ 1º O ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45 – No ciclo ginásial serão ministradas nove disciplinas.

Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.

No que se refere ao parágrafo único, do Artigo 45, pode-se visualizar as disciplinas na Figura 24, a seguir, com a descrição das disciplinas de cada série do ciclo ginásial.

Figura 24 – Apresentação das disciplinas distribuídas em cada série do ciclo ginásial

COLÉGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA													
ALUNO <u>Carina Severino Boniz.</u>										N.º <u>176</u>			
Série <u>1ª</u>				Turno <u>diurno</u>				Ano <u>19.67</u>					
1.ª ÉPOCA			Port.	Geo.	Hist.	Mat.	Ciën.	<u>des</u>	<u>frs</u>				
1ª série													
Série <u>II E</u>										Turno <u>noturno</u>		Ano <u>19.68</u>	
1.a época			<u>Port</u>	<u>Mat</u>	<u>Geo</u>	<u>Hst</u>	<u>ciên</u>	<u>Des</u>	<u>Ing</u>	<u>Arts</u>			
2ª série													
Série <u>3ª B</u>				Turno <u>tarde</u>				Ano <u>19.69</u>					
1.a ÉPOCA			Port.	Mat.	Geo.	Hist.	Ciën.	Ing.	Des.	Fís.	<u>Fra</u>		
3ª série													
FICHA INDIVIDUAL. Ano Letivo de 19 <u>71</u> . Curso <u>ginásial</u>										Série <u>4ª</u>		Observações	
1.ª ÉPOCA			<u>Port</u>	<u>Hist</u>	<u>Geo</u>	<u>mat</u>	<u>ci</u>	<u>fran</u>	<u>org</u>	<u>sc</u>			
4ª série													

Fonte: Arquivo Público da Escola (2002).

Na Figura 24 destacam as disciplinas por série do curso ginásial, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada pelo Congresso Nacional, no ano de 1961, do ponto de vista de Rothen (2008, p. 455), “entre os anos de 1962, no qual o CFE foi instalado – e 1966, o Conselho assumiu a postura de propor modelos educacionais, mediante a elaboração de doutrinas e jurisprudências ao emitir parecer técnico sobre os temas apresentados à sua análise”.

Nesta questão, sendo competência do CFE, conforme explicitação de Trevizoli, Vieira, Dallabrida (2013, p. 8), logo produziu:

[...] a primeira parte da nova matriz curricular dos cursos e indicou para todos eles as cinco disciplinas obrigatórias: português, história, geografia, matemática e ciências. A segunda parte dessa matriz, também composta por disciplinas obrigatórias foi definida pelos conselhos estaduais, que indicaram: desenho e organização social e política brasileira, ou desenho e uma língua clássica e uma língua estrangeira moderna; ou duas línguas estrangeiras modernas e filosofia, esta apenas no 2º. Ciclo.

Neste sentido, os conselhos estaduais apontaram para os estabelecimentos de ensino, as disciplinas optativas, para serem escolhidas de acordo com os interesses e disponibilidades desses estabelecimentos, que Souza (2008, 234) revela:

No ciclo ginásial eram ministradas as disciplinas de línguas estrangeiras modernas, música (canto orfeônico), artes industriais, técnicas comerciais e técnicas agrícolas, enquanto no colegial eram oferecidas as de línguas estrangeiras modernas, grego, desenho, mineralogia e geologia, estudos sociais, psicologia, lógica, literatura, introdução às artes, direito visual, elementos de economia, noções de contabilidade, biblioteconomia, puericultura, higiene e dietética.

Deste modo, as mudanças que estavam sendo alteradas nas disciplinas que se tornaram optativas, como “latim, grego, francês, espanhol, filosofia e canto orfeônico”, não foram benéficas para os docentes, pois não era todo estabelecimento de ensino que adotava as disciplinas, ficando os docentes à mercê das escolas que as adotassem Marchelli (2014, p. 1486).

Neste sentido, Souza (2008) afirma que, a nova estrutura curricular do ensino secundário estava voltada para as aprendizagens que se encontravam ligadas aos conhecimentos gerais e técnicos, visando a preparação profissional. Marchelli (2014, p. 1488) prossegue esse ponto de vista ao fundamentar que:

O surgimento da LDB permitiu a democratização do ensino secundário, em especial do ciclo ginásial e se incorporou ao contexto de ascensão industrial e urbana da época, pretendendo oferecer formação especializada a alunos provindos das classes menos favorecidas economicamente. Com isso, o país obteria mão-de-obra qualificada para o trabalho industrial e as demais atividades comerciais e administrativas a ela associadas. A escolarização das massas, em consonância com a formação oferecida pelas escolas de nível superior cujo acesso permanecia restrito às classes dominantes constituiria um dualismo no interior da sociedade a partir do qual se acreditava que o desenvolvimento nacional pudesse ser alavancado.

A partir desta fundamentação considera-se que a base curricular produzida pelo Conselho Federal de Educação e pelos conselhos estaduais, “a partir das prescrições da LDB 4.024/61 correspondeu a um desejo da sociedade brasileira daquela época de massificar a ação educativa”, acreditava-se que a produção dos processos industriais era necessária para que o país superasse “as barreiras do subdesenvolvimento econômico e cultural” (MARCHELLI (2014, p. 1488-1489). Entende-se que a escola continuou sendo restrita e excludente para as classes menos favorecidas economicamente.

No entanto, Souza (2008, p. 266) revela sobre a reforma do ensino de 1º. e 2º. Graus, instituída das escolas e a organização didático-pedagógica do ensino elementar e médio brasileiro:

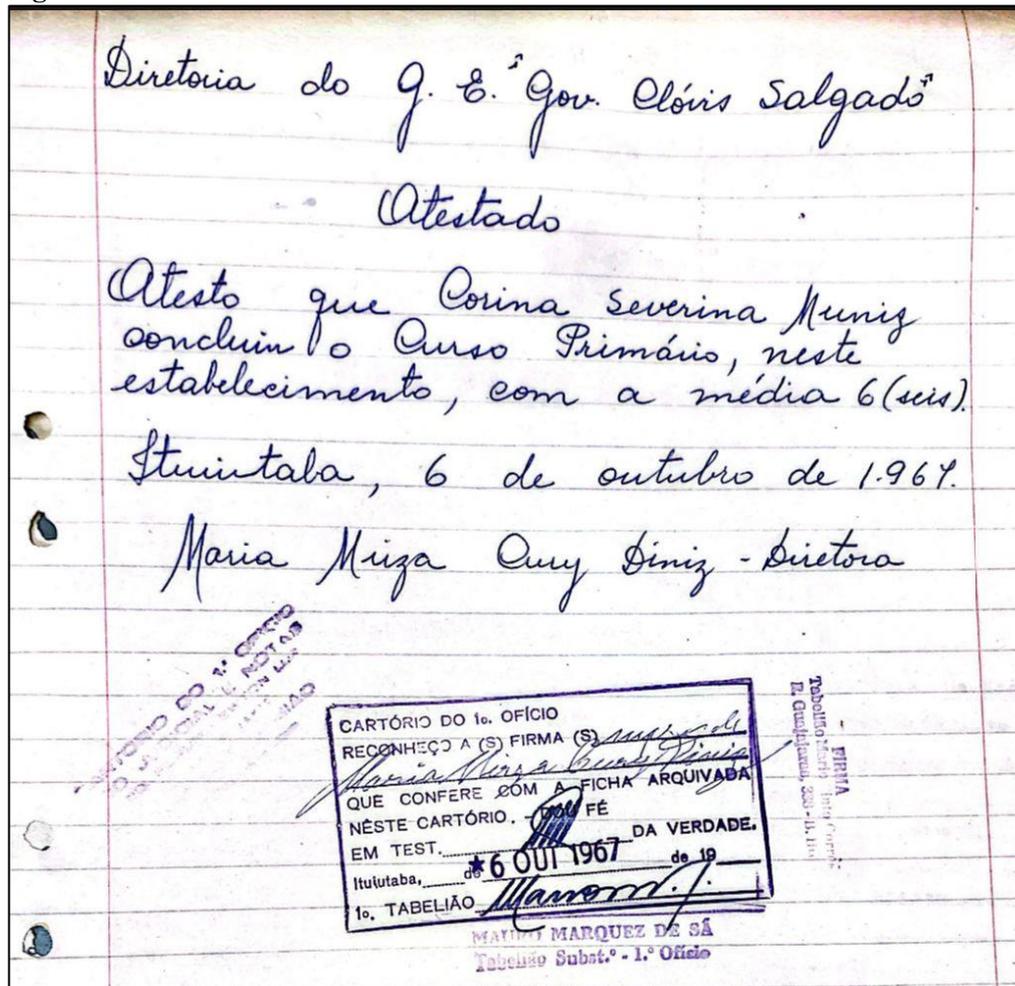
A Lei n. 5.692, de 11 agosto de 1971, fixou as “diretrizes e bases para o ensino de 1º. e 2º. Graus” no país, constituindo-se no dispositivo norteador da reforma. Mas, em realidade, um conjunto numeroso de decretos, pareceres e resoluções foram estabelecidos em âmbito nacional e estadual nos anos 70, visando à normatização dos mais diversos aspectos da organização do ensino, evidenciando a centralização e a burocratização vigentes no campo educacional nesse período.

Nesta perspectiva, ao serem fixadas as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º. e 2º. Graus, a LDB, Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, teve como objetivo principal proporcionar os estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971). Vale destacar a característica marcante da Lei n. 5.692/71 que era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante.

Desta forma, ao analisar as fontes documentais do Colégio Estadual de Ituiutaba evidencia-se a centralização e a burocratização apontadas, que se apresentam no processo educacional de uma aluna nascida no ano de 1951, passo a passo, desde o Atestado fornecido pela escola onde realizou o curso Primário até sua transferência ao concretizar as quatro séries do curso Ginásial.

A Figura 25, a seguir, mostra um “Atestado” datado de 06 de outubro de 1967, fornecido pela escola do curso Primário, neste caso, Grupo Escolar “Governador Clóvis Salgado”, deste município de Ituiutaba, (criado em 1956, via decreto n. 5.023), como primeiro passo para a estudante que concluiu o curso Primário e pretendia continuar seus estudos em um curso Ginásial, denominação naquele momento.

Figura 25 – Atestado - 1967



Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

A Figura 25 mostra o “Atestado” redigido em uma folha comum de caderno (monobloco), manuscrito pela então Diretora deste Grupo Escolar, que apresenta a aluna, a sua conclusão no curso Primário, a média final em sua aprovação, consta sua assinatura e o carimbo de Reconhecimento de Firma pelo Cartório do 1º. Ofício e assinatura do Tabelião. O “Atestado” apresentado é arquivado junto à pasta da estudante.

Neste recorte temporário contava-se com o Exame de Admissão, o qual a estudante prestava uma “Prova” para “qualificar” seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, receber uma classificação que indicaria em que sala estaria apta a cursar a 1ª série Ginásial.

Outrossim, entende-se que a estudante pesquisada, ao ser matriculada no Colégio Estadual de Ituiutaba, passou pelo temido Exame de Admissão, realizados na década de 70 em qualquer instituição, para o curso Ginásial e, merece destaque para a história da educação brasileira, sabendo-se que o Exame de Admissão foi instituído antes da Era Vargas, criado no Brasil, com o advento da Reforma Francisco Campos, a primeira de caráter nacional.

Assim, deve-se retornar à década de 1930, quando da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a responsabilidade de Francisco Campos, em que vários decretos que foram publicados pelo mesmo, tanto para o ensino Superior quanto para o ensino Secundário e ensino Comercial.

Se tratando do Colégio Estadual de Ituiutaba, este se enquadra e o estudo se interessa em conhecer a finalidade da reforma educacional para o ensino Secundário, em especial, com o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Por meio deste Decreto “tornou obrigatórios os exames de admissão ao ginásio para o ingresso em todas as instituições oficiais de ensino secundário do país. Portanto, legitimou o recrutamento de alunos e impôs barreiras institucionais de acesso ao ginásio, por meio destes exames” (AKSENEN; MIGUEL, 2014).

Os exames de admissão ao ginásio foram instituídos pelo Decreto nº 19.890/1931, em seu Artigo 18: “O candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro”. Já o Artigo 22 descreve o conteúdo e a forma das provas:

O exame de admissão constará de provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais (BRASIL, 1931).

Nesta perspectiva, Francisco Campos, por meio do Decreto nº 19.890/1931, instituiu o exame de admissão ao ginásio em nível nacional, “que foi uma prática de adesão ao ensino secundário verificada oficialmente no Colégio Pedro II a partir de 1870 e posteriormente, em outras instituições consideradas oficiais por estarem equiparadas a este colégio” (AKSENEN; MIGUEL, 2014, p. 235).

No que concerne aos exames de admissão, a Lei nº. 4.024/61, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, orientou os Estados a organizarem seus sistemas de ensino de acordo com os preceitos e mantinha em seu Artigo 35 como estabelece:

O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo (BRASIL, 1961).

E, finalmente, com a Lei Federal 5.692/71, estabeleceu normas para o acesso à primeira série do curso ginasial e, no seu artigo 1º, extinguiu os exames de admissão ao ginásio:

“Era. 1º - Fica abolido para o Sistema Estadual de Ensino, compreendendo Estabelecimento Oficial e Particular, o Exame de Admissão, de acordo com o art. 87, da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.

No que tange à burocracia deste momento, tem-se um outro Requerimento que deve ser encaminhado ao/a Diretor/a para Deferimento que se refere ao pedido para realizar os Exames de Admissão, como visualiza-se a Figura 26.

Figura 26 – Requerimento para inscrição nos exames de Admissão ao Ginásio

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA
Deferido em...../...../.....

O (a) abaixo assinado *Corina Severina Muniz*.....
.....vem requerer de V. Excia.

Sua inscrição nos exames de Admissão ao Ginásio, prometendo não se inscrever em outro estabelecimento, na mesma época.

Sua matrícula na série do curso....., turno.....

Que faça submeter-se a exames de 2ª época das seguintes matérias:
.....

Que faça submeter-se a exame de 2ª chamada, uma vez que não pode comparecer a primeira época por motivo justo; ou por impedimentos por falta de Ed, Física.

Que faça submeter-se a exame de admissão nas seguintes matérias:
.....

Sua transferência deste para outro estabelecimento congênere do país de acôrdo com a legislação em vigor.

Que devolva seus documentos de admissão uma vez que fui reprovado nos exames realizados em/...../.....
Fazendo acompanhar a documentação exigida e declarando-se de acôrdo com as exigências deste estabelecimento.

Pede deferimento.

Ituiutaba-M.G., de *Julho* 19. *67*.

Corina Severina Muniz
.....
assinatura do aluno

.....
de acôrdo.

Declaro para os devidos fins que recebi o documento exigido
.....

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

Nesta Figura 26 pode-se visualizar, ainda, que ao fazer sua inscrição para os exames de Admissão, promete “não se inscrever em outro estabelecimento, na mesma época”. Prosseguindo, como mostra a Figura 27, a Secretaria parte para o Formulário que é endereçado ao/a Diretor deste Colégio; neste documento colhe-se a assinatura da estudante, datado em fevereiro de 1967 (não registrou o dia) e encaminha ao/a Diretor para deferimento.

Ainda, referindo-se à parte burocrática, a atendente da Secretaria parte para o Formulário de Requerimento de Matrícula para a 1ª série Ginásial (Figura 27).

Figura 27 – Requerimento de Matrícula para a 1ª série Ginásial

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA

Deferido em...../...../.....

O (a) abaixo assinado Corina Severina Moura.....

.....vem requerer de V. Excia.

Sua inscrição nos exames de admissão ao Ginásio, prometendo não se inscrever em outro estabelecimento, na mesma época.

Sua matrícula na I... série do curso. Ginásial, turno diurno.....

Que faça submeter-se a exames de 2ª época das seguintes matérias:
.....Desenho e Inglês = Fevereiro 1967.....

Que não faça submeter-se a exame de 2ª chamada, uma vez que não pode comparecer a primeira época por motivo justo; ou por impedimentos por falta de Ed, Física:

Que não faça submeter-se a exame de admissão nas seguintes matérias:
.....

Sua transferência deste para outro estabelecimento congênere do país de acôrdo com a legislação em vigor.

Que devolva seus documentos de admissão uma vez que fui reprovado nos exames realizados em/...../.....

Fazendo acompanhar a documentação exigida e declarando-se de acôrdo com as exigências dêste estabelecimento.

Pede deferimento.

Ituiutaba-M.G.,fevereiro.....1967..

Corina Severina Moura
assinatura do aluno

.....
de acôrdo.

Declaro para os devidos fins que recebi o documento exigido
.....

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

De acordo com o resultado do Exame de Admissão (Figura 28), evidencia-se que, naquele momento, a estudante foi selecionada para uma turma da 1ª. Série Ginásial classificada de acordo com suas notas, sendo que as turmas eram distribuídas de acordo com os conhecimentos apresentados nos Exames, sendo enumeradas com a letra maiúscula, de acordo com o número de salas, isto é, havendo 6 seis salas de aula, estas serão enumeradas de Turma “A” até “F”, exemplificando.

Portanto, a estudante não comporia a Turma A, onde se encontravam os melhores selecionados, pois a sua média no resultado do Exame de Admissão totalizou 65 (sessenta e cinco), como mostra a Figura 27, a seguir. Assim, não permitiria devido aos demais resultados que se pode constatar que em Geografia obteve a nota 60; em Ciências, menos ainda, com 45, não alcançando nem 50% (cinquenta por cento), já que o total era a nota 100; em Aritmética, hoje denominada Matemática, obteve a nota 50 e História, 70.

Figura 28 – Resultado do Exame de Admissão em Fevereiro de 1967

Colégio Estadual de Ituiutaba — Ituiutaba Minas Gerais			
22 de Outubro de 1951	ITUIUTABA	MINAS GERAIS	
Data do Nascimento	Nome do aluno	Local	Estado
FILIAÇÃO	Pai		
	Mãe		
COLEGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA	ITUIUTABA	MINAS GERAIS	
Estabelecimento que expediu o certificado	Local	Estado	
EXAME DE ADMISSÃO			
Português	80	Aritmética	50
Geografia	60	História	70
Ciências	45		
Resultado	65		
		Data	Fevereiro 1967

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

Outra razão que afirma a assertiva anterior, em relação à turma que foi destinada, não possibilitando compor a Turma A se deve à observação do Formulário de Requerimento de Matrícula para a 1ª série Ginásial, quando foi preenchido: “Que faça submeter-se a exames de 2ª época de *Desenho e Inglês*, em Fevereiro de 1968”, como se pode visualizar na Figura 27.

Na Figura 29 pode-se visualizar o Histórico Escolar da estudante referente a 1ª série, no turno Diurno. As suas notas obtidas durante o ano foram distribuídas as disciplinas em 1ª época e 2ª época, outra constatação indica que as “Provas” foram realizadas por bimestre: Março-Abril, Maio-Junho, Agosto-Setembro, Outubro-Novembro, onde foram calculadas a Média Anual, Prova Final, logo aponta a Nota Final; em seguida descrevem os resultados da 2ª época.

Figura 29 – Histórico da 1ª série, turno diurno, ano de 1967

COLÉGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA									
ALUNO <i>Carolina Severino Boniz</i>							N.º <i>176</i>		
Série <i>1ª f</i>		Turno <i>diurno</i>				Ano <i>1967</i>			
1.ª ÉPOCA	Port.	Geo.	Hist.	Mat.	Ciê.	<i>200 85</i>			
Março - Abril	<i>10</i>	<i>55</i>	<i>60</i>	<i>71</i>	<i>60</i>	<i>60</i>	<i>50</i>		
Maio - Junho	<i>56</i>	<i>60</i>	<i>30</i>	<i>90</i>	<i>60</i>	<i>64</i>	<i>60</i>		
Agosto - Setembro	<i>35</i>	<i>75</i>	<i>30</i>	<i>50</i>	<i>90</i>	<i>55</i>	<i>55</i>		
Outubro - Novembro	<i>65</i>	<i>65</i>	<i>70</i>	<i>55</i>	<i>90</i>	<i>60</i>	<i>65</i>		
SOMA	<i>226</i>	<i>255</i>	<i>190</i>	<i>266</i>	<i>300</i>	<i>239</i>	<i>230</i>		
Média Anual	<i>56,5</i>	<i>63,7</i>	<i>47,5</i>	<i>66,5</i>	<i>75</i>	<i>59,7</i>	<i>57,5</i>		
Prova Final	<i>65</i>	<i>60</i>	<i>70</i>	<i>50</i>	-	<i>20</i>	<i>28</i>		
Média X 2	<i>1130</i>	<i>1274</i>	<i>950</i>	<i>1320</i>	-	<i>1194</i>	<i>150</i>		
TOTAL	<i>178</i>	<i>187</i>	<i>165</i>	<i>183</i>	-	<i>139</i>	<i>143</i>		
Nota Final	<i>59</i>	<i>62</i>	<i>55</i>	<i>61</i>	<i>75</i>				
Resultado	<i>59</i>	<i>62</i>	<i>55</i>	<i>61</i>	<i>75</i>				
2.ª Época						<i>50</i>	<i>50</i>		
Prova Escrita									
Média X 3						<i>355</i>	<i>342</i>		
Prova X 2						<i>200</i>	<i>200</i>		
TOTAL						<i>555</i>	<i>542</i>		
Nota Final						<i>55</i>	<i>54</i>		
FALTAS	Março								
	Abril								
	Maio								
	Junho								
	Agosto								
	Setembro								
	Outubro								
Novembro									
TOTAL									

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

Outro passo dentro desse processo, em andamento no curso Ginásial, se faz um novo Requerimento que a estudante requer sua matrícula para a 2ª série, acompanhado do seu histórico escolar, Figura 30.

Figura 30 – Requerimento de Matrícula para a 2ª série Ginásial

COLEGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA

CARACTERÍSTICAS

REQUERIMENTO abaixo assinado por Berina Severina Menig filha de Antônio Nicácio Menig nascida em 22 de Outubro de 1951, vem aqui respeitosamente requerer sua matrícula na 2ª série da Tarde de turno da

Pede Diferimento

Ituiutaba, 22 de fevereiro de 1968

Berina Severina Menig

Liontina Severina Menig

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

Conforme a Figura 30, a funcionária da Secretaria preenche o Requerimento de Matrícula da estudante para cursar a 2ª série, à tarde.

Em seguida, a Figura 31 aponta o resultado conforme o Histórico Escolar da 2ª série Ginásial concluída em 1968.

Figura 31 – Histórico Escolar da 2ª série E – 1968

COLÉGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA									
Aluno <i>Couira Leuzina Muniz</i>								N.º <i>3</i>	
Série <i>II E</i>			Turno <i>noturno</i>				Ano <i>1968</i>		
1.a época	Out	Maio	ago	Nov	dez	Jan	fev	Mar	abr
Março - Abril	55	40	80	56	85	30	50	100	
Maio - Junho	50	65	80	55	70	70	70	100	
Agosto - Setembro	60	40	70	65	70	70	45	100	
Outubro - Novembro	40	40	80	65	80	55	50	80	
Soma	205	185	310	235	305	225	215	380	
Média anual	51	46,2	77	58,7	76	56,2	53,7	95	
Prova final	48	15		50		40	30		
Média X 2	1024	924		1174		1124	1074		
Total	150	107		1674		1524	1374		
Nota final	50	39		55		50	45		
Resultado	50	39	77	55	76	50	45	95	
2 a época		76					75		
Prova escrita									
Média X 3		21,6					27,0		
Prova X 4		304					300		
Total :10		520					570		
Nota Final		52					57		
FALTAS	Março								
	Abril								
	Maio								
	Junho								
	Agosto								
	Setembro								
	Outubro								
Novembro									
TOTAL									

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

A Figura 31 mostra as notas da estudante e sua aprovação para a 3ª série. Observa-se em seu histórico, onde foi preenchido a turma da série: **II “E”**, especialmente a letra “E”, que se destina a estudante para tal turma, que leva a considerar como a última, ou uma das últimas turmas, já que se inicia na Turma “A”, isto se deve aos resultados de suas notas, onde a avaliação

era classificatória. E, o grande número de turmas, também, se deve pela grande procura por matrícula para o curso e porque o Colégio era bem conceituado na cidade e região.

Em seguida, outro Formulário, Figura 32, com a seguinte observação: “Que faça submeter-se a exames de 2ª época das seguintes matérias: Matemática e Inglês – Fevereiro 1969”, como pode visualizar a seguir.

Figura 32 – Requerimento para exame de 2ª época de Matemática e Inglês

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA
Deferido em...../...02./69.

O (a) abaixo assinado *Leônia Severina M. Nunes*.....
.....vem requerer de V. Excia.

Sua inscrição nos exames de admissão ao Ginásio, prometendo não se inscrever em outro estabelecimento, na mesma época.

Sua matrícula na série do curso....., turno.....

Que faça submeter-se a exames de 2ª época das seguintes matérias:
.....*Matemática e Inglês*..... = *Fevereiro*..... 1969).....

Que o faça submeter-se a exame de 2ª chamada, uma vez que não pode comparecer a primeira época por motivo justo; ou por impedimentos por falta de Ed, Física.

Que o faça submeter-se a exame de admissão nas seguintes matérias:
.....

Sua transferência deste para outro estabelecimento congênere do país de acôrdo com a legislação em vigor.

Que devolva seus documentos de admissão uma vez que foi reprovado nos exames realizados em/...../.....
Fazendo acompanhar a documentação exigida e declarando-se de acôrdo com as exigências deste estabelecimento.
Pede deferimento.

Ituiutaba-M.G.,.....de *Fevereiro*.....1969.
Leônia Severina M. Nunes
assinatura do aluno

.....
de acôrdo.

Declaro para os devidos fins que recebi o documento exigido
.....

Fonte: Arquivo da Escola objeto da pesquisa (2022).

No ano seguinte, 1969, mais uma vez, a Secretaria preenche o Requerimento da Matrícula, dessa estudante, para a 3ª série do curso Ginásial, no turno da tarde, conforme Figura 33, a seguir.

Figura 33 – Requerimento para Matrícula para 3ª série do curso Ginásial, 1969

Exmo. Sr. Diretor do Colégio Estadual de Ituiutaba.

CASAS ESTADUAIS DE ITUIUTABA

O abaixo assinado, Coica Severina Muiz
 filha de Octavio de Castro Muiz, 3ª
Leontina S. Muiz, tendo sido aprovada para a 3ª
 ginásial (tarde), vem requerer sua matrícula na série em curso,
 no turno tarde.

P. Deferrimento.

Ituiutab. 16 de janeiro de 1969

Leontina Severina Muiz

1ª) 2 salários (nCr\$ 248,00)	<input type="checkbox"/>
2ª) 1 salário (nCr\$ 124,00)	<input type="checkbox"/>
3ª) 1/2 salário (nCr\$ 62,00)	<input type="checkbox"/>
4ª) 1/5 salário (nCr\$ 21,00)	<input checked="" type="checkbox"/>
5ª) Grátis	<input type="checkbox"/>

M. Novais

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

A Figura 33, além do Requerimento de Matrícula, pode-se visualizar uma Tabela de Valores a serem disponibilizados pelos pais como uma contribuição para a Escola, entende-se que a contribuição era distribuída conforme a renda familiar do responsável. Para maior esclarecimento sobre o valor do salário mínimo, tem-se a contribuição da Folha de S. Paulo, do dia 1º de Maio de 1969, com a manchete: **Novo Salário – Mínimo saiu: NCr\$ 156 em São Paulo.**

Figura 34 – Novo Salário-Mínimo saiu: NCr\$ 156

FOLHA DE S. PAULO

ANO XLIX UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL SÃO PAULO, 5.ª FEIRA, 1.º DE MAIO DE 1969 Nº 14.564

145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000

NOVO SALARIO-MINIMO SAIU: NCr\$ 156 EM SÃO PAULO

Canavarro toma posse amanhã no II Exército

As 11 horas de hoje deverá desembarcar em Campinas o general José Canavarro Pereira, a fim de tomar posse no comando do II Exército, em substituição a seu antecessor, o general João de Deus, comandante do II Exército, que viajou para São Paulo em avião da FAB, para a sua disposição pessoal no Instituto de Aeronáutica.

O general Canavarro Pereira será recebido em Campinas pelo governador Abreu Sodré e pelo prefeito Paulo Salles Maluf, além do general Dulce Cláudio, comandante interino do II Exército, do vice-brigadeiro José Vaz de Silva, comandante do 2.º Zona Aérea, do vice-almirante Heitor Ruffino de Almeida Leite, comandante do 5.º Distrito Naval, e de outras autoridades civis e militares.

Em 1.º de maio do general Canavarro, o general Vicente de Paulo Dales Cruzadas relançará no comando da 2.ª Região Militar.



O dirigente do CEPAL, o sr. Raul Prebisch, esteve com o prof. Delfino Neto, e explicou o planejamento do País.

O presidente Costa e Silva decretou ontem os novos níveis do salário-mínimo em todo o País, com vigência a partir de hoje, Dia do Trabalhador. Para o Estado de São Paulo foram fixados dois níveis: 158 cruzeiros novos na Capital e outros 43 municípios (1.ª Sub-Região) e 144 cruzeiros novos nas demais localidades (2.ª Sub-Região). Houve, portanto, um reajuste de cerca de 21% na 1.ª Sub-Região, onde o salário-mínimo anterior era de 129 cruzeiros novos.

Os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro também estabeleceram o nível máximo, enquanto o menor salário-mínimo (93,40) cabe ao Maranhão, Ceará, R.G. do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e parte da Bahia.

No mesmo decreto, o governo fixa o salário mínimo do trabalhador menor (18 a 18 anos), que não poderá ser inferior a 75% do salário atribuído ao adulto.

BANCOS VÃO REDUZIR JUROS

Os bancos vão baixar as taxas de juros com base em mudanças estabelecidas ontem entre o Ministério da Fazenda e os banqueiros. Para reduzir os custos operacionais e baixar os juros, os bancos poderão cobrar a prestação de serviços até agora gratuitos e deverá ser decretado um congelamento dos descontos de duplicatas de acordo com as prazos de recolhimento dos juros.

Nova reunião do ministério com os dirigentes de bancos foi marcada para a próxima terça-feira e nesse encontro o sistema bancário deverá relatar o que pretende fazer de concreto para reduzir seus custos operacionais e aumentar, com esse processo, a política oficial de redução do custo do dinheiro no País.

GOVERNO RECUSA PROPOSTA DOS EUA SOBRE O SOLUVEL

O chanceler Magalhães Pinto afirmou que o Governo brasileiro não aceita a proposta americana de assegurar uma carga total de imposto de 20% 0,30 por litro-peso sobre o café soluvel brasileiro a partir de 1.º de maio de 1970. A decisão consta de um ofício enviado ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, o senhor Wilton Belton. Pataias negociações dependem do resultado da recente taxação.

PRAGA: GOVERNO TCHECO PRENDE 3 MIL PESSOAS

Um de três mil pessoas foram detidas ontem pela polícia de Praga, por ordem do novo governo tcheco. A prisão aconteceu em diversas partes da capital após o pedido da polícia que os cidadãos chistas fossem impedidos de se estabelecerem em negócios comerciais anti-soviéticos a favor das reformas liberais, durante o transcurso das comemorações do Dia do Trabalho.

NOVAS TARIFAS DE ONIBUS NA PROXIMA SEMANA

O prefeito Paulo Maluf informou ontem que dentro de uma semana deverão ser estabelecidas as novas tarifas de onibus da Capital. A CMTU pediu uma elevação de 24% e as empresas particulares (particulares) aumentam um pouco mais. Os ônibus em circulação levam em conta o reajustamento de 17% concedido aos transportes do setor de transportes.



Ilo-Ilo, uma cidade que deverá ter 50 mil habitantes, está nascendo no lado das obras de Urubupungu. Pag. 10



Em posição reversa, uma aluna participa do encerramento, ontem, do curso de logo promovido pela FCOMA.

DIAS ENCUBERTOS

— Há hoje as manifestações promissoras, tempo encuberto, com pluviosas tardes esperadas. Vão também cair — 13 em 2000

TRANZITO MUDA EM AGOSTO

O tráfego de São Augusto entra no novo sistema de trânsito e circulação. As Parques e jardins o ter mais vida e direção, no sentido lateral, e parte do comércio.

FI
FOLHA ILUSTRADA

Assuntos diversos

ESPORTE	3	7	8
POLÍTICA	1	2	3
NACIONAL	1	2	3
LOCAL	9	10	11
ECONOMIA	12	13	14
ESPORTE	18	19	20
TURF	21	22	23

MORANGO DE SALGADO

Quem no Estado de São Paulo, não tem morango e não sabe como fazer. A Sra. de Valério de São Paulo, em São Paulo, tem o segredo de fazer morango e a Sra. de Valério de São Paulo, em São Paulo, tem o segredo de fazer morango e a Sra. de Valério de São Paulo, em São Paulo, tem o segredo de fazer morango.

É muito difícil ser um campeão dando meros. Difícil porque, além de pegada forte, quem quiser ganhar a vida à custa dos punhos precisa de elevatissimo especial e de boa dose de malícia. Além disso, ganha-se mal. É por isso que o nosso boxe há muito está de "fêch" e já está no lona.



Assuntos diversos

Assim, se apresenta a redação do jornal Folha de S. Paulo:

O presidente Costa e Silva decretou ontem novos níveis do salário-mínimo em todo o País, com vigência a partir de hoje, Dia do Trabalhador. Para o Estado de São Paulo foram fixados dois níveis: 156 cruzeiros novos na Capital e outros 43 municípios (1.^a Sub-Região) e 144 cruzeiros novos nas demais localidades (2.^a Sub-Região). Houve, portanto, um reajuste de cerca de 21 na 1.^a Sub-Região, onde o salário-mínimo anterior era de 129 cruzeiros novos. Os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro também obtiveram o nível máximo, enquanto o menor salário-mínimo (98,40) coube ao Maranhão, Piauí, Ceará, R.G. do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e parte da Bahia. No mesmo decreto, o governo fixa o salário-mínimo do trabalhador menor (16 a 18 anos), que não poderá ser inferior a 75% do salário atribuído ao adulto (FOLHA DE S. PAULO, 1969, p. 1).

Desta forma, ao relacionar o salário-mínimo apresentado na Folha de S. Paulo com o Formulário da escola, este último, propõe que o salário-mínimo naquela data, na região mineira, correspondia a NC\$ 124,00 (cento e vinte e quatro cruzeiros novos), embora o Colégio Estadual de Ituiutaba fosse uma escola da rede pública, o mesmo recebia contribuição dos responsáveis pelos alunos, conforme tabelinha apresentada no final da Figura 33.

Entende-se que o fato era normal na cidade de Ituiutaba, não se cobrava uma mensalidade, solicitava-se a contribuição que o responsável podia auxiliar com a escola para cobrir as despesas que não eram alcançadas pelo governo.

No ano de 1969, a estudante pesquisada não obteve as notas necessárias para se tornar apta para a 4^a série Ginásial, não alcançando a média proposta pela instituição escolar, a mesma foi “Reprovada”, como pode ser visualizado na Figura 35:

Figura 35 – Histórico Escolar da 3^a série B – Reprovada - 1969

Série 3 ^a B Turno Tarde Ano 1969									
1.a ÉPOCA	Port.	Mat.	Geo.	Hist.	Ciê.	Ing.	Des.	Fis.	Final
Março - Abril	40	50	1	45	60	45	40	1	70
Maio - Junho	55	50		40	45	50	20		50
Agosto - Setembro	45	30		60	70	40	20		70
Outubro - Novembro	60	35		80	50	45	50		60
SOMA	200	165		225	225	180	130		250
Média Anual	50	41		56	56	45	32		62
Prova Final	60	15		65	70	30	20		25
Média X 2	100	82		115	110	90	65		125
TOTAL	160	98		180	180	120	85		150
Nota Final	53	33		60	60	40	28		50
Resultado	53	33		60	60	40	28		50
2.a Época									
Prova Escrita									
Média X 3									
Prova X 2									
TOTAL									
Nota Final									

Anotações das Faltas às Aulas									
	DISCIPLINA							PRÁTICAS EDUCATIVAS	
	Port.	Mat.	Geo.	Hist.	Ing.	Des.	Fis.	Ed. Art.	Ed. Cit.
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Junho	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Julho									
Agosto									
Setemb.	5	7	2	5	4		2		
Outubro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nov.	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez.									
TOTALS	12	7	2	5	4		3		33

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

A Figura 35 apresenta as notas alcançadas pela estudante na 3ª série B, e, também, o número de faltas que a mesma teve totalizando 33 faltas durante o ano letivo. Vale destacar que o número de faltas na disciplina de Português foi a maior obtendo 12 faltas.

Portanto, a estudante pesquisada cumpre todos os procedimentos burocráticos anuais e repete a série, enfrenta dificuldades na aprendizagem, faz os exames de 2ª época e consegue média para ser aprovada para a 4ª série.

Figura 36 – Resultados no Histórico Escolar da 4ª série no ano de 1971

FICHA INDIVIDUAL. Ano Letivo de 1971. Curso <i>gimásial</i> Série <i>4ª</i>								Observações	
1.ª ÉPOCA									Resultado 1.ª Época <i>Reprovado</i> Resultado 2.ª Época Total de Dias Letivo <i>192</i> Total anual de aulas dadas (<i>725</i>) Total anual de faltas (<i>32</i>) Total anual sessões Ed. Fis. (<i>56</i>) Total anual de faltas Ed. Fis. (<i>15</i>)
Abril	<i>4,6</i>	<i>50</i>	<i>4,0</i>	<i>2,0</i>	<i>6,5</i>	<i>7,0</i>	<i>6,8</i>		
Junho	<i>3,4</i>	<i>40</i>	<i>5,5</i>	<i>1,5</i>	<i>2,2</i>	<i>5,5</i>	<i>5,2</i>		
Setembro	<i>4,9</i>	<i>40</i>	<i>4,0</i>	<i>2,0</i>	<i>5,6</i>	<i>8,0</i>	<i>6,0</i>		
Novembro	<i>4,0</i>	<i>65</i>	<i>7,0</i>	<i>3,0</i>	<i>5,0</i>	<i>5,1</i>	<i>2,5</i>		
Total	<i>169</i>	<i>195</i>	<i>205</i>	<i>85</i>	<i>192</i>	<i>256</i>	<i>205</i>		
Média	<i>4,22</i>	<i>988</i>	<i>5,12</i>	<i>2,12</i>	<i>4,8</i>	<i>6,4</i>	<i>5,12</i>		
E. F.	<i>63</i>	<i>50</i>	<i>20</i>	<i>25</i>	<i>70</i>	<i>33</i>	<i>50</i>		
M.A.T.x	<i>844</i>	<i>976</i>	<i>1024</i>	<i>424</i>	<i>96</i>	<i>1280</i>	<i>1024</i>		
E. F. x	<i>63</i>	<i>50</i>	<i>20</i>	<i>25</i>	<i>70</i>	<i>33</i>	<i>50</i>		
Total	<i>147</i>	<i>147</i>	<i>122</i>	<i>67</i>	<i>166</i>	<i>161</i>	<i>152</i>		
Média Final	<i>4,9</i>	<i>49</i>	<i>4,0</i>	<i>2,2</i>	<i>5,5</i>	<i>5,3</i>	<i>5,0</i>		
SEGUNDA ÉPOCA									
Exame final	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>					
M.A.T.x									
2.ª Ep. x									
Total									
Média									
FREQUÊNCIA									
Março									
Abril	-	-	-	-	-	-	-		
Maio									
Junho	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>2</i>		
Julho									
Agosto									
Setembro	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>4</i>	<i>3</i>	<i>2</i>	<i>2</i>		
Outubro									
Novembro	-	-	-	<i>3</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	-		
Dezembro									
Total	<i>3</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>9</i>	<i>1</i>	<i>6</i>	<i>2</i>		
<i>32</i>									
<i>Stuitaba</i> 20 de <i>12</i> de 1971 DIRETOR SECRETÁRIO									

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

Portanto, a estudante pesquisada, mostra em seus documentos que, após ser reprovada duas vezes na 4ª série preenche um Requerimento, agora, para conceder-lhe a transferência para outro Ginásio, também, gratuito, o Educandário Ituiutabano, conforme visualiza-se na Figura 38.

Figura 38 – Requerimento de transferência para outra instituição escolar gratuita - 1973

EXMA. SRA. DIRETORA DO COLÉGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA.

O abaixo assinado, Corina Severino
Muniz aluno desse Estabelecimento no
ano de 1972, matriculado na VIII série do I grau, vem, mais
respeitosamente requerer de V. Exa. se digne conceder-lhe transferên-
cia para Educandário Ituiutabano
cidade de Ituiutaba estado de M.G.

Nestes termos,
pede e espera deferimento.

Ituiutaba, 25 de jan de 1973

Corina Severino Muniz
Ass. do aluno

Ass. do Resp.

Deferido em 25/01/1973
M. Ley Z. U
Assinatura

Recebi a transferência acima
referida em 25/01/1973
Corina J. Muniz

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

Deste modo, o Histórico escolar final das séries 1ª a 4ª Ginásial foram apontadas as concluídas (1ª, 2ª e 3ª) e a série a concluir (4ª), data de 25 de janeiro de 1973, conforme a Figura 39, a seguir.

Figura 39 – Histórico Escolar final das quatro séries do curso Ginásial – 1967 a 1972

1.º CICLO	Português	Matemática	História	Geografia	Ciências	Inglês	Francês	Desenho	Educação Moral	Organização Soc. Pol. Brasileira	Canto	Estudos Sociais	RESULTADO
1.ª Série	59	61	55	62	75	54	.	55	Ap.
Colégio Estadual de Ituiutaba Ituiutaba- MG. 1967													
<small>(Nome do Estabelecimento) (Localidade) (Ano)</small>													
2.ª Série	50	52	55	77	76	57	.	59	.	.	95	.	Ap.
Colégio Estadual de Ituiutaba Ituiutaba-MG 1968													
<small>(Nome do Estabelecimento) (Localidade) (Ano)</small>													
3.ª Série	54	53	62	.	79	57	59	.	65	.	.	.	Ap.
Colégio Estadual de Ituiutaba Ituiutaba- MG. 1970													
<small>(Nome do Estabelecimento) (Localidade) (Ano)</small>													
4.ª Série	R	E	P	R	O	V	A	D	A				
Colégio Estadual de Ituiutaba Ituiutaba- MG 1972													
<small>(Nome do Estabelecimento) (Localidade) (Ano)</small>													

Expedida em 25 / 01 / 1973
 Hildegardes Castano
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - M.G.
 Manoel Ap. A. de Morais Jacob
 DIRETOR
 ST. ETORA

Observações

COLÉGIO ESTADUAL CRIADO PELA LEI 3936 DE 25/12/65
 Nada impede a matrícula da referida aluna VIII série do 1º Grau em qualquer estabelecimento de ensino congênere do país.
 A aluna satisfaz todas as exigências de Ed. Física conforme os Arts. 13 e 14 § 3º, alínea a, da Lei 5692 de 11.08.1971.

Prof. Dr. Edson Guilberto de Fozes
 Diretor

Colégio Estadual
 - DE -
 ITUIUTABA
 MINAS GERAIS

Não contém rasuras

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

A Figura 39 mostra o Histórico Escolar final das quatro séries do curso Ginásial da estudante, que foi fornecido a documentação histórica que faz parte do arquivo da Escola Estadual Ituiutaba. No documento segue a seguinte observação:

Nada impede a matrícula da referida aluna VIII série do 1º Grau em qualquer estabelecimento de ensino congênere do país. A aluna satisfaz todas as exigências de Educação Física conforme os Arts. 13 e 14 § 3º, alínea a, da Lei 5.692 de 11.08.1971.

Neste sentido, a Lei 5.692, determina sobre a transferência do aluno para outro estabelecimento fixado em âmbito nacional. Diante dos procedimentos para ingressar no Colégio Estadual de Ituiutaba, ao analisar a documentação da estudante, pode-se constatar que a organização e o funcionamento no curso Ginásial, baseia na legislação daquele momento, finais da década de 1960 e durante a década de 1970, a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

3.3 A legislação presente e efetivada nas práticas escolares do Colégio Estadual de Ituiutaba

O cenário institucional em sua organização e funcionamento percorreu sua trajetória histórica-pedagógica dentro das Diretrizes e Bases fixadas para o ensino do curso Ginásial, bem como para o ensino de 1º e 2º graus como foi denominado pela Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Neste contexto, pode ser visualizado a documentação que aponta para os docentes e demais funcionários do Colégio, bem como a comunicação que se dá com a Delegacia Regional de Ensino, como denominada anterior à Superintendência Regional de Ensino.

Desta forma, tem-se dentre as Leis vigentes, nesse recorte temporal da pesquisa, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, determina no Capítulo I, as finalidades do Ensino Secundário:

Art. 1º - O ensino secundário tem as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, 1942).

Neste sentido, o Ensino Secundário foi ministrado em dois ciclos, sendo o Ginásial e o curso Clássico e o curso Científico, o qual dá prosseguimento ao Ensino Primário, fazendo parte deste momento histórico, a formação e a consciência patriótica.

Outro artigo que vem esclarecer as mudanças, a partir desse Decreto-Lei, se deve ao Capítulo que determina sobre os ciclos e os cursos no Ensino Secundário, conforme o que estabelecem os artigos 2º, 3º e 4º:

Art. 2º - O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginasial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginasial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginasial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências (BRASIL, 1942).

Entende-se que o Ensino Secundário compreende o curso Ginasial, o qual dá prosseguimento ao Ensino Primário, enquanto o curso Clássico e o curso Científico, dão continuidade ao aluno assim que concluir o curso Ginasial.

Prosseguindo, de grande relevância para o estudo, em seu III Capítulo, Dos Tipos de Estabelecimentos de Ensino Secundário, faz-se a distinção entre Ginásio e Colégio, em seus artigos e parágrafos correspondentes, a seguir:

Art. 5º - Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio.

§ 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se e ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo.

Art. 6º - Os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio.

Art. 7º - Ginásio e colégio são denominações vedadas a estabelecimentos de ensino não destinados a dar o ensino secundário.

Art. 8º - Não poderá funcionar no país estabelecimento de ensino secundário que se reja por legislação estrangeira (BRASIL, 1942).

Deste modo, o Colégio Estadual de Ituiutaba faz jus à sua denominação, sendo que além do curso Ginasial, no recorte temporal estudado, o mesmo contava com o curso Científico. Outro fator relevante para o estudo se deve ao funcionamento do estabelecimento de Ensino Secundário ser regido somente pela legislação brasileira.

Desta forma, encontra-se no histórico, apresentado na Figura 28, na 1ª série: Português, Inglês, Matemática, Geografia, História, Ciências, Desenho; na 2ª série: Português, Inglês, Matemática, Geografia, História, Ciências, Desenho e Canto; na 3ª série: Português, Inglês, Francês, Matemática, Ciências, História e Desenho; e, na 4ª série: Português, Francês, Matemática, Ciências, história, Geografia e Organização Social.

Ao tratar da Organização Social e Política Brasileira (OSPB), visualiza-se tal disciplina na quarta série do Ensino Ginásial, frequentemente, estava presente, a disciplina, no Ensino Médio, se encarregava de ensinar aos estudantes o sistema político do país, bem como os deveres do cidadão brasileiro.

Ainda, de acordo com o Decreto-Lei n. 4.244/1942, a Educação Física, segundo o Artigo 19, determina que: “constituirá como uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de 21 anos” (BRASIL, 1942).

No que se refere à Educação Moral e Cívica, estabelecem os artigos 22 a 24 e seus parágrafos correspondentes, de acordo com o Decreto-Lei n. 4.244/1942:

Art. 22. - Os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na Educação Moral e Cívica de seus alunos, buscando neles como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem, e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, e de sua missão em meio aos outros povos.

Art. 23. - Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela Educação Moral e Cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar às individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade.

Art. 24. - A Educação Moral e Cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que deem ensejo a esse objetivo, e de um modo geral do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico.

§ 1º - Para a formação da consciência patriótica, serão com frequência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de História Geral e de Geografia Geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a História do Brasil e a Geografia do Brasil.

§ 2º - Incluir-se-á nos programas de História do Brasil e de Geografia do Brasil dos cursos clássico e científico o estudo dos problemas vitais do país.

§ 3º - Formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio do Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições.

§ 4º - A prática do canto orfeônico do sentido patriótico é obrigatória nos estabelecimentos de Ensino Secundário para todos os alunos de primeiro e de segundo ciclo (BRASIL, 1942).

Neste sentido, a área educacional está sempre em transformação, em mudanças no sentido de melhorias para a educação e para o processo ensino e aprendizagem, o que pode ser verificado que de tempos em tempos, encontra-se com disciplinas que são alteradas no

Currículo Escolar, por não se adaptarem ao momento vivido, ou até mesmo, por não encontrarem sentido em seu conteúdo para serem ministradas nas instituições escolares.

Pode-se visualizar na Figura 40, onde se encontra a Avaliação da disciplina Moral e Cívica, ministrada no Colégio Estadual de Ituiutaba, parte de seu planejamento como as datas cívicas; a carga horária da matéria, os nomes dos professores e seus respectivos títulos. Dentre a titulação, chama a atenção a professora Luzia Tavares das Neves, como Advogada e estudante do 4º ano de História.

Figura 40 – Avaliação da disciplina Moral e Cívica no Colégio Estadual de Ituiutaba

<u>COMISSÃO ESTADUAL DE MORAL E CIVISMO DE MINAS GERAIS</u>	
<u>Avaliação da disciplina MORAL E CIVICA</u>	
5ª e 6ª série do Iº GRAU e 3ª série do IIº GRAU- <u>CONJUNTO</u>	
7ª, 8ª do Iº GRAU e 1ª e 2ª série do II GRAU- <u>CRÉDITO CUMULATIVO</u>	
Nome do Estabelecimento- <u>COLÉGIO ESTADUAL DE ITUIUTABA</u>	
Município- Ituiutaba	
Calendário Cívico Escolar: Datas Cívicas Comemoradas)	
31/03 - "Revolução de 1964"	
21/04 - "Tiradentes"	
01/05 - "Dia do Trabalho"	
13/05 - "Abolição da Escravatura"	
25/08 - "Dia do Soldado"	
21/09/- "Dia da Árvore"	
23a29/10-"Semana do Livro"	
15/10- "Dia do Professor"	
24/10 - "Dia das Nações Unidas"	
15/11 - "Proclamação da República"	
19/11 - "Dia da Bandeira".	
<u>Carga Horária da Matéria (por série)</u>	
5ª, 6ª e 7ª série do Iº Grau - Uma (1) aula semanal	
8ª série do Iº Grau - Duas (2) aulas semanais.	
1ª série do IIº GRAU- Duas (2) aulas semanais. , ,	
2ª e 3ª série do IIº GRAU- Uma (1) aulas semanais.	
<u>Livros e Texto adotado:</u>	
1º GRAU- Não tem.	
2º GRAU- Não tem.	
<u>Nome dos Professores</u>	<u>Títulos</u>
Lázara Maria Alves de Moraes	Ciências Sociais
Helena Teresa de Moura Carvalho	Pedagogia
Sonia Andrade Pereira	Pedagogia
Alba Maria Ruas de Oliveira	Pedagogia
Luzia Tavares das Neves	Advogada e estudante do 4º ano de História.
<u>Sugestões:</u> _____	

Vanila AP. A. de Moraes Jacob	

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

Observa-se na Figura 40, que no ano que inclui a ditadura cívico-militar, o Colégio Estadual trabalhava o calendário cívico e, a primeira listada, em 31/03 é “Revolução de 1964”. Desta forma entende-se que “essas celebrações foram propostas pelos governos militares como forma de legitimar o regime” (OLIVEIRA, 2021, p. 1).

Deste modo, como afirma Silva (2002), o poder político investia nas lembranças das grandes datas, onde buscavam no passado uma legitimidade para consolidar a memória coletiva. Cordeiro (2015) reforça que o projeto cívico-escolar era comandado pela ditadura civil-militar e embasada em valores como disciplina, hierarquia, obediência, e, também, exaltação à pátria.

Mais uma vez, Oliveira (2021, p. 1) reforça:

Era imprescindível a realização das comemorações cívicas nos ginásios, escolas, colégios e em todas as repartições populares na qual os valores pudessem penetrar. Em 31 de março de 1964, foi deflagrado um golpe civil-militar que abriu caminho para a ditadura que comandou o estado brasileiro por mais de duas décadas. Esse processo foi fruto das perturbações sociais e econômicas vivenciadas desde o início da década de 1960. Diante dessa nova conjuntura política, o sistema educacional brasileiro foi compreendido como um espaço bastante propício para as ações legitimadoras do novo regime. Ficaria sob responsabilidade das instituições escolares a formação dos futuros cidadãos comprometidos com o destino do país.

Deste modo, entende-se que as comemorações cívicas realizadas nas instituições escolares eram comandadas pelo Estado brasileiro, utilizavam do sistema educacional para difundir suas ideologias, sendo assim, as celebrações cívicas ganharam destaque nesta unidade escolar.

A seguir, a Figura 41, mostra que a Supervisão se estende aos anexos do Colégio, e estes anexos foram distribuídos em várias localidades escolares; ao mesmo tempo, apresentava-se o número de alunos totalizando 2.310, que são distribuídos em 45 classes de I grau e 10 classes de II grau; expõe as responsabilidades e a necessidade de profissionais para desempenhá-las. O último parágrafo afirma o que foi dito antes quanto à valorização de profissionais que cursam a Faculdade desta cidade, no curso de Pedagogia, especificamente, na 4ª série.

Figura 41 – Solicitação de designação de supervisores escolares

Ituiutaba, 19 de março de 1973

Colégio
- DE
ITUUTABA
-
MINAS GER

OP. Nº: 14/73
ASSUNTO: Solicita designação de supervisores escolares.

Senhor Delegado,

Em vista do considerável aumento de classes e alunos sob nossa orientação e direção, motivado pela autorização por V.S. do funcionamento de uma sala ociosa em nesse Anexo 1, de duas salas no G.E. "Cel. Tonico Franco" e de duas salas no G.E. "Gov. Clóvis Salgado" que funcionarão como Anexos do Colégio Estadual de Ituiutaba, por nós dirigido,

- considerando que perfazemos no corrente ano um total de 55 classes e 2310 alunos distribuídos em 45 classes de I Grau e 10 classes de II Grau;
- considerando que o Estado não autorizou a contratação de outros funcionários de Secretaria e que isso nos acarretará um aumento extraordinário de serviços e responsabilidades;
- considerando que a orientação didático-pedagógica aos professores, e que a supervisão e orientação de todas as demais atividades do Estabelecimento, como disciplina, administração e Caixa Escolar se acumularão à soma de nossas responsabilidades frente à direção do Colégio;

vimos solicitar de V.S. a designação das professoras Sônia Andrade Pereira, Helena Teresa de Moura Carvalho, Léa Aparecida Baldocchi Finotti, Alba Maria Ruas de Oliveira e Maria Mirza Cury Diniz para o cargo de Supervisora Escolar.

Esclarecemos à essa Delegacia nossas razões para indicar o nome dessas professoras:

- as duas primeiras, Sônia Andrade Pereira e Helena Teresa de Moura Carvalho, são alunas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituiutaba, matriculadas no corrente ano na 4ª série do Curso de Pedagogia, e deverão cursar no 2º semestre a

Fonte: Arquivo Público da Escola (2022).

Durante a análise dos documentos apresentados pela Instituição escolar em estudo, conforme as Figuras destacadas acima, a documentação dos alunos realizados pelo pessoal da Secretaria, era encaminhado para o/a Diretor/a para Deferimento, que se encontra de acordo com o Decreto-Lei vigente, no momento oportuno, em vista do Artigo 77, que determinam sobre a Administração Escolar.

Nesta questão, aponta-se a autoridade do Diretor, “que presidirá ao funcionamento dos serviços escolares, ao trabalho dos professores, às atividades dos alunos e às relações da comunidade escolar com a vida exterior, velando por que regularmente se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente no país” (BRASIL, 1942).

Outro suporte legal apresentado durante a análise da documentação afirma que responde à Lei n. 5.692/1971, que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus, como nova terminologia para os cursos antecessores: primário, ginásial, colegial, sendo apresentadas novas propostas para esses níveis de educação.

No artigo 1º - “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elementos de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971).

A partir desta Lei, o ensino de 1º grau refere-se ao Ensino Primário e o 2º grau, o Ensino Médio. O ensino de 1º grau teve a duração de oito anos letivos, sendo que sua obrigatoriedade coube aos alunos de sete a quatorze anos; o aluno deveria ter a idade mínima de sete anos, sendo que os menores de sete anos deveriam ser recebidos convenientemente a educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

Já, o segundo grau destinava-se à formação do adolescente, o ensino tinha três ou quatro séries, de acordo com cada habilitação. A conclusão da terceira série do ensino de segundo grau habilitava o estudante para prosseguir seus estudos em grau superior (BRASIL, 1971).

Quanto à documentação referente à Administração Escolar oferecida pela escola, objeto deste estudo, pode verificar sobre o momento vivido pela centralização na educação, onde todo documento ao ser preenchido pelo/a Diretor/a de uma unidade escolar pública deveria ser encaminhada à Delegacia Regional de Ensino, aos cuidados do/a Delegado Regional de Ensino; foi possível perceber em documentação analisada como: Encaminhamento Prestação de Contas da Caixa Escolar e Relatório Anual do Colégio Estadual de Ituiutaba, referente a 1971; Erros de pagamento de funcionários que foram reivindicadas as soluções, os quais foram encaminhados ao Chefe da Divisão Administrativa, para a Superintendência Regional da Fazenda, a qual respondia pelas escolas de Ituiutaba, vale destacar que a escola fez toda a checagem dos documentos e encaminhou-os para sua verificação e providências para atendê-los em cada caso; Relação nominal e documentação exigida de oito serventes escolares para

este estabelecimento; Termos de Convocação e Termos de Dispensa; Pedido de esclarecimento de como e onde registrar a Caixa Escolar do Colégio Estadual de Ituiutaba e que documentos são necessários para tal fim; e, onde e como registrar a Biblioteca do Colégio Estadual de Ituiutaba, e que documentos são necessários para tal fim; Pedido de Revisão em Quadros de Frequência, portanto os enviava explicando todos os detalhes que deveriam retificar, e mais, se desculpavam, no Ofício, pelo transtorno que causariam à Pagadoria de Uberlândia; Encaminhamento de modificações no quadro de classe (1972), em razão de licenças para gestação, tratamento de saúde e desistência de algumas aulas, de alguns professores, juntamente seguia a documentação dos substitutos contratados, e, a partir daí, pede que seja providenciado seu encaminhamento à Secretaria de Educação; Toda documentação é encaminhada à Delegacia Regional de Ensino mediante Ofício, entre eles, também, encontram-se os pedidos de providências para designação de um Inspetor; Quadro de Professores de Educação Física; No mais, encontra-se dentre a documentação pedido de Autorizações para tais professores lecionarem; designação para Secretaria; designação de supervisor; abandono de cargo; Faz esclarecimento; Faz comunicação; Solicitação de autorização para funcionamento de uma sala ociosa; entre outros interesses do Colégio.

Ainda, perpassando pela década de 1970, nas práticas escolares, retorna-se à disciplina Educação Física, sabendo-se que este campo passou por grandes transformações, entre elas, o perfil profissional. O professor de Educação Física, em sua atuação, possibilita relacionar com os educandos quanto ao processo de aprendizagem, suas atividades oferecem benefícios emocionais e sociais, que segundo Montagner (1993, p. 89), o educador deve “incrementar o espírito de cooperação, atuando na parte afetiva dos jovens impulsionando-os para a construção de um mundo mais humano e fraterno, através de ações e ajudas positivas e não a simples busca de vitória sobre os outros”

Deste modo, o papel do professor de Educação Física torna-se essencial na relação educador e educando, educando e educando, isto é, na relação dos envolvidos, compreendendo, assim, a aproximação entre o Esporte e a Educação. Desta forma, entende-se que o professor de Educação Física deve ter uma boa formação, com conhecimentos específicos, conceitos e possibilidades metodológicas.

Nesta perspectiva, as Figuras 42 a 45 registram práticas educativas da disciplina de Educação Física na Escola Estadual Governador Israel Pinheiro, na década de 1970.

Figura 42 – A Educação Física praticada na escola



Fonte: Arquivo particular de Paulo César de Costa Prado.

A Figura 42 destaca um grupo de estudantes com seus professores de Educação Física, em um momento de descontração, apresentando a bola como um dos recursos didáticos utilizados. As alunas estão uniformizadas, bem como os calçados próprios para as atividades físicas.

Algumas mudanças ocorreram na trajetória histórica da disciplina Educação Física, tendo como suporte legal, no ano de 1961, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº. 4.024, de 20 de dezembro, quando o artigo 22, assim redigia: “Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primários e médio, até a idade de 18 anos” (BRASIL, 1961).

Como fundamenta Darido (2012, p. 9):

O caráter da Educação Física presente nesta legislação estava diretamente relacionado à capacitação física do aluno, visando formar o futuro trabalhador com saúde que seria fundamental para o processo de industrialização vivido pelo país naquele período.

Deste modo, entende-se que neste determinado momento, conforme a Lei nº. 4.024/1961, o objetivo da prática educativa desta disciplina visava a saúde do futuro

trabalhador, sendo aquele período marcado pelo regime militar e, também, pelo processo de industrialização.

Figura 43 – Participação em jogos esportivos fora dos muros da escola



Fonte: Arquivo particular de Paulo César de Costa Prado.

A Figura 43 apresenta um grupo de estudantes, do sexo feminino, em uma prática esportiva fora da escola, indicando uma competição entre outras escolas, uma prática que existe até os dias atuais. Tanto na Figura 21 quanto na Figura 43 pode-se observar que usam uniformes específicos para educação física, visualiza-se pela camiseta sem manga com o emblema da escola. Prosseguindo sobre a Lei n.º. 4.024/1971, segundo Darido (2012, p. 9):

A própria limitação com relação aos 18 anos de idade indica uma interrupção da necessidade da Educação Física e, conseqüentemente, de exercícios físicos que causariam desgaste ou exaustão no período em que os indivíduos, supostamente, necessitam de um maior aporte energético em função de sua inserção no mercado de trabalho.

Assim, ainda determinava, segundo a LDB 4.024/61, a obrigatoriedade da educação física até os 18 anos de idade, considerando necessários os exercícios físicos que atendiam os/as estudantes naquela fase da vida. No entanto, mais uma vez, depara-se com mudanças educacionais abrangendo a Educação Física, após revisão das leis de Diretrizes e Bases da Educação e com a Reforma Educacional, Lei n.º. 5.692, de 11 de agosto de 1971, esta Lei deixa de fazer referência ao limite de idade da prática de Educação Física, como explicita Castellani

Filho (1997), citado por Darido (2012, p. 9), “optando por regulamentar a questão por outro mecanismo, que é posto em prática naquele mesmo ano, pela promulgação do Decreto 69450 de 1º. De novembro, que aludia nos quatro incisos de seu artigo 6º. Às condições que facultavam ao aluno a prática da Educação Física.

Nestes termos, Castellani Filho (1997, p. 21) afirma:

Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino, é facultativa a participação nas atividades físicas programadas: a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas; b) aos alunos maiores de 30 anos de idade; c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa; d) aos alunos amparados pelo Decreto-lei 1044 de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento.

Com a Lei nº. 5.692/1971, ocorreram mudanças significativas, portanto, a obrigatoriedade dá lugar à participação facultativa, quanto à idade, antes limitava-se a dezoito anos, nesta Lei, “é facultativa a participação nas atividades programadas: [...] b) aos alunos maiores de 30 anos de idade”, há uma preocupação com os alunos do curso noturno, alunos que estão prestando o serviço militar e aqueles que apresentarem um laudo médico.

Para Castellani Filho (1997), ao referir-se à facultatividade da Educação Física para os estudantes do noturno, afirma que fora estendida aos do diurno, desde que comprovassem vínculo empregatício. Como revela o autor, seis anos mais tarde anexaram duas alíneas, sendo a primeira dispensando os alunos que frequentassem os cursos de pós-graduação e, a outra, facultava à mulher que tivesse filho a prática da Educação Física.

Tem-se, ainda, segundo Darido (2012), que a trajetória histórica da Educação Física possibilitou dispensas das aulas, pois a disciplina era considerada, legalmente, como uma atividade e não disciplina, como as outras que fazem parte do currículo escolar; era considerada como uma atividade extracurricular.

A seguir, a Figura 44 mostra melhor a descontração dos/das estudantes, vestidos/as de uniforme para a Educação Física, em momento de tranquilidade.

Figura 44 – Estudantes e professores registrando o momento na prática de Educação Física



Fonte: Arquivo particular de Paulo César de Costa Prado.

Figura 45 – Participação em práticas esportivas extracurriculares



Fonte: Arquivo particular de Paulo César de Costa Prado.

A história da instituição escolar pesquisada vai além da análise de seus documentos, permeada por jornais, revistas, fotos, regimentos, atas, e, nessa caminhada, depara-se com fotos que mostram eventos como a Confraternização final de curso em 1970.

Figura 46 – Confraternização final de curso - 1970



Fonte: Arquivo particular de Paulo César de Costa Prado.

Na fotografia, Figura 46, registra-se o final de ano letivo e conclusão do curso Ginásial. Deste modo, compreende-se, segundo Mauad, (1996, p. 10) que, “[...] a imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas”. Como pode-se visualizar, a imagem revela as características que compõem o ambiente. O que mostra a imagem quando visualiza-se um salão decorado com cortinas? Sugere um local de eventos, de festas. Estudantes assentados no chão? Não estão em um ambiente formal, mesmo uniformizados, posando para a foto, de forma descontraída, as garrafas de refrigerante de vidro, características na época. E, a expressão em seus rostos? Um lugar de tranquilidade, sorriso nos lábios, um gesto de carinho, um olhar provocante, os acessórios que condizem com o período vivido. Sim, entende-se que estão em uma confraternização, felizes, comemorando mais um final de ano letivo e, brindando (com o refrigerante) a conclusão do curso ginásial.

Não foi deduzido tudo isso, um dos participantes desse evento vivenciou tudo isso e, proporcionou a fotografia como contribuição para esta pesquisa, um estudante do Colégio

Estadual de Ituiutaba, objeto deste estudo, que permaneceu nesta instituição escolar até completar o curso científico.

Segundo Vidal (1998, p. 78) a fotografia é percebida como um monumento e afirma:

Na percepção da fotografia como monumento e no desafio de analisa-la enquanto fonte para a história, acreditamos que é necessário concebê-la como um discurso, singular na linguagem (não-verbal) em que é constituído, e que, por sua vez, é instituinte de maneira outras de representar a sociedade e seus conflitos. Uma formação discursiva que produz regras de validação e hierarquização, gerando um próprio ato de fotografar.

Neste sentido, as fotografias registram a celebração e se justificam, “[...] as datas comemorativas são datas que relembram eventos históricos e culturais e também podem fazer parte do costume ou da tradição de um povo” (TOMAZETTI; PALAURO, 2016, p. 151). Vidal e Abdala (2005), mais uma vez, contribui com a análise das imagens registradas e analisadas, afirmando que as imagens revelam parte da história e são produzidas quando partem de um contexto histórico social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, intitulada *Escola Pública no interior de Minas Gerais: a gênese do Ginásio Estadual de Ituiutaba (1966-1974)* constituiu-se da produção histórica do Ginásio Estadual de Ituiutaba, que a partir de sua autorização para funcionamento denominou Colégio Estadual de Ituiutaba, uma escola que, aparentemente, foi criada pelas reivindicações, incansáveis, dos trabalhadores, em seu diversos cargos e funções.

Tais trabalhadores eram representados pela Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba, Sindicato dos Empregados do Comércio, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e o Sindicato dos Oficiais Alfaiates e Costureiras de Ituiutaba, na busca de uma instituição escolar que acolhesse seus/suas filhos/as para dar continuidade ao curso Primário, e, assim, ingressando no curso Ginasial, que levaria quatro anos letivos para concluir, e, nesta mesma unidade escolar poderia, ou não, dar continuidade aos seus estudos.

O recorte histórico da pesquisa compreende os anos de 1966 a 1974, sendo que em 1966 inicia suas atividades educativas, em um prédio antigo do Instituto Marden, neste mesmo ano seu funcionamento foi autorizado, havendo a transferência para prédio próprio. O nome Ginásio Estadual de Ituiutaba nem foi utilizado, sendo sua denominação Escola Estadual de Ituiutaba de 1º e 2º grau, oficializado em 1974.

Tornou-se importante investigar sua história para que as peculiaridades que me inquietavam fossem esclarecidas no decorrer da pesquisa, que retomo as indagações tidas como problemática e, assim, evidenciou-se que a instituição estudada é uma escola da rede pública estadual, laica, gratuita, que ocorreu sua criação em um momento crítico, nos meados da década de 1960, quando presenciava a decadência do cultivo de arroz e ocorria uma ampliação da população urbana. Ao mesmo tempo, a administração do município enfrentava um aumento expressivo de demandas sociais como, de moradia a hospital, de escola a trabalho, entre outras especificidades do momento.

Até seu funcionamento não foi fácil evitar os obstáculos, o desinteresse político, a falta de entusiasmo da sociedade dominante local, pois seus filhos já se encontravam com a educação assegurada, pelas escolas privadas que estavam sobressaindo e atendendo, não só os estudantes da localidade como da região.

Portanto, a classe trabalhadora tornou-se incansável até ver concluir o prédio que ofereceria o curso Ginásial para dar continuidade aos estudos de seus filhos, de forma gratuita. De posse da vaga de seu filho no Ginásio, outros desafios foram encontrados pelos pais, em relação à continuidade dos estudos, inicialmente, todo estudante para ingressar no curso Ginásial deveria prestar o temido Exame de Admissão, avaliando seus conhecimentos comprovando sua aptidão, este exame durou quarenta anos no Brasil, terminando somente em 1971, quando muda-se as quatro séries do curso Ginásial e torna-se oito anos, ao interligar esses dois cursos que o antecederam, isto é, o curso primário e o ginásial.

Outros desafios foram surgindo, entre eles, a cobrança de contribuição, como se fosse uma mensalidade, o que tornou um entrave para aqueles pais menos favorecidos financeiramente, especialmente, os que evitavam as escolas privadas, sabendo-se que o cálculo da contribuição era calculado a partir do salário mínimo, no momento da matrícula.

Neste Colégio não estudava somente as famílias carentes financeiramente, mas uma grande quantidade de matrículas era realizada aos alunos que chegavam das escolas centrais de Ituiutaba, entre algumas delas as escolas privadas.

Mas, a escola exigia muita responsabilidade, tanto dos pais quanto dos/das alunos/as, principalmente ao que se referia a valores morais e éticos. Com isso restava aos estudantes da época se adaptarem à disciplina e às exigências que primavam pela qualidade do ensino, que tornava a instituição escolar, cada vez mais, disputada pela sociedade ituiutabana e da região.

Os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados, no que tange ao geral, todo o histórico elaborado e construído foi embasado em documentos, jornais, obras de teóricos que são pesquisadores renomados e críticos em suas conclusões. O funcionamento e financiamento da escola ficou claro diante da documentação apresentada, das Leis e das Diretrizes da educação.

Entende-se que algumas questões mereciam um estudo mais aprofundado, como por exemplo, o papel ocupado pela sociedade, de forma mais abrangente, mais participativa, bem como dos políticos locais; especialmente, porque nos faz entender que os trabalhadores foram os mais interessados e empenhados para a construção do Ginásio. Vale a pena pontuar, também, a necessidade de mais disponibilidade e acessibilidade à documentação da instituição escolar, especialmente, no que abrange a sua história, para que forneça dados e levantamentos, que relacionam, mais diretamente, com a problemática. Sendo assim, não tem como considerar uma obra acabada, mais aberta a novas pesquisas, análises e interpretações com criticidade

REFERÊNCIAS

- AKSENEN, E. Z.; MIGUEL, M. E. B. Desvelando os exames de admissão ao ginásio na educação paranaense. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 58, p. 230-243, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640390>. Acesso em: 30 nov. 2022.
<https://doi.org/10.20396/rho.v14i58.8640390>
- ALVES, Talita Costa. **A gênese do Grupo Escolar Cônego Ângelo no interior de Minas Gerais 1963–1974**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- ANDRAUS, Neiva de Castro Cardoso. **Metodologia comparada: percepções para formação docente acerca de conjuntos numéricos**. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- ARAUJO, José Carlos Souza. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 145-154.
- ÁVI, Padre João. A Paróquia de São José. In: BRANT, Celso (Diretor). **Revista Acaiaca**. (Imprensa Oficial) Belo Horizonte: Ed. Acaiaca, 1953, p. 63-66.
- BADUY, Marina. **Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação**. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BERNARDES, Carmos. Pegando a carruagem andando. In: CHAVES, Petronio Rodrigues. **A Loja do Osório**. Ituiutaba: P.R. Chaves, 1984, p.13.
- BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza. **Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- BRANT, Celso. Antônio Baduy: um pioneiro da indústria ituiutabana. In: BRANT, Celso. **Revista Acaiaca**. (Imprensa Oficial) Belo Horizonte: Acaiaca, 1953, p. 85-86.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases Para o Ensino de 1º e 2º Graus, e Dá Outras Providências**. Brasília/DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 nov. 2022.
- BRASIL. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratament%20o,de%20classe%20ou%20de%20ra%C3%A7a>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Decreto-lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 jan. 2023.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares: Estudo dois. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 27.

BUFFA, E.. O público e o privado como categoria de análise da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. 1ed. Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 41-58.

CARMO, Sonia Irene; COUTO, Eliane. **História Passado e Presente**. São Paulo: Atual, 1997.

CASTELLANI FILHO, Lino. Os impactos da reforma educacional na Educação Física brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 19, n. 1, p. 20-33, set. 1997.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. **A loja do Osório**. Ituiutaba: P. R. CHAVES, 1984.

CHAVES, Camilo. Ituiutaba: a terra e o homem. In: BRANT, Celso (Diretor). **Revista Acaiaca**. (Imprensa Oficial) Belo Horizonte: Acaiaca, 1953, p. 19-22.

CHAVES, Luciana Domingues. **Produção do espaço urbano e mercado imobiliário: a oferta de terrenos não edificados e imóveis residenciais urbanos em Ituiutaba (MG)**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. <https://doi.org/10.5151/9788580391596-10>

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DARIDO, Suraya Cristina (org.). **Caderno de formação: formação de professores didática dos conteúdos**. Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DINIZ, Dr. Erotides. História Judiciária de Ituiutaba. In: BRANT, Celso (Diretor). **Revista Acaiaca**. (Imprensa Oficial) Belo Horizonte: Acaiaca, 1953, p. 33-44.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Ituiutaba. **Enciclopédia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 25. p. 304-9. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=313420. Acesso em: 12 jan. 2022.

FRANCO, Isaura Melo. **Estudantes tijucanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais** (Ituiutaba-MG, 1952-1968). 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FRATTARI NETO, Nicola José. **Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora**. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e a educação no Brasil (1964-1985)**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**. Trad: de Lupe Contrim Garaude e J. Arthur Gioannoti. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.

GOMES, Paulo de Tarso. O público e o privado: sobre o direito de educar a consciência. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 155-166.

HIRSCH, J. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In: POULANTZAS, N. (org.) **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal. 1977, pp. 85-111.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; COIMBRA, Tamara Claudia Coimbra (orgs.). **Releituras da cidade: memória, história e identidade**. Uberlândia: Assis, 2013.

LANGLOIS, Ch. V. SEIGNOBOS, Ch. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7a. ed., Campinas: EDUNICAMP, 2013.

LOMBARDI, José Claudinei. Público e privado como categorias de análise da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 59-98.

MAGALHÃES, J. **Tecendo Nexos**. História das Instituições Educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCHELLI, Paulo Sergio. Da LDB 4.024/61 ao Debate Contemporâneo Sobre as Bases Curriculares Nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, out./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21665>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MARTINS, F.; COSTA, R. Compartimentação Morfológica do Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, Brasil. In: **Anais: Geotecnologias e mapeamento geomorfológico**. 9º Simpósio Nacional de Geomorfologia. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.sinageo.org.br/2012/trabalhos/8/8-122-75.html>. Acesso em: 12 jan. 2012.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

MEDEIROS NETA, Olivia Morais de. **Cidade, sociabilidades e educabilidades** (Príncipe, Rio Grande do Norte — século XIX). 2011. 141 f. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

MONTAGNER, P. C. **Esporte de competição X educação?: o caso do basquetebol**. 1993. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

MORAES, Vera Cruz Oliveira. Professor Álvaro Brandão de Andrade – Grande plasmador da juventude ituiutabana. **Pensar a Educação em pauta**. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/professor-alvaro-brandao-deandrade-grande-plasmador-da-juventude-ituiutabana/>. Acesso em: 16 jun 2022.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 235-290.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta M. C. Historiografia da Educação e Fontes. In: **Cadernos ANPED**, nº 5. Porto Alegre, 1993.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. **Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG)**. 2013. 431 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

OLIVEIRA, Marconey de Jesus. As comemorações inventadas: celebrações da “revolução de 64” e do Sesquicentenário da Independência da República realizadas pelo Ginásio Municipal de Serrolândia/Ba (1971-1973). **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro/RJ, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627647978_ARQUIVO_3b6429f2d744f9a38f6b42fafcf3add.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.

PACHECO, Simone Beatriz Neves. **Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba-MG (1940-1971)**. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

PAIVA, Dr. Hélio Benício de. Cônego Ângelo Tárdio Bruno. In: BRANT, Celso (Diretor). **Revista Acaiaca**. (Imprensa Oficial) Belo Horizonte: Ed. Acaiaca, 1953, p. 67-72

PAOLINELLI, Sônia Maria Rezende. **Coletânea Biográfica de Escritores Uberabenses**. Uberaba (MG): Sociedade Amigos da Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimarães”, 2009, 72p. Disponível em: m.facebook.com/UberabaemFotos/fotos/867626619993174?locale=ar_AR. Acesso em: 15 jan. 2022.

RIBEIRO, B.O.L.; LIMA, V. A. ; QUILLICI NETO, A.. Escola Pública em Minas Gerais: Gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (Anos 1940-1950). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 51, p. 323-340, 2013. <https://doi.org/10.20396/rho.v13i51.8640280>

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 31. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da Reforma Universitária de 1968. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PVFXgnTXHRnstqmymdTnPbf/?lang=pt#>. Acesso em: 23 nov. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000200008>

SANFELICE, J. L. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. **Revista HISTEDBR**, n. Especial, (pp 20-27). 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pffe/publicacao/4912/art4_22e.pdf Acesso em: 20 jun. 2022.

SAVIANI, Demerval. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (orgs.) **A Escola Pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil: O papel do Congresso na Legislação do ensino**. 3ªed. Campinas (SP): Autores Associados, 1996.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória: lembrança e esquecimento — trabalhadores nordestinos no Pontal Mineiro nas décadas de 1950 e 1960**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

SILVA, Leila Aparecida Azevedo; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; GANDOLFI, Peterson Elizandro. A gênese da Escola Rural Arquidamiro Parreira de Souza e possíveis interlocuções com o tempo passado. In: KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; COIMBRA, Tamara Claudia Coimbra (orgs.). **Releituras da cidade: memória, história e identidade**. Uberlândia: Assis, 2013, p. 89-102.

SILVA, Carlos Gomes da; VILELA, Manuel Junqueira. União Estudantil Ituiutabana. In: BRANT, Celso (org.). **Revista Acaiaca**. Belo Horizonte: Ed. Acaiaca, 1953, p. 146-147.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.22, n. 44, São Paulo, 2002, p. 425-438. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>

SILVEIRA, Daiane de Lima Soares. **Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 e 1960): desafios, resistências, embates e conquistas**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

SOUZA, Sauloéber Társio. O universo escolar nas páginas da imprensa tijuicana (Ituiutaba—MG — anos de 1950 e 1960). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, v. 2, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Edelweiss. Evolução Histórica de Ituiutaba (1810-1902). In: BRANT, Celso (Diretor). **Revista Acaiaca**. (Imprensa Oficial) Belo Horizonte: Ed. Acaiaca, 1953, p. 181-255.

TOMAZZETTI, C. M. ; PALAURO, M. M. . Datas comemorativas na educação infantil: quais sentidos na prática educativa?. **CRÍTICA EDUCATIVA** , v. 2, p. 150-164, 2016. <https://doi.org/10.22476/revcted.v2i2.87>

TREVIZOLI, Dayane Mezuram; VIEIRA, Letícia; DALLABRIDA, Norberto. As mudanças experimentadas pela cultura escolar no ensino secundário devido à implementação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. **Colóquio “Ensino médio, história e cidadania”**, v. 3, n. 3, 2013, p.1-13.

VIDAL, Diana Gonçalves. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, Luciano M. de. **Educação, modernidade e civilização**. BH: Autêntica, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 30, núm. 2, jul.-dez., 2005, pp. 177-193. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117120356012.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLLAUU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 151–2, set./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/download/4189/4108>. Acesso em: 6 jun. 2022. <https://doi.org/10.7213/rde.v7i22.4189>

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. **Revista brasileira de história da educação**, n. 5, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38718>. Acesso em: 20 jun 2022.

ZOCCOLI, José Benedito. **Centenário de Ituiutaba**. Ituiutaba: Egil, 2001.

Fontes

FOLHA DE ITUIUTABA. **Verba para edificação do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas**. Ano XIV, n. 714. 14 de maio de 1955.

FOLHA DE ITUIUTABA. **Governador sancionou lei criando Ginásio Estadual neste município**. Ano XIX, n. 1078. 18 de janeiro de 1961.

FOLHA DE ITUIUTABA. **Conversando sobre o Ginásio**. Ano XXII, n. 1270. 27 de julho de 1963.

FOLHA DE ITUIUTABA. **Ituiutaba reclama o Ginásio Estadual.** Ano XXI, n. 1219. 21 de novembro de 1962.

FOLHA DE ITUIUTABA. **Ginásio Estadual.** Prossegue a campanha dos trabalhadores. Ano XXII, n. 1263. 3 de julho de 1963.

FOLHA DE ITUIUTABA. **Entidades de classe em luta pelo Ginásio Estadual.** Ano XXII, n. 1260. 22 de junho de 1963.

FOLHA DE ITUIUTABA. **Manifesto ao povo de Ituiutaba.** Ano XIII, n. 872. 24 de Julho de 1954.

FOLHA DE ITUIUTABA. **Visita da União Estudantil a esta Folha.** Ano XIV, n. 722. 9 de julho de 1955.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo salário-mínimo saiu em: NCR\$ 156 em São Paulo.** Ano XLIX, n. 14.564. 1º de maio de 1969.